



Federal University of Paraíba
Center for Human Sciences, Letters and Arts
Department of Psychology
Postgraduate Program in Social Psychology
PhD in Social Psychology

**The Impact of Just World Belief and Secondary Victimization on Justice Decisions for
Victims and Perpetrators in Cases of Sexual Violence**

**O impacto da Crença no Mundo Justo e da Vitimização Secundária nas Decisões
de Justiça para Vítimas e Perpetradores em Casos de Violência Sexual**

SUIANE MAGALHÃES TAVARES

JOÃO PESSOA
MARÇO, 2025



Federal University of Paraíba
Center for Human Sciences, Letters and Arts
Department of Psychology
Postgraduate Program in Social Psychology
PhD in Social Psychology

**The Impact of Just World Belief and Secondary Victimization on Justice Decisions for
Victims and Perpetrators in Cases of Sexual Violence**

**O impacto da Crença no Mundo Justo e da Vitimização Secundária nas Decisões de
Justiça para Vítimas e Perpetradores em Casos de Violência Sexual**

Financing Institution: Coordination for the Improvement of Higher Education

Personnel – CAPES

Suiane Magalhães Tavares

Thesis presented to the Postgraduate Program
in Social Psychology at the Federal University of
Paraíba, under the guidance of Prof. Dr. Carlos
Eduardo Pimentel and co-supervision of Prof. Dr.
Cícero Roberto Pereira, as a partial requirement for
defense, with a view to obtaining a doctorate in
Social Psychology.

JOÃO PESSOA, 2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

T231i Tavares, Suiane Magalhães.

O impacto da crença no mundo justo e da vitimização secundária nas decisões de justiça para vítimas e perpetradores em casos de violência sexual / Suiane Magalhães Tavares. - João Pessoa, 2025.

196 f. : il.

Orientação: Carlos Eduardo Pimentel.

Coorientação: Cícero Roberto Pereira.

Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA.

1. Violência sexual. 2. Vitimização secundária. 3. Crença no mundo justo. I. Pimentel, Carlos Eduardo. II. Pereira, Cícero Roberto. III. Título.

UFPB/BC

CDU 343.541(043)

ATA DE DEFESA DE TESE

Aos vinte dias do mês de março de dois mil e vinte e cinco, de modo remoto pelo Google Meet, reuniram-se em solenidade pública os membros da comissão designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social (CCHLA/UFPB), para a defesa de Tese da aluna **SUIANE MAGALHAES TAVARES** – mat. 20211012876 (orientando(a), UFPB, CPF: 029.997.773-02). Foram componentes da banca examinadora: Prof.^(a) Dr.^(a) **CARLOS EDUARDO PIMENTEL** (UFPB, Orientador, CPF: 023.802.314-19), Prof.^(a) Dr.^(a) **CICERO ROBERTO PEREIRA** (UFPB, Membro Interno ao Programa, CPF: 982.070.754-49), Prof.^(a) Dr.^(a) **JAQUELINE GOMES CAVALCANTI SA** (UFPB, Membro Interno ao Programa, CPF: 046.281.144-12), Prof.^(a) Dr.^(a) **ELZA MARIA TECHIO** (UFBA, Membro Externo à Instituição, CPF: 408.824.702-72), Prof.^(a) Dr.^(a) **EMERSON ARAÚJO DO BÚ** (ISCTE, Membro Externo à Instituição, CPF: 095.747.044-40) e Prof.^(a) Dr.^(a) **KARLA SANTOS MATEUS** (UEPB, Membro Externo à Instituição, CPF: 060.844.144-94). Na cerimônia compareceram, além do(a) examinado(a), alunos de pós-graduação, representantes dos corpos docente e discente da Universidade Federal da Paraíba e interessados em geral. Dando início aos trabalhos, o(a) presidente da banca, Prof.^(a) Dr.^(a) **CARLOS EDUARDO PIMENTEL**, após declarar o objetivo da reunião, apresentou o(a) examinado(a) **SUIANE MAGALHAES TAVARES** e, em seguida, concedeu-lhe a palavra para que discorresse sobre seu trabalho, intitulado: "O IMPACTO DA CRENÇA NO MUNDO JUSTO E DA VITIMIZAÇÃO SECUNDÁRIA NAS DECISÕES DE JUSTIÇA PARA VÍTIMAS E PERPETRADORES EM CASOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL". Passando então ao aludido tema, a aluna foi, em seguida, arguida pelos examinadores na forma regimental. Ato contínuo, passou a comissão, em secreto, a proceder a avaliação e julgamento do trabalho, concluindo por atribuir-lhe o conceito de "APROVADO", o qual foi proclamado pela presidente da banca, logo que retornou ao recinto da solenidade pública. Nada mais havendo a tratar, eu, Júlio Rique Neto, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFPB, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada por todos assino juntamente com os membros da banca. João Pessoa, 20 de março de 2025.

Documento assinado digitalmente
 **CARLOS EDUARDO PIMENTEL**
Data: 20/03/2025 18:29:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^(a) Dr.^(a) **CARLOS EDUARDO PIMENTEL**

Documento assinado digitalmente
 **CICERO ROBERTO PEREIRA**
Data: 22/03/2025 06:13:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^(a) Dr.^(a) **CICERO ROBERTO PEREIRA**

Documento assinado digitalmente
 **JAQUELINE GOMES CAVALCANTI SA**
Data: 24/03/2025 13:39:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^(a) Dr.^(a) **JAQUELINE GOMES CAVALCANTI SA**

Documento assinado digitalmente
 **ELZA MARIA TECHIO**
Data: 21/03/2025 10:47:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^(a) Dr.^(a) **ELZA MARIA TECHIO**

Documento assinado digitalmente
 **EMERSON ARAUJO DO BU**
Data: 21/03/2025 17:14:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^(a) Dr.^(a) **EMERSON ARAÚJO DO BÚ**



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Humanas Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social



Documento assinado digitalmente
KARLA SANTOS MATEUS
Data: 21/03/2025 14:53:27-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^(a) Dr.^(a) **KARLA SANTOS MATEUS**



Documento assinado digitalmente
JULIO RIQUE NETO
Data: 24/03/2025 15:06:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^(a) Dr.^(a) **JÚLIO RIQUE NETO**
Coordenador do PPGPS

Agradecimentos

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus por me fortalecer ao longo dessa jornada. Aos meus orientadores, Professor Cícero Roberto e Professor Carlos Eduardo, pela paciência, dedicação e pelas valiosas orientações que sem dúvida foram fundamentais para a realização desta tese.

Agradeço também à Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (PPGPS) pelo espaço e pelos recursos que possibilitaram para que eu pudesse realizar este trabalho. Agradeço também aos colegas do laboratório de Psicologia da Mídia - LPM e ao “GinDiluindoSuperEgo”, em especial a Tamyres Tomaz pelos momentos de troca e aprendizado durante esta trajetória.

À minha família, especialmente à Suzete e a Chico Paz, pelo amor e suporte incondicional. A Silvania, Sonaria, Sandra, Samuel e Sérgio, pelo apoio constante. A Claudio, pelo apoio, companheirismo e afeto, que foram fontes de grande motivação para mim. Sem o suporte de todos vocês, esta pesquisa não teria sido possível.

Também expresso minha gratidão aos colegas do curso de graduação em psicologia, da pós-graduação e as amigas do grupo “Psicoamores” pelo suporte e apoio durante a jornada.

Por fim, agradeço a todo(a)s aquele(a)s que, de alguma forma, contribuíram para a realização desta pesquisa, seja com sugestões, respondendo os questionários, ou por acreditar na importância do tema aqui tratado.

*I get up
about sacrifice
of a million women who came before and I think
What do I do
to make this mountain higher
so that the women who came after me
can see beyond
- Legacy
Rupi Kaur*

Resumo

De acordo com a literatura sobre a reação das pessoas às situações de injustiça, a motivação das pessoas com a busca pela justiça é um princípio que orienta a reação delas quando são confrontadas com tais situações. As pessoas são motivadas a reparar a injustiça promovendo a compensação da vítima pelo seu sofrimento e punindo os culpados pela situação de injustiça, respectivamente designados comportamentos de promoção da “justiça restauradora” e da “justiça retributiva”. Por exemplo, em situações de violência, as pessoas tendem a agir de maneira a compensar a vítima e a punir o agressor. Porém, essa equação não é linear, pois a reação das pessoas perante estas situações depende do significado da pertença e do valor social das vítimas e dos agressores. Especificamente, na violência vivenciada pelas mulheres nas relações entre parceiros íntimos, que é onipresente na história das relações humanas, destaca-se a atribuição à vítima a responsabilidade pelo seu próprio infortúnio. Esse fenômeno é denominado vitimização secundária e se manifesta de várias formas, incluindo a culpabilização da vítima, a minimização de seu sofrimento e a evitação do contato com ela, negando-lhe o suporte social necessário para reparar a injustiça vivida e omitindo a punição aos agressores. No contexto dessa dinâmica, uma questão ainda a ser respondida é se, paradoxalmente, a motivação das pessoas para fazer justiça está relacionada a uma menor reparação à vítima por seu sofrimento e à absolvição do agressor em casos de violência sexual extrema, como em situações de estupro. Além disso, até o momento, a literatura sobre essa questão tem dado pouca atenção à maneira como as pessoas reagem ao compensar e punir simultaneamente tanto a vítima quanto o agressor. Nesse contexto, com base na teoria da Crença no Mundo Justo (CMJ) — que postula que as pessoas são motivadas a agir como se acreditassem que o mundo é um lugar justo, onde todos recebem o que merecem e merecem o que recebem —, esta tese propõe a hipótese de que a CMJ leva as pessoas a julgarem casos de estupro de maneira a promover a vitimização secundária. Esse

processo psicossociológico pode explicar como homens e mulheres tendem a evitar compensar as vítimas e a absolver os agressores. Para testar essa hipótese, propomos um programa de pesquisa composto por oito estudos organizados em três artigos, estruturados da seguinte forma: No primeiro artigo, que inclui quatro estudos, o foco é apresentar evidências da validade de uma escala que mede diferenças individuais na vitimização secundária de vítimas de estupro, abrangendo culpabilização, evitação e minimização. No Estudo 1, foram desenvolvidos os itens da escala e analisada sua validade de conteúdo. No Estudo 2, realizou-se uma análise exploratória da estrutura fatorial, confirmando a fixação dos itens em três fatores teoricamente previstos. No Estudo 3, essa estrutura tri-fatorial foi validada por meio de uma análise confirmatória. No Estudo 4, exploramos a validade preditiva da escala, testando a hipótese de que a vitimização secundária media o efeito da CMJ no comportamento dos participantes em relação a uma vítima de estupro. Os resultados indicaram que a vitimização secundária, especialmente a minimização e a culpabilização, explicam a relação entre a CMJ e o valor da indenização atribuído a uma vítima de violência sexual. No segundo artigo, de natureza correlacional, fomos além ao realizar um estudo com autores de violência (Homens = 102) e vítimas (Mulheres = 97). Testamos a hipótese de que os agressores compensariam menos uma vítima em comparação com as participantes que eram vítimas de violência e que esse processo seria mediado sequencialmente pela CMJ e pela vitimização secundária. Os resultados mostraram que os agressores atribuíram menos indenização à vítima em comparação às participantes e maior indenização ao agressor. No entanto, apenas a primeira relação foi explicada sequencialmente pela CMJ e pela vitimização secundária. No terceiro artigo, desenvolvemos três estudos experimentais, a fim de manipular o contexto após uma situação de estupro. O Estudo 1 (N = 227) indicou que participantes com alta Crença no Mundo Justo penalizaram mais a vítima, reduzindo sua indenização quando a denúncia foi feita à polícia (em vez das redes sociais) e quando ocorreu

um mês após o infortúnio. O Estudo 2 (N = 248) confirmou esses achados e mostrou que a decisão judicial influencia a vitimização secundária da vítima, especialmente quando a punição do agressor motiva participantes da mesma categoria social a culpabilizá-la. O Estudo 3 (N = 250) replicou os resultados anteriores e revelou que os homens vitimizaram mais a vítima do que as mulheres. Os resultados que obtivemos no conjunto de estudos, embora tenham confirmado nossas previsões, destacam a necessidade de pesquisas futuras para aprofundar nossa compreensão sobre como as pessoas reagem quando uma vítima é compensada e o agressor é punido.

Palavras-chave: Crença no mundo justo, vitimização secundária, violência sexual

Abstract

According to the literature on people's reactions to situations of injustice, people's commitment to the pursuit of justice is a principle that guides their reaction when they are faced with such situations. People are motivated to repair injustice by compensating the victim for their suffering and punishing those responsible for the situation of injustice, respectively called behaviors that promote “restorative justice” and “retributive justice”. For example, in situations of violence, people tend to act in a way that compensates the victim and punishes the aggressor. However, this equation is not linear, as people's reactions to these situations depend on the meaning of belonging and the social value of victims and aggressors. Specifically, in the violence experienced by women in relationships between intimate partners, which is omnipresent in the history of human relationships, the attribution of responsibility for their own misfortune to the victim stands out. This phenomenon is called secondary victimization and manifests itself in several ways, including blaming the victim, minimizing her suffering and avoiding contact with the victim of violence to deny her the social support necessary to repair the injustice of which she is a victim and omitting punishment of aggressors. Within the framework of this dynamic, a critical question yet to be answered is whether, paradoxically, people's motivation to do justice is related to less reparation for the victim for their suffering and the acquittal of the aggressor in a context of extreme sexual violence, such as in rape situations. Furthermore, to date, the literature on this issue has given little attention to how people respond to compensating and punishing both the victim and the perpetrator simultaneously. In this scenario, based on the Just World Belief Theory (BJW), which postulates that people are motivated to act as if they believe that the world is a fair place, where everyone gets what they deserve and deserves what they get, this thesis proposes the hypothesis that BJW favors people to judge the situation by promoting secondary victimization, forming a psychosociological process that can explain how men and

women avoid compensating rape victims and tend to absorb the aggressors. To test this hypothesis, we propose a research program consisting of three articles, structured as follows: in the first article, which consists of four studies, we focus on presenting evidence of the validity of a scale that measures individual differences regarding the secondary victimization of victims of rape: blaming, avoiding and minimizing. In Study 1, the scale items were developed, and their content validation was analyzed. In Study 2, an exploratory analysis of its factorial structure was carried out and the fixation of the items in three theoretically predicted factors was verified. In Study 3, we confirmed this three-factor structure through confirmatory analysis. In Study 4, we explored the predictive validity of the scale, proposing the hypothesis that secondary victimization mediates the effect of BJW on participants' behavior toward a rape victim. The results showed that secondary victimization, especially minimization and blame, explain the relationship between BJW and the amount of compensation awarded to a victim of sexual violence. In the second article of a correlational nature, we went further by carrying out a study with perpetrators (Men = 102) and victims of violence (Women = 97). In this study, we tested the hypothesis that perpetrators would compensate a victim less compared to participants who were victims of violence, and that this process would be sequentially mediated by BJW and secondary victimization. The results showed that the aggressors attributed less compensation to the victim compared to the participants and attributed greater compensation to the aggressor. However, only the first relationship was explained sequentially by BJW and secondary victimization. In article three, Study 1, we replicate the previous study in order to understand how individuals compensate victims and absolve perpetrators. In the third article, we conducted three experimental studies to manipulate the context following a rape situation. Study 1 (N = 227) indicated that participants with a high Belief in a Just World penalized the victim more, reducing her compensation when the report was made to the police (instead of social media) and when it

occurred one month after the incident. Study 2 (N = 248) confirmed these findings and showed that the court decision influenced the victim's secondary victimization, especially when the perpetrator's punishment motivated participants from the same social category to blame her. Study 3 (N = 250) replicated the previous results and revealed that men victimized the victim more than women. The results we obtained across the set of studies, while confirming our predictions, highlight the need for future research to deepen our understanding of how people react when a victim is compensated, and the perpetrator is punished.

Keywords: Belief in a Just World, Secondary Victimization, Sexual Violence

Summary

General Introduction	13
In Search of Fairness: Promoting Retributive and Restorative Justice.....	14
The Belief in a Just World and the Search for Fairness.....	18
Research Problem and Thesis Statement	20
Thesis Overview	21
Referências.....	23
Article 1	28
Development and Validation of the Secondary Victimization Scale.....	28
Abstract	29
Introdução	30
Studies Overview	33
Study 1: Scale Development and Content Validity	33
Study 1a: Expert Analysis.....	36
Method	36
Results.....	37
Study 1b: Cognitive Interviews	37
Method	37
Results.....	37
Discussion.....	38
Study 2: Factorial Validity of the SVS	39
Method	39
Results.....	41
Discussion.....	48
Study 3: Confirmatory Analysis of the SVS Factorial Structure	49
Method	49
Results.....	50
Discussion.....	54
Study 4: Criterion Validity.....	55
Method	56
Results.....	56
Discussion.....	58
General Discussion	58
References.....	60
Article 2	66

Belief in a Just World and Secondary Victimization Shape Divergent Reparation Support in Violence Against Women	66
Abstract	67
Introdução	68
Method	75
Results	80
Discussion	85
References	90
Article 3	98
Belief in a Just World, Secondary Victimization, and the Social Value of a Victim of Sexual Violence in the Post-Rape Context	98
Resumo	99
Abstract	100
Introdução	102
Visão geral	106
Estudo 1: Intervalo de tempo versus lócus da denúncia	107
Método	110
Resultados	114
Discussão	122
Estudo 2: A influência das decisões judiciais sobre casos de violência sexual na obtenção de justiça para as vítimas	123
Método	124
Resultados	130
Discussão	144
Estudo 3	146
O papel do status social do agressor e da decisão do tribunal na justiça para vítimas de violência sexual	146
Método	147
Resultados	153
Discussão	162
Discussão Geral	164
Interpretação e Implicações Teóricas	164
Limitações e Direções Futuras	166
Referências	168
General Discussion of the Thesis	174
Theoretical Implications	176

Limitations and Future Directions	179
Final Considerations	181
References.....	183
Appendices.....	186
Appendices A.....	187
Appendices B.....	188
Appendices C.....	189
Appendices D.....	190
Appendices E.....	191
Appendices F.....	192
Appendices G.....	195
Appendices H.....	196

Introduction

Every day, many women lose their lives to femicide. It is found that at least 82% of the 1,300 women killed annually in Brazil are killed by their partners or ex-partners (Brazilian Forum for Public Security Forum [FBSP, 2021]). In addition, those who choose not to report their partners often face various forms of ongoing violence. In some cases, when a report is made, whether in court or via social media, society tends to react against it and blame the victim. For example, a case was recently reported in the media in which the court acquitted the ex-husband of a woman who had recorded a video of her own misfortune. When she shared the video on social media, doubts were raised about the veracity of what happened, raising questions about whether the victim wanted to attract attention, whether her claims were contradictory or whether she had consented (Luz & Bento, 2023). This case shows that even when a victim presents clear evidence, she can be judged negatively by society and the justice system. Paradoxically, this effect is sometimes caused by the justice-oriented motivations of individuals to ensure justice in unjust situations.

Justice-oriented motivations are a principle that guides people's behavior in all interpersonal (Dalbert, 2009; Lerner, 1980; Tyler, 2006), intergroup (Correia, 2010), and societal relationships (Mateus & Pereira, 2020). Regarding violence against women, although there has been progress in legislation, the statistics on violence and deaths of women and girls, which continue to increase. One important finding worth highlighting is the study by Cheek and Sinclair (2023), which analyzed perceptions of harm from sexual harassment and domestic violence in men and women. The results show that women of low socioeconomic status, who are at disproportionately high risk of gender-based violence, face more institutional barriers to accessing justice, such as safety, less help from bystanders and professionals, and a lower likelihood of harassers being punished.

In this context, it is possible that the ways in which individuals attempt to restore justice in the face of a situation of violence against women, whether through retributive justice or restorative justice, involve psychosocial mechanisms that reflect how both women and, especially, men respond to a victim of sexual violence and her assailant. We assume that men and women react differently when it comes to punishing the perpetrator and restorative justice for victims of violence. More specifically, we assume that in a social context where men are socially valued more than women and are socialized on the basis of a model of gender relations that motivates them to exercise this superiority by legitimizing this dominance, men will tend to acquit the assailants for the very reasons that represent the model of gender relations they value, which could lead to a more lenient evaluation of the assailant and punish him less. As a result, rape victims may not receive adequate compensation for the harm they have suffered. In other words, the aim of this study is to contribute to the process by which people try to restore their perception of justice towards victims of sexual violence through a research program. We will seek to understand how individuals' responses to critical gender-based victimization may reflect underlying restorative and retributive justice in scenarios that highlight rape situations. We will also focus on how psychosociological factors interact to explain this process, such as the belief in a just world and its possible moderators.

In Search of Fairness: Promoting Retributive and Restorative Justice

Research in the field of the social psychology of justice has found that people are motivated to promote retributive justice, i.e. the punishment of those who violate the social norm, as they believe that this allows the deterrence of future crimes (Correia, 2010). The studies on retributive justice have shown that this type of justice is institutionalized and aims to reduce crime through deterrence, sanctions, and incapacitation (Gerson, 2022; Carlsmith & Darley, 2008). Certainly, to deter people from committing crimes in the future. Crockett and

Fehr's (2014) findings show that people are willing to invest their own resources in punishment even when deterrence is not possible. In turn, Hechler and Kessler's (2023) research, when examining the effects of assailant change and punishment on justice-related empowerment and victim satisfaction, found that assailant change, rather than punishment, made victims feel that justice had been served. On the other hand, Adams and Muller (2015) showed that the retributive justice modality increased the sense that justice had been restored, which in turn decreased victims' desire for compensation (Adams & Muller, 2015), illustrating that victims sometimes do not receive the attention they deserve.

Restorative justice also focuses on one-sided reparation (Wenzel et al., 2008). Restorative justice, on the other hand, focuses on restoring justice by, for example, reaffirming a consensus on shared values in a bilateral process (Wenzel et al., 2008). Research on the punishment of offenders shows that the more they are punished, the less participants recommend restorative justice for the victim, i.e., restorative justice for the victim is lower because participants believe that justice has been restored after the offender has been punished. (Adams & Mullen, 2015). This seems to suggest that the consequences suffered by the victim do not affect them as much as the punishment of the aggressor, or even that when justice is done to one party, this seems to guarantee that our own sense of justice is restored (Adams & Mullen, 2015). In contrast, participants may perceive a victim in categorized rather than individual terms, as people tend to perceive events and people as social categories rather than as individuals (Ismael & Camino, 1995).

Overall, the application of this type of justice should be to appropriately punish perpetrators for the injustice of their actions (Darley & Pittman, 2003). For example, when violence is perpetrated against a woman, the aggressor is expected to be punished for violating the social norm of non-aggression, which provides penalties for the aggressor, as stated in Law 11.342/2006, but also in international norms and treaties, such as the

Convention on the Elimination of All forms of Discrimination against Women (CEDAN, 2020). However, the application of this justice does not always take place, especially in the context of various forms of sexual violence against women. It is believed that this disproportion reflects the long history that materializes gender asymmetries, which has led to women being relegated to a lower position than men, forming a culture of male dominance that serves to justify gender asymmetries, especially in affective relationships (Amâncio, 1997; Santos & Amâncio, 2014).

A complement to retributive justice, on the other hand, would be restorative justice (Wenzel et al., 2007), which plays an active role for the victims of injustice, such as a victim of violence. This form of justice can be defined as a series of activities that can involve the perpetrator and the victim (Curtis-Fawley & Daly, 2005). In this sense, it goes beyond punishing those who have violated the norm and seeks to bring justice to those who have been unfortunate (Correia, 2010). It is not only a strategy that focuses on the victim in the form of compensation but can also include monetary compensation or recompense for injuries or damages suffered (Gromet & Darley, 2006). This type of justice is therefore about restoring victims to the state they were in before the harm was inflicted (Darley & Pittman, 2003).

The literature has explored both retributive and restorative justice (Curtis-Fawley & Daly, 2005), with little research attempting to experimentally explore people's needs through cognitive and psychosociological aspects that motivate individuals to adopt one form of justice or the other, particularly within the social psychology of gender-based violence (Wenzel et al., 2008). Moreover, as far as we have been able to investigate, it is not yet clear how people react when they simultaneously compensate and punish the victim and the aggressor. In this sense, if the pursuit of justice is a principle that guides people's behavior in interpersonal relationships (Mateus & Pereira, 2020), it would be expected that people would tend to act in a way that punishes the offender and rewards the victim for what has happened,

because in contexts with prescriptive norms that regulate social relations for non-aggression (Krüger, 2013), it should be unacceptable for people to support any form of violence against another person, especially where the legitimization of violence is not socially accepted (Estamira et al., 2013). However, our research hypothesizes that mechanisms that legitimize injustice may make people reluctant to compensate a rape victim but not to acquit their attackers. This is because the behavior of a victim of violence can influence people's judgment of her (Naseralla & Warner, 2020), even if the consequences of that judgment are unjust for the victim herself (Correia, 2000). Analogously, we think that people who consider it impossible to support violence against a victim also consider it impossible to compensate the aggressor of a victim because they believe that he is the one who has been wronged by defamation (Witteet al.,2006).

Furthermore, the way we perceive a victim may have to do with their socioeconomic status, skin color, gender, or sexual orientation. Cheek and Sinclair (2023), for example, point to the “thick-skinned bias”, i.e. the perception that people of low economic status have a greater tolerance for negative events. This was shown in a survey they conducted, in which participants believed that women of low socioeconomic status were less likely to be harmed by sexual harassment and domestic violence than women of high socioeconomic status. More recently, research by Linhares and Torres (2022) found that Black and non-normative victims, i.e. those who do not adhere to social norms, are blamed more compared to White and normative victims. A similar study by Linhares et al. (2022) also showed that a Black woman victim of violence tends to be blamed more than a White victim. It was also observed that the gender of the observer assessing the situation influenced victim blaming, with men tending to blame the victim more than women. Finally, research by Torres and Farias (2008) has shown that people attribute more responsibility to people who have AIDS than to people with lung cancer. Similarly, homosexual individuals were held more accountable by participants who

believed strongly in a just world. We thus raised the question to know the specific role of such BJW on individuals' motivational processes for restoring perceptions of justice in situations of violence against women.

The Belief in a Just World and the Search for Fairness

We can shed more light on this issue using the theory of belief in a just world developed by Lerner (1980). This theory states that people must believe that they live in an organized and controlled world in which good things happen to good people and bad or negative things happen to those who deserve them. So, according to this theory, people behave as if they truly believe that they live in a just world. The idea that someone has suffered without deserving it affects our vulnerability and often causes us to see victims as responsible for their suffering (Correia, 2000). This explains the structural impact on a social category such as gender, which is still reflected today in the greater social and political power of men over women (Santos & Amâncio, 2014), which continues to be reinforced by norms, values, attitudes, and stereotypes present as a mechanism in institutions such as school, parliament, family, and others. In this context, research shows that BJW can have social functions and consequences that affect both the psychological well-being and devaluation of a victim (Lerner, 1980), but also serve as a means of legitimizing the status quo (Alves & Correia, 2010). From this perspective, Doise (2002) highlights that social norms and ideological characteristics present in a society, or specific groups not only give meaning to individual behaviors, but also serve as support for social differentiations.

On this basis, and given that our society is structured in hierarchies, we can assume that the BJW as an injunctive norm can lead people with a high BJW to reinforce the notion of the superiority of one social category over another. For example, in a sexist culture, it is common for the idea that men are superior to women to be reinforced, as this belief is

associated with the dominant view. According to Alves and Correia (2009), dominant groups may indicate that the system as they are also including justice.

In this sense, women who are victims of violence may be unjustly blamed for the misfortune that befalls them. More specifically, they are secondarily victimized by being blamed for the situation, shunned in further interactions and even having their suffering trivialized (Tavares et al., 2022). Thus, studies on victim blaming have shown that factors such as the gender of the participant and myths about domestic violence used by the societal system to excuse the aggressor influence people's attitudes towards domestic violence. Male participants in particular tend to blame the victim more than women (Yamawaki et al., 2012). The study conducted by Linhares and Torres (2022) also found that male participants tend to blame the victim more than women.

Furthermore, individuals do not perceive a female rape victim as unjust if they believe “reasons” such as “she drank too much” " or was simply “killed because she is a woman”. This is in line with the findings of Mateus and Pereira (2021) when they state that the way people react to victims belonging to minority groups may involve mechanisms such as prejudice. Paiva and Pereira's (2021) study showed that in the context of marriage, people tend to limit the application of the principle of equality. They show that people with more sexist attitudes who believe in a just world are the ones who are most supportive of violence against women in marriage. In addition, research by Connor and Fiske (2019) found that hostile sexism is linked to attitudes and perceptions. For example, hostile sexism was positively correlated with acceptance of gender income inequality. The same study found that women tended to be less accepting of gender income inequality than men. In addition, hostile sexism was also related to the tendency to blame the victim for income inequality. In other words, the activation of sexist ideology, which portrays women as competitive, emotional and less competent in terms of status, led participants with conservative views to find the gender

pay gap acceptable. Finally, Correia et al.'s (2012) findings also show that under conditions of BJW threat, for example, people may devalue or psychologically distance themselves from victims who share a common identity, suggesting the importance of understanding the background to feelings of guilt and prejudice towards disadvantaged groups.

Research Problem and Thesis Statement

Theorizing and research reviewed above suggest that there is a mechanism that legitimizes gender-based inequalities. This mechanism is not only present in intergroup and intimate relationships (Santos & Amâncio, 2014) but also extends to a societal dimension. It can be reflected in laws created by social actors, which in turn embody the prevailing attitudes and beliefs of individuals in each time or context (Correia, 2010). In the context of violence against women, this mechanism seems to reinforce existing gender stereotypes and potentially favor perpetrators of violence.

The focus of our work is on the following research problem: In what ways do beliefs in a just world (BJW) and secondary victimization related to the way people compensate victims of sexual violence and relativize the responsibility of perpetrators? In other words: How do BJW and secondary victimization relate to better understand the social psychological processes that lead individuals to seek restorative justice after an incident of sexual violence? To answer this question, we propose the central hypothesis that individuals' responses to sexual violence against women, especially rape, involve a BJW-based legitimization process. Specifically, we propose that BJW is related to individuals' evaluation of the situation by promoting secondary victimization. This process represents a psychosocial mechanism that may explain why both men and women avoid compensating rape victims and instead tend to exonerate perpetrators.

Thesis Overview

We tested our proposed hypothesis in a research program that included four correlational studies, one correlational study with a realistic sample, and three experimental studies, the results of which are presented in three separate articles. In the first article, we developed and validated a measure of secondary victimization, hypothesizing that this measure is structured along three dimensions: victim blaming, minimization of suffering, and avoidance of contact with the victim. While there are measures in the literature that assess victim blaming (Gravelin et al., 2019), these generally focus on only one of the dimensions and often use only one item. In this study, we sought to develop a scale with at least three dimensions to capture different forms of secondary victimization of rape victims.

In the second article, to understand the difference in gender asymmetry in victim compensation and acquittal by the assailant, we collected data from perpetrators and victims of violence and tested the hypothesis that male assailants with a high belief in a just world would compensate fewer victims and award higher amounts of compensation to the assailant than female victims of violence.

In Article 3, we replicated the mediating effects of secondary victimization on the relationship between BJW and victim compensation observed in previous studies. In addition, we expanded the framework by examining these processes in the context of aggressor victimization and compensation. In addition, we further developed our investigation by manipulating important contextual factors, including information about the circumstances of the rape incident, judicial follow-up decisions, the victim's behavior, and the social status of the perpetrator.

The summary of the results of our research program provides empirical evidence for our central hypothesis that individuals' reactions to sexual violence against women, especially rape, involve a process of legitimization. This process suggests that support for reparative

measures for the victim and attitudes toward the aggressor are related to individuals' support for secondary victimization, which in turn is based on a belief in a just world.

Referências

- Adams, G.S., & Mullen, E. (2015). Punishing the Perpetrator Decreases Compensation for Victims. *Social Psychological and Personality Science*, 6(1), 31-8.
- Alves, H., & Correia, I. (2010). Personal and general belief in a just world as judgement norms. *International Journal of Psychology*, 45(3), 221-31.
- Amâncio, L. (1997). The importance of being male: Ideology and context in gender identities. *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, 10, 79-94.
- Carlsmith, Kevin M. and Darley, John M., Psychological Aspects of Retributive Justice. *ADVANCES IN EXPERIMENTAL SOCIAL PSYCHOLOGY*, M. P. Zanna, ed., Vol. 40, pp. 193-236, San Diego, CA, Elsevier, 2008, Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=1031193>
- CEDAN (2020). Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as mulheres. 2020. Recuperado de: https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/migration/ao/UNDP_AO_GUIA-A-CONVENCAO-DA-CEDAW.pdf
- Cheek, N.N., Bandt-Law, B., & Sinclair, S. (2023). People believe sexual harassment and domestic violence are less harmful for women in poverty. *Journal of Experimental Social Psychology*, 107, 104472.
- Correia, I. F. (2000). A teoria da crença no mundo justo e a vitimização secundária: Estudos empíricos e desenvolvimentos teóricos. *PSICOLOGIA*, 14(2), 251–283.
<https://doi.org/10.17575/rpsicol.v14i2.514>
- Correia, I. (2010). Psicologia social da justiça: fundamentos e desenvolvimentos teóricos e empíricos. *Análise Psicológica*, XXVIII, 7-28. <http://dx.doi.org/10.14417/ap.249>

- Correia, I., Alves, H., Sutton, R., Ramos, M., Gouveia-Pereira, M., & Vala, J. (2012). When do people derogate or psychologically distance themselves from victims? Belief in a just world and ingroup identification. *Personality and Individual Differences*, 53(6), 747–752. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2012.05.032>
- Connor, R. A., & Fiske, S. T. (2019). Not minding the gap: How hostile sexism encourages choice explanations for the gender income gap. *Psychology of Women Quarterly*, 43(1), 22–36. <https://doi.org/10.1177/0361684318815468>
- Crockett, M. J., Özdemir, Y., & Fehr, E. (2014). The value of vengeance and the demand for deterrence. *Journal of experimental psychology. General*, 143(6), 2279–2286. <https://doi.org/10.1037/xge0000018>
- Curtis-Fawley, S., & Daly, K. (2005). Gendered Violence and Restorative Justice. *Violence Against Women*, 11(5), 603-38.
- Dalbert, C. (2009). Belief in a just world. In Leary, M. R. & Hoyle, R. H. (Eds.), *Handbook of Individual Differences in Social Behavior* (pp. 288-297). New York: Guilford Publications.
- Darley, J. M., & Pittman, T. S. (2003). The psychology of compensatory and retributive justice. *Personality and social psychology review : an official journal of the Society for Personality and Social Psychology, Inc*, 7(4), 324–336. https://doi.org/10.1207/S15327957PSPR0704_05
- Doise, W. (2002). Da psicologia social à psicologia societal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18(1), 027-35.
- Estamira, A. L. J., Pereira. C. R., Monter. M. R., & Zlobina. A. (2013). Valores sociais. In Camino, L., Torres. A. R. R., Limas, M. E. O., & Pereira, M. E. (Org), *Psicologia Social: Temas e teorias* (2 ed, pp. 311-355)

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2022). Anuário de segurança pública.

<file:///C:/Users/suian/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/anuario2021completo v4bx.pdf>

Gravelin, C.R., Biernat, M., & Bucher, C.E. (2019). Blaming the Victim of Acquaintance Rape: Individual, Situational, and Sociocultural Factors. *Frontiers in Psychology*, 9, <Missing page number>.

Gromet, D., Darley, J. Restoration and Retribution: How Including Retributive Components Affects the Acceptability of Restorative Justice Procedures. *Soc Just Res* 19, 395–432 (2006). <https://doi.org/10.1007/s11211-006-0023-7>

Hechler, S., Funk, F., & Kessler, T. (2023). Not revenge, but change is sweet: Experimental evidence of how offender change and punishment play independent roles in victims' sense of justice. *British Journal of Social Psychology*, 62(2), 1013-35.

Ismael, E. (1995). *Categorizacao das diferencas socio-econômicas em função do desenvolvimento cognitivo e do meio social. Eliana Ismael ... [et al.]*. Porto Alegre, Bra: UFRGS.

Kruger, Helmuth (2013). Ideologias, sistemas de crenças e atitudes. In In Camino, L., Torres. A. R. R., Limas, M. E. O., & Pereira, M. E. (Org), *Psicologia Social: Temas e teorias* (2 ed, pp. 263-308)

Lerner, M. J. (1980). *Belief in a just world: a fundamental delusion*. Nova Iorque: Plenum Publishing Corporation.

Lerner, M. J., & Miller, D. T. (1978). Just world research and the attribution process: Looking back and ahead. *Psychological Bulletin*, 85, 1030 –1051.

Luz, A., Bento, B. (2023). Justiça absolve ex-marido de mulher que gravou o próprio estupro no litoral de SP. <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2023/08/10/justica-absolve-ex-marido-de-mulher-que-gravou-o-proprio-estupro-no-litoral-de-sp.ghtml>

- Linhares, Layanne Vieira, & Torres, Ana Raquel Rosas. (2022). She deserved it: Analysis of variables that influence the accountability of victims of sexual violence. *Acta Colombiana de Psicología*, 25(1), 218-229. Epub March 24, 2022. <https://doi.org/10.14718/acp.2022.25.1.14>
- Linhares, L.V., Torres, A.R.R., de Lucena, A.K.V., & de Napolis, N.S.C. (2022). Blaming the Black Victim: the Victim's Skin Color and Belief in a Just World. *Trends in Psychology*, 31(1), 1-15.
- Mateus, K. S., & Pereira, C. R. (2021). System justification in the social explanation of the violence against minority groups. [Paper submitted to Publication]. Department of Psychology, Federal University of Paraíba.
- Naseralla, E.J., & Warner, R.H. (2020). The role of reporting in the evaluation of rape victims. *European Journal of Social Psychology*, 50(5), 1032-45.
- Paiva, T. T., Pereira, C. R. (2021). O Papel da Justiça na Relação do Sexismo e na Violência Contra Mulher [The Role of Justice in the Relationship of Sexism and Violence Against Women]. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, Vol., 55, No. 3, e1591
- Santos, M.H., & Amâncio, L. (2014). Percepção de justiça, discriminação e sexismo. *Psicologia*, 28(1), 67.
- Tyler, T. R. (2006). Psychological perspectives on legitimacy and legitimation. *Annual Review of Psychology*, 57(1), 375–400.
<https://doi:10.1146/annurev.psych.57.102904.190038>
- Tavares, S. M., Pimentel, C. E., Paiva, T. T., & Pereira, C. R. (2022a). Development and Validation of the Secondary Victimization Scale. *Psychological Reports*, 0(0).
<https://doi.org/10.1177/00332941221092652>

Torres, Ana Raquel Rosas, & Faria, Margareth Regina Gomes Veríssimo de. (2008). Crença num mundo justo e preconceito: o caso dos homossexuais com HIV/AIDS. *Revista Interamericana de Psicologia*, 42 (3), 570-579. Recuperado em 28 de setembro de 2023, em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902008000300017&lng=pt&tlng=es.

Wenzel, M., Okimoto, T. G., Feather, N. T., & Platow, M. J. (2008). Retributive and restorative justice. *Law and human behavior*, 32(5), 375–389.
<https://doi.org/10.1007/s10979-007-9116-6>

Witte, Tricia H.; Schroeder, David A.; Lohr, Jeffrey M. (2006). *Blame for Intimate Partner Violence: An Attributional Analysis*. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 25(6), 647–667. doi:10.1521/jscp.2006.25.6.647

Yamawaki, N., Ochoa-Shipp, M., Pulsipher, C., Harlos, A., & Swindler, S. (2012). Perceptions of domestic violence: the effects of domestic violence myths, victim's relationship with her abuser, and the decision to return to her abuser. *Journal of interpersonal violence*, 27(16), 3195–3212.
<https://doi.org/10.1177/0886260512441253>

Article 1

Development and Validation of the Secondary Victimization Scale¹

¹ This article was published in the journal *Psychological Reports*: Tavares, S. M., Pimentel, C. E., Paiva, T. T., & Pereira, C. R. (2022). Development and Validation of the Secondary Victimization Scale. *Psychological Reports*, 126(5), 003329412210926. <https://doi.org/10.1177/00332941221092652>

Abstract

Sexual violence is ubiquitous in the history of human relationships, with the victim being perceived as responsible for their own misfortune. This phenomenon is labelled secondary victimization and is manifested in blaming, minimizing the suffering, and avoiding the victim. This article presents evidence of the validity of a scale that measures individual differences in these three types of secondary victimization of rape victims. In Study 1, we developed the scale items and analyzed their content validity. In Study 2, we carried out an exploratory analysis of its factorial structure and verified the set-up of the items in three theoretically predicted factors (blaming, minimizing the suffering, and avoiding the victim), which had convergent validity with the Rape Myth Acceptance Scale, and discriminant validity with the Big Five Personality Traits, in addition to having concurrent validity with the Belief in a Just World Scale (BJWS). In Study 3, we confirmed this tri-factor structure using confirmatory analysis. In Study 4, we analyzed the predictive validity of the Secondary Victimization Scale (SVS), proposing the hypothesis that secondary victimization mediates the effect of BJWS on the participants' behavior towards a rape victim. The summary of the results shows consistent evidence of the SVS's validity.

Keywords: sexual violence, secondary victimization, belief in a just world, rape, violence, justice.

Development and Validation of the Secondary Victimization Scale

Sexual violence against women is a common phenomenon worldwide, with one of the most severe manifestations being rape (Brown et al., 2017). Rape can be defined as any sexual act without the partner's consent (Koss et al., 2007; World Health Organization, 2021). This phenomenon is also prominent in Brazil, where data from official surveys conducted by the Institute for Applied Economic Research (IAER, 2013) show 527,000 attempts or rapes in the country (IAER, 2013). This data is particularly concerning as it indicates the presence of a descriptive norm (Burgess & Borgida, 1999; Heilman, 2012), suggesting that sexual violence needs to be understood in a broader social context, among other domains (Brown et al., 2017). This possibility offers greater relevance to studies of the social support for rape, particularly the factors that contribute to its legitimacy.

An example of social behavior that legitimizes this kind of violence is secondary victimization. It corresponds to the "additional injury" that occurs when the victim is confronted with the negative consequences caused by the social acceptance of the violence to which he or she has fallen victim, by becoming a victim again. A typical example of secondary victimization is blaming the victim for their misfortune (Brickman et al., 1982; Correia & Vala, 2003; Ryan, 1972). This phenomenon has been analyzed in studies on secondary victimization (e.g., Correia & Vala, 2003; Fetchenhauer et al., 2005; Lerner, 1980). According to these studies, women who have been victims of sexual violence are blamed for this misfortune even though they are innocent. Blaming the victim joins other examples of legitimizing the event, such as minimizing their suffering (e.g., Kleinke & Meyer, 1990) and avoiding it (e.g., Furnham & Procter, 1992). These three types of actions that can legitimize sexual violence against women are described as dimensions of secondary victimization of innocent victims (e.g., Correia & Vala, 2003; Campbell & Raja, 1999).

An insufficiently solved problem regarding this phenomenon concerns the measurement of the main characteristics of secondary victimization. As far as we know, no measurement instrument capable of capturing the main dimensions of the phenomenon has been presented in the literature on the subject, nor has correlational or experimental evidence been presented for the different validity modalities (content, factorial, convergent-discriminant, and criterion validity). In this article, we present the results of a research program in which we describe the process of validating a self-report scale to assess secondary victimization of rape victims. Proposing a valid and accurate measure of this issue helps to fill a gap in studies of secondary victimization and may also support the improvement of theory that is fundamental to a better understanding of sexual violence against women.

The Social Psychology of Secondary Victimization

One explanation for the occurrence of secondary victimization is that people are motivated to act as if they believe that the world is a just place to live, where everyone gets what they deserve and deserves what they get, as Lerner (1980) suggests in his Belief in a Just World theory (BJW). According to this theory, people are motivated to perceive justice in the world so that they respond and ratiocinate as if they believe that the world is indeed a just place (Alves, 2013; Correia et al., 2018; Lerner, 1977; Lerner, 1980). Moreover, the theory predicts that people act to defend their BJW, especially when unjust situations threaten it. One of these types of actions is secondary victimization. According to Lerner (1980), this is a defence mechanism to reduce anxiety and maintain future predictability and a sense of control over the uncertainties of life. Secondary victimization can occur in a variety of situations, including illness, poverty, sexual assault, and in response to the suffering of innocent victims.

There is evidence for secondary victimization in response to rape victims. For example, Felson and Palmore (2018) used one item to measure direct blaming of a rape victim (e.g., "While the majority of the blame goes to the offender, she deserves some blame

for the outcome") and another for indirect blaming (e.g., "She should not have put herself in that situation") and demonstrated that participants agreed more with the indirect item when it blamed the victim. In the same context, Mendonça et al. (2016) measured minimization of suffering from the following sentence: 'X continues to suffer the consequences of the assault'. Results showed that participants with high BJW reported greater secondary victimization of an innocent victim than participants in the non-innocent victim condition. In addition, Campbell et al. (1999) used a dichotomous measure of secondary victimization behavior and found an association between this measure and posttraumatic stress symptoms in women who were victims of rape.

The use of only one item or experimental procedures that focus on only one dimension of secondary victimization has been the major limitation in measuring individual differences in responses to victimization, which in turn may limit the validity and precision with which behaviors can be assessed (for a review, see Laskey et al., 2019). Although providing relevant information about victim-blaming, this construct's overall quality of measurement was relatively limited, as it did not adequately cover facets of secondary victimization and did not provide a reasonable estimate of measurement error. For this reason, it is handy and necessary to develop a scale to systematically measure the various forms and manifestations of secondary victimization in rape victims.

A valid and reliable measure of secondary victimization of sexual violence is critical to understanding the psychological and social motivations behind supporting survivors of sexual violence, particularly rape victims. Because measurement tools related to sexual violence tend to focus on stereotypes and beliefs about this event, there are no specific self-report scales that measure multiple dimensions of secondary victimization related to sexual violence (Scarpati et al., 2014). The current research program aimed to provide psychometric evidence for a Secondary Victimization Scale (SVS). We developed the SVS to assess three

of the best-described manifestations of secondary victimization: blaming the victim, avoiding the victim, and minimizing the victim's suffering.

Studies Overview

In this research program, we intend to develop an instrument to measure secondary victimization in situations of sexual violence. In the first study, we designed the scale items and confirmed their content validity through expert raters and conducted a pilot study on a sample of the target population. In the second study, we analyzed the factorial structure of the scale to verify that the items loaded on factors describing victim blaming, victim suffering, and victim avoidance. In the third study, we tested several alternative measurement models to confirm the factorial structure found in Study 2. In the fourth study, we analyzed the criterion validity of the scale by testing the hypothesis that secondary victimization mediates the relationship between belief in a just world and the social value attributed to the rape victim. In all studies, participants signed the Informed Consent Form (ICF), which explained the objectives and ensured the anonymity of their responses. The Research Ethics Committee of a Brazilian Federal University approved all procedures used in the studies (CAEE: 20080819.3.0000.5188). We made all data publicly available through the Open Science Framework https://osf.io/9zktq/?view_only=277d4efe16a14b0990b0fc4a00e93e10.

Study 1: Scale Development and Content Validity

We drew on the literature mentioned in the introduction to develop the SVS. The elaboration of the items was done in several steps: 1) definition of the construct of secondary victimization and identification of its theoretical dimensions; 2) elaboration of items based on the definition of the theoretical dimensions of secondary victimization; 3) analysis by expert raters; 4) selection of the best items to describe the construct; 5) pre-test with a target population to check the clarity of the cognitive understanding of the items. We developed four items for each dimension to test how people would respond to an injustice event (see Table

1). After this phase, we focused on creating a scenario to represent sexual violence. This scenario was fictional and intended to encourage people to respond to the SVS items in the face of an everyday situation in the society in which they live, representing one of the most dramatic forms of victimization of women in that society.

The scenario represents the following situation of sexual assault.:

"A 21-year-old female student went to the police to file a complaint that her boyfriend raped her. She says the incident occurred at a hotel on a south coast beach where they had spent the weekend. The student's boyfriend denied the incident when questioned by police. He claimed that he had no reason to force his girlfriend to have sex".

Table 1. *Items of the secondary victimization scale and their predicted theoretical dimensions (Study 1).*

Items	Item contents	Dimension
01	The student has suffered greatly from the consequences of this situation.	Minimizing of suffering
02	The student is taking advantage of the situation.	Minimizing of suffering
03	The student's situation is very painful for her.	Minimizing of suffering
04	The situation was pleasant for the student.	Minimizing of suffering
05	The student has a share of the blame for what happened to her.	Victim Blaming
06	The student deserved what happened to her.	Victim Blaming
07	The student is primarily responsible for what happened to her.	Victim Blaming
08	It would have been better if she hadn't spent the weekend with her boyfriend.	Victim Blaming
09	I'd like to meet the student in person.	Victim Avoidance
10	Wishes to give shelter to the student until the situation is resolved.	Victim Avoidance
11	I'd like to go to the police and testify for the student.	Victim Avoidance
12	I'd like to accompany the student to court hearings.	Victim Avoidance

After elaborating on the scale items, we asked experts to evaluate the appropriateness of

each item concerning the theoretical dimensions for which it was developed.

Study 1a: Expert Analysis

Method

Participants. The experts were selected because they had experience with studies of perceptions of justice in the context of social inequality. They were contacted by e-mail, which included the term explaining the study's aims and asking for their cooperation in analyzing the items. Four professional psychologists participated ($M_{\text{age}} = 26.00$; $SD = 1.82$).

Instrument. To verify whether the items represented the dimension of secondary victimization for which they were developed, raters evaluated the 12 items according to the following criteria (see Dimitrov, 2012; Kyriazos & Stalikas, 2018): whether the item was a good representation of its theoretical domain; whether the item accurately represented that domain; whether the content of the item was clearly presented; and whether the item was relevant to the proposed dimension. They used a 10-point scale with 0 representing no appropriateness of the item and 10 representing complete appropriateness of the item to the aspects assessed.

Procedures. Participants were given access to an online questionnaire to assess the above criteria. We calculated the Kappa coefficient to determine the content appropriateness of the items and to select the best items more accurately (Bland & Altman, 1986; Cicchetti & Sparrow, 1981). This coefficient estimates the appropriateness of items on each dimension of the secondary victimization measure and indicates the degree of agreement among raters. The higher the value, the greater the agreement. For the criteria of accuracy, clarity, and relevance of the items, we calculated the Content Validity Coefficient (CVC), which estimates the extent to which each item is consistent among experts in terms of item content, i.e., the higher the coefficient, the more consistent the item (Hernández Nieto, 2002).

Results

Results showed an intraclass correlation coefficient (ICC) of .88 for raters' agreement and a Kappa of .88 for item adequacy. For accuracy, clarity, and relevance, we found a very high CVC: CVC Accuracy = .80; CVC Clarity = .81; CVC Relevance = .80. Thus, these results are initial evidence of the content validity of the SVS items. Both the reliability of the items and the level of inter-rater agreement were presented (Bland & Altman, 1986; Cicchetti & Sparrow, 1981), suggesting that the items are of good quality to be tested in the population (Boateng et al., 2018). Furthermore, the expert raters did not suggest any changes in the elaboration of the items or their wording.

Study 1b: Cognitive Interviews

Method

Participants. Seventeen university students participated, volunteering to assess the comprehensibility of the wording of the items. The age of the students ranged from 21 to 31 years ($M = 24.40$; $SD = .68$), the majority were female (58%).

Instruments. The SVS items and the rape scenario were analyzed for content comprehension. At this stage, participants indicated how clear and understandable the wording of the rape scenario and each item was (1 = not clear to 4 = completely clear).

Procedures. Participants were contacted by e-mail and informed about the objectives of the study. We calculated the mean agreement scores for the comprehensibility of the violence scenario and each item. We used the midpoint of the response scale (i.e., $M > 2.5$) as the cut-off for the ratings as the appropriate criterion.

Results

The scenario received an average score of 4.00 and 100% agreement among participants ($SD = .00$), indicating that it was perceived as completely clear. Responses to the individual items followed this trend, with mean scores ranging from 3.06 ($SD = 1.29$) to 3.82 ($SD = .53$) and significantly higher than the midpoint of the response scale, i.e., $M > 2.5$ ($t_s >$

1, 77 and < 10.3 , at $p < .001$). These results indicate that both the scenario and the items are semantically understandable to the target population.

Discussion

This study developed the SVS items and demonstrated their content validity. Specifically, results indicated that participants found the items appropriate, accurate, clear, and relevant to measure the three critical dimensions of secondary victimization of a rape victim. This content validity analysis by expert raters is critical in identifying the best items for scale composition (Hernández-Nieto, 2002; Kyriazos & Stalikas, 2018), as it ensures the theoretical plausibility of the appropriateness of the items for the dimensions for which they were developed. Cognitive interview analysis of items comprehensibility was another essential step to ensure that the target population understood the wording. In all these stages, no item had to be excluded because neither experts nor students suggested changes to the content presented.

Study 2: Factorial Validity of the SVS

The purpose of this study was to investigate whether the factorial structure of SVS empirically corresponds to the three theoretical dimensions envisaged for secondary victimization: Minimizing Victim Suffering, Victim Blaming, and Victim Avoidance. In addition, we analyzed the quality of the items using Item Response Theory. We then estimated the convergent-discriminant validity of the SVS using measures that theoretically should be more strongly correlated with secondary victimization of rape victims (i.e., convergent validity) and measures that should be very weakly correlated with secondary victimization of rape victims (i.e., discriminant validity). We also analyzed whether beliefs in a just world predict secondary victimization factors, which gives us a first indication of the criterion validity of the SVS.

Method

Participants

Two hundred students aged 17 to 45 years ($M = 22.40$; $SD = 3.99$) from public and private universities in the city of João Pessoa, Brazil, participated. An analysis of the sensitivity of the sample using the observed degrees of freedom ($df = 24$) and defining hypothetical acceptable goodness of fit of the measurement model to the data (based on $RMSEA = .08$), our sample size ($N = 200$) provides a strong power of .93.

Procedures

Data collection was done individually and collectively (e.g., classrooms) after participants signed the informed consent form (ICF). We informed them of the confidential nature of the study so that they could not self-identify and of the possibility of discontinuing the study at any time without consequences if they wished. Completing the survey would take an average of 10 minutes. Participants answered the instruments described below.

Measures

Secondary Victimization Scale (SVS). Developed in Study 1, participants indicated their agreement with each item a scale ranging from 1 (Strongly disagree) to 5 (Strongly agree).

Belief in a Just World Scale (BJWS). Developed by Dalbert et al. (1987) and validated in Brazil by Pimentel et al. (2010), participants answered the six items (e.g., "Basically, the world we live in is fair"; $\alpha = .69$) on a scale ranging from 1 (strongly disagree) to 5 (strongly agree).

Belief in an Unjust World Scale (BUWS). This scale, developed by Dalbert et al. (2001) and validated in Brazil by Pimentel et al. (2012), includes four items (e.g., "many people endure an unfair fate"; $\alpha = .76$). The participants answered on a scale from 1 (strongly disagree) to 5 (strongly agree).

Rape Myth Acceptance Scale (RMAS). Developed by Payne et al. (1999) and validated in Brazil by Scarpati et al. (2014). This scale consists of 25 items distributed across four dimensions: Women's Accountability (e.g., "A woman wearing short or low-cut clothes is looking for a problem"; for the present study, it had $\alpha = .81$ compared to the original study, which was $\alpha = .74$); Minimizing Severity (e.g., "Bruising is necessary for women to be taken seriously"; for the present study, it had $\alpha = .75$ compared to the original study, which was $\alpha = .68$); Female Excuse (e.g., "Women like sex when men use force"; for the present study, it showed $\alpha = .87$ compared to the original study, which was $\alpha = .71$); and male instinct (e.g., "Men rape due to their strong desire for sex"; for the present study, it showed $\alpha = .71$ compared to the original study, which was $\alpha = .64$). Participants indicated their agreement with each item on a scale of 1 (strongly disagree) to 7 (strongly agree).

Ten-Item Personality Inventory. Developed by Gosling et al. (2003); adapted for Brazil by Pimentel et al. (2014). The measure consists of 10 items distributed across five factors: Conscientiousness (e.g., reliable, self-disciplined), Openness to Experience (e.g., conventional, lacking creativity), Emotional Stability (e.g., calm, emotionally stable), Extraversion (e.g., extraverted, enthusiastic), Agreeableness (e.g., friendly, welcoming). This scale assesses how a person views him/herself on a scale of 1 (strongly disagree) to 7 (strongly agree).

Data Analysis

We analyzed the data using SPSS statistical software (version 24 for Windows). First, we calculated descriptive statistics to characterize the sample (frequencies, means, and standard deviations). Then, we performed Principal Component Factor analysis (PCA) with oblique rotation of the Secondary Victimization scale. We also calculated Pearson correlations for discriminant validity with the Ten-Item Personality Inventory and convergent validity with the Rape Myth Acceptance Scale. We conducted a regression analysis to

determine whether the BJWS and BUWS predicted the SVS factors. We estimated Cronbach's alpha and composite reliability to test internal consistency beyond McDonald's omega. We used the Mplus software (Muthén & Muthén, 2010) to estimate item response theory parameters (Asparouhov & Muthén, 2016).

Results

SVS's Factorial Structure

We performed PCA without specifying the number of factors to be extracted. We used the Kaiser criterion (eigenvalue greater than 1.00) and the graphical distribution in the Scree plot to determine the number of factors. We found three factors with eigenvalues > 1.00 , and the Scree Plot was also consistent with a three-factor solution. However, two items did not load coherently on any factor (i.e., item 8: "It would be better if she hadn't spent the weekend with her boyfriend"; and item 9: "I would like to meet the student in person"), so we decided to exclude these items based on this criterion.

After excluding items 8 and 9, we conducted a second PCA and set the model to three factors. The results showed that all factors were greater than 1.00. However, item 4 (i.e., "the situation was pleasant for the student") resulted in the factor "victim-blaming," which had a semantic inconsistency (see Table 1). We again conducted a PCA with the nine items and corrected three factors (see Table 2). In this analysis, we found that the items loaded on the proposed factor were consistent with the semantics of each dimension. We then assessed the reliability of the SVS using Cronbach's alpha and composite reliability (CR) and obtained the following results: blaming the victim ($\alpha = .82$; CR = .83 $\omega = .83$); victim avoidance ($\alpha = .83$; CR = .87 $\omega = .83$); and minimizing suffering ($\alpha = .83$; CR = .79 $\omega = .81$).

Table 2. *Factorial Structure of the Secondary Victimization Scale (Study 2).*

Items	Factors		
	1	2	3
6. The student has earned what she has earned happened.	0.82		
7. The student is primarily responsible for the that happened to her.	0.81		
5. The student has a share of the blame for the happened to him.	0.76		
11. Would you like to go to the police to testify in favour of the student.		0.87	
12. Would you like to accompany the student to the court hearings.		0.85	
10. You wish to give shelter to the student until the situation be resolved.		0.80	
1. The student has suffered a lot from consequences of that situation.			0.82
2. The student's situation is very painful for she.			0.79
3. The student is taking advantage of the situation.			-0.65
Number of items	3	3	3
Eigenvalues	4.43	1.67	0.64
Variance Explained (%)	49.12	18.49	7.26
Alfa de Cronbach	0.82	0.83	0.83

Nota. Factor 1: Victim Blaming; Factor 2: Victim Avoidance; Factor 3: minimization of Victim Suffering; Bartlett's Test of Sphericity: $\chi^2(66) = 1060.92$; $p < 0.00$; Kaiser-Meyer-Olkin index (KMO) = .85.

Item's Parameters

We conducted an item analysis using item response theory to analyze whether the exclusion of items resulting from the factor structure analysis would affect the quality of the measurement of the general latent trait (Asparouhov & Muthén, 2016). We used the Graded Response Model for polytomous items (2- PL), testing the assumption of unidimensionality of the latent trait (Samejima, 1969). Items 8 and 9 showed low discrimination according to the criteria proposed by Baker (2001), which may affect the formation of the latent trait, indicating that these items should be deleted. For the following analysis, we used these parameters as criteria for item suitability, which have a value of $>.65$ (Baker, 2001). The exclusion of items 8 and 9 is consistent with the Kaiser criterion analysis, which indicated that these items did not load adequately on any factor. Regarding the difficulty (or agreement) of the items, we found values of the latent variable (i.e., the theta estimates) that varied between item 3 (-.13) and item 4 (2.26).

Table 3. *Items parameters estimated using Item Response Theory (Study 2)*

Items	<i>a</i>	<i>b1</i>	<i>b2</i>	<i>b3</i>	<i>b4</i>
MS1	-0.84	-2.17	-1.51	-0.93	0.20
MS2	0.87	-0.17	0.78	1.81	2.32
MS3	-0.79	-2.17	-1.55	-0.95	-0.20
MS4	0.89	0.34	1.12	1.75	2.32
VB5	0.84	0.12	0.73	1.22	2.17
VB6	0.88	0.53	1.34	2.05	2.17
VB7	0.92	0.53	1.28	1.88	-
VB8	0.48	-0.75	-0.24	0.62	1.28
VA9	-0.29	-1.12	0.65	0.44	1.51
VA10	-0.73	-1.31	-0.61	0.53	1.47
VA11	-0.75	-1.08	-0.41	0.49	1.22
VA12	-0.89	-1.12	-0.46	0.61	1.40

Note. MS1-MS4: Minimization of victim suffering items; VB1-VB4: Victim blaming items; VA1-VA4: Victim avoidance items.

Discriminant-convergent validity

We examined the convergent-discriminant validity of the SVS by analyzing the correlation between this scale and the acceptance of rape myths and the Big Five personality traits. Results showed (Table 4) strong correlations between victim blaming and the following factors on the rape myth scale: women's accountability, minimization of severity, women's excuse, and male instinct. Victim avoidance correlated weakly with rape myths, particularly female accountability, female excuse, and male instinct. Minimizing suffering correlated strongly with women's accountability, severity minimization, women's excuse, and male instinct. The results also showed that there were no reliable correlations between the SVS factors and the personality traits; the only exception was a low correlation with Emotional Stability.

Table 4. *Bivariate correlations between the SVS factors, personality and the myths of rape factors (Study 2)*

	Victim blaming	Victim avoidance	Minimization of suffering
Extroversion	0.00	0.05	-0.03
Pleasantness	-0.04	0.02	-0.06
Conscientiousness	0.04	0.02	-0.02
Emotional stability	0.05	0.18*	-0.01
Openness to experimentation	-0.09	0.00	-0.02
Women's accountability	0.65**	0.24**	0.58***
Minimization of gravity	0.47***	0.13	0.47***
Female excuse	0.51***	0.23**	0.58***
Male instinct	0.65***	0.21**	0.58***

Note: * $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$.

Concurrent Validity

We examined concurrent validity by regressing SVS on belief in a just world (BJW) and belief in an unjust world (BUW). Results showed that BUW negatively predicted the three dimensions of secondary victimization, whereas BJW positively predicted these dimensions. Victim avoidance was not significantly related to any of the predictors in the regression analysis (Table 5).

Table 5. *OLS regression estimates of the association between the Just World Belief measures and each dimension of secondary victimization as measured by the SVS (Study 2).*

Effect	Estimate	β	t	p
Victim blaming ($R^2_{Adj} = 0.18$)				
Intercept	2.49		5.34	.01
BJWS	0.18	0.14	1.79	.007
BUWS	0.35	0.36	4.27	.001
Minimization of suffering ($R^2_{Adj} = 0.16$)				
Intercept	2.44		5.08	0.01
BJWS	0.23	0.17	2.25	0.02
BJWS	-0.29	-0.27	-3.50	0.01
Victim Avoidance ($R^2_{Adj} = 0.02$)				
Intercept	3.75		5.94	0.01
BJWS	0.01	-0.09	0.16	0.87
BJWS	-0.15	-0.20	-1.80	0.07

Nota. BJWS = belief in a just world scale; BUWS = Belief in an Unjust World Scale.

Discussion

The current study provided preliminary evidence for the factorial, convergent-discriminant, and predictive validity of the SVS. The results allowed us to retain nine items measuring three theoretically predicted factors of secondary victimization of a rape victim: minimization of suffering, victim-blaming, and victim avoidance. Item quality analysis using IRT revealed adequate discrimination and item difficulty parameters. In addition, the items were sufficient to measure the dimensions with good internal consistency, both using Cronbach's alpha and composite reliability.

In particular, the pattern of correlations with the other measures was sufficiently robust for the SVS to be considered convergent with measures of rape myths (Scarpati et al., 2014) and discriminant concerning the Big Five personality traits. In the following study, we

conducted a more in-depth analysis of these parameters and tested several alternative measurement models for the factorial structure of the scale.

Study 3: Confirmatory Analysis of the SVS Factorial Structure

This study aims to extend the factorial validity analysis of the SVS by testing different measurement models on its structure. First, we tested the hypothesis that the scale items reflect the multidimensional structure of secondary victimization (i.e., the three factors we identified in previous studies: Minimizing Suffering, Victim Blaming, and Victim Avoidance). We tested this factor structure using confirmatory factor analysis by comparing it to three alternative models. Alternative Model 1 specified a single latent factor to explore the possibility of a single general factor underlying the SVS items. The second alternative model tested a hierarchical multifactorial structure in which the three first-order factors loaded on a second-order general factor. Finally, alternative model 3 specified a bifactorial structure. This model predicted that the SVS would assess secondary victimization using three specific factors (i.e., S-factors) and one general factor (i.e., G-factor). In addition to analyzing the factorial structure of the SVS, we again examine its convergence with the Rape Myth Acceptance Scale.

Method

Participants

One hundred and ninety-nine Brazilian undergraduates aged 17 to 62 years ($M = 22.4$; $SD = 3.77$) participated in this study. We conducted a sensitive analysis of this sample using Webpower (Zhang & Yuan, 2018). We found that our sample was large enough to detect an acceptable fit to the data, based on $RMSEA < .079$ and $Power = .80$.

Measurements

Secondary Victimization Scale. We used the nine items of the SVS that we developed in previous studies to measure secondary victimization by sexual violence.

Rape Myth Acceptance Scale. We used the same scale that we used in Study 2. The four dimensions showed adequate internal consistency in this study: female accountability (WA); α (.74), gravity minimization (GM); α (.68), female excuse (FE); α (.71), male instinct (MI); α (.64).

Data Analysis

We used MPLUS software version 6 (Muthén & Muthén, 2010) to estimate a series of confirmatory factor analyzes based on the maximum likelihood estimator. We assessed model fit using the following indices: χ^2 /gl (chi-square/degrees of freedom), CFI (Comparative Fit Index), RMSEA (Root Mean Square Error of Approximation), SRMR (Standardized Root Mean Square Residual), and TLI (Tucker Lewis Index) (Hair et al., 2006). In assessing the fit of the model to the data, we used the following criteria (Byrne, 2010): χ^2 /gl < 4.00; CFI > .95; TLI \geq .90; RMSEA < .08; SRMR < .10. We estimated the internal consistency of the SVS and the bivariate correlation between the SVS and the Rape Myth Acceptance Scale to analyze convergence between these two measures. For statistical identification and estimation of the bifactorial model, we followed the procedures proposed by Eid et al. (2019). We then specified the model with a reference indicator (S·I - 1), in which we set item 4 as the reference for the general factor.

Results

SVS Factor Structure

Table 6 shows the fit indices for the different measurement models we estimated. The one-factor model had the worst fit indicators, mainly the SRMR. The three-factor first-order model fit the data very well and was significantly better than the one-factor model. The same happened with the hierarchical multidimensional model, where the fit indices were identical to those of the three correlated factors. Finally, the model prescribing a bifactorial structure

had the best-fit index, particularly the SRMR. The fit of this model is significantly better than that of all the other models we tested.

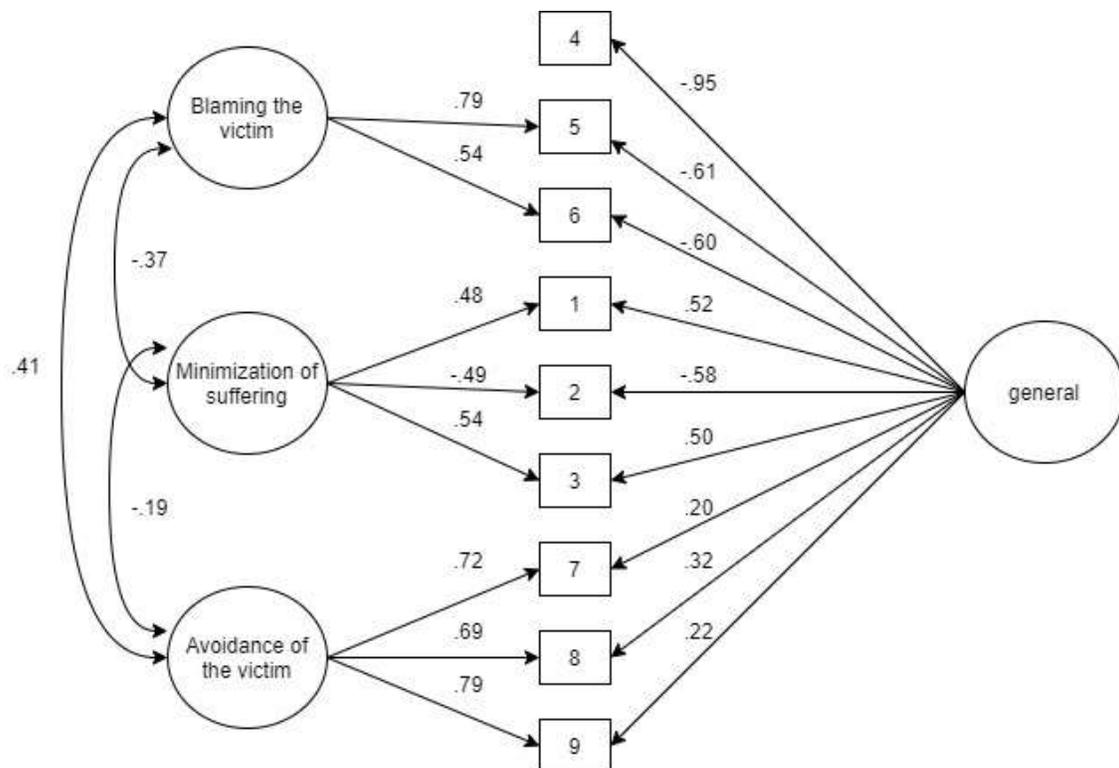
Table 6. *Goodness-of-fit of the SVS measurement models (Study 3)*

Model	χ^2	df	χ^2/df	CFI	TLI	RMSEA(IC90%)	SRMR	$\Delta/\chi^2(\text{df})$
Single General Factor	278.09	27	10.29	0.69	0.59	0.21(0.19-0.24)	0.11	220.91(3)**
Three correlated factors	57.18	24	2.38	0.96	0.93	0.08(0.05-0.11)	0.05	
Second Order General Factor	57.18	24	2.38	0.96	0.93	0.08(0.05-0.11)	0.05	
Bifactor	23.56	17	1.38	0.99	0.98	0.04(0.000-0.084)	0.02	32.21(7)**

*** $p < .001$

Figure 1 shows the parameters estimated by the bifactor model. For each factor, the coefficients ranged from $-.49$ (item 2) to $.79$ (items 8 and 9), all statistically different from zero. Coefficients ranged from $.20$ (item 7) to $-.95$ (item 4) for the general factor. The coefficients of all items were significant and therefore appropriate for measuring the general factor of secondary victimization.

Figure 1. Bifactor Structure of the SVS (Study 3)



Note. All estimated parameters are significant at $p < .01$.

Internal Consistency

We calculated the internal consistency of the three dimensions of the SVS, which yielded the following coefficients: minimizing suffering, $\alpha = .83$ and $CR = .88$ and $\omega = .80$, blaming the victim $\alpha = .82$ and $CR = .90$ $\omega = .85$, avoiding the victim, $\alpha = .83$ and $CR = .89$

and $\omega = .82$, general secondary victimization ($\alpha = .85$ and CR = .96).

Convergent Validity

Table 7 shows the correlations between the SVS and the dimensions of the rape myth scale. Victim-blaming correlated strongly with the following rape myths: women's accountability, minimization of gravity, female excuse, and male instinct. Victim-blaming correlated significantly with the women's accountability, minimization of gravity, female excuse, and male instinct. In addition, minimization of suffering correlated with women's accountability, minimization of gravity, female excuse, and male instinct.

Table 7. *Bivariate correlations between acceptance of rape myths and SVS factors (Study 3)*

	Blaming the victim	Avoidance of the victim	Minimization of suffering
Women's accountability	0.49***	0.37**	0.28**
Minimization of gravity	0.56***	0.23**	0.28**
Female excuse	0.55***	0.38**	0.29**
Male instinct	0.36*	0.25**	0.14**

Note: * $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$.

Discussion

The current study showed complementary evidence for the factorial and convergent validity of the SVS. Synthesis of the results showed that the SVS has a bifactor structure. The scale assessed three specific correlated factors (S- factors) and a general secondary victimization factor (G- factor). The specific and general factors showed high internal

consistency as measured by composite reliability, Cronbach's alpha, and McDonald's omega.

The results of this study have important implications for the development of the SVS. First, the SVS was shown to be suitable for measuring specific forms of secondary victimization. Second, the SVS was also able to measure individuals' general motivation for secondary victimization, which may be very useful for future studies to distinguish specific domains more generally. However, the studies we have conducted have not yet shown whether the SVS is also suitable for measuring secondary victimization in a model in which belief in a just world predicts victimization and subsequently a behavioral criterion.

Study 4: Criterion Validity

In this study, we aimed to investigate a particular case of criterion validity by analyzing the role of SVS in the relationship between belief in a just world and participants' willingness to reward a victim of injustice (i.e., the criterion variable). Secondary victimization is a consequence of belief in a just world (e.g., De Keersmaecker et al., 2020; Mendonça et al., 2016) and is related to the legitimization of social inequalities (Costa-Lopes et al., 2013), which is an example of individuals' reluctance to promote restorative justice (e.g., Gromet & Darley, 2006). We hypothesized that if the SVS measures secondary victimization, this victimization should be predicted by the BJW and should be a predictor of individuals' willingness to engage in restorative justice. Furthermore, and most importantly, if these relationships exist, secondary victimization is likely to mediate the relationship between the BJW and restorative justice. Because secondary victimization is motivated by the BJW (e.g., Correia, 2000), the more people minimize the victim's suffering, blame her, and avoid contact with her, the less likely they are to be willing to take action to restore justice that compensates for the harm caused by the victimization.

Method

Participants

One hundred and ninety-five students aged 18 to 36 years ($M = 21.1$; $SD = 3.87$) from public and private universities in the city of João Pessoa, Brazil, participated in this study. This sample size provided a power of 80% to detect an average effect size of $r = 0.20$, calculated using WebPower (Zhang & Yuan, 2018).

Measures

Belief in a Just World Scale. We used the scale developed by Dalbert et al. (1987) and validated in Brazil by Pimentel et al. (2010), which measures six items and Cronbach's alpha (0.66). Items are answered on a five-point scale ranging from 1 (strongly disagree) to 5 (strongly agree), such that the higher the score, the higher the belief in a just world.

Secondary Victimization Scale. We used the SVS developed in previous studies. In the current study, we observed the following internal consistency of factors: Blaming the victim ($\alpha = 0.82$ and $\omega = 0.83$), Avoiding the victim ($\alpha = 0.73$ $\omega = 0.73$), Minimizing the victim suffering ($\alpha = 0.82$ $\omega = 0.82$).

Criterion measure. We asked participants to indicate how much in Reais (the Brazilian currency) the victim should receive as compensation for his suffering. Responses ranged from zero to 100000 ($M = 15289.23$; $SD = 28230.16$). The distribution for this compensation was positively skewed and leptokurtic with skewness and kurtosis values above 2.0. Therefore, we analyzed the compensation with a natural log transformation.

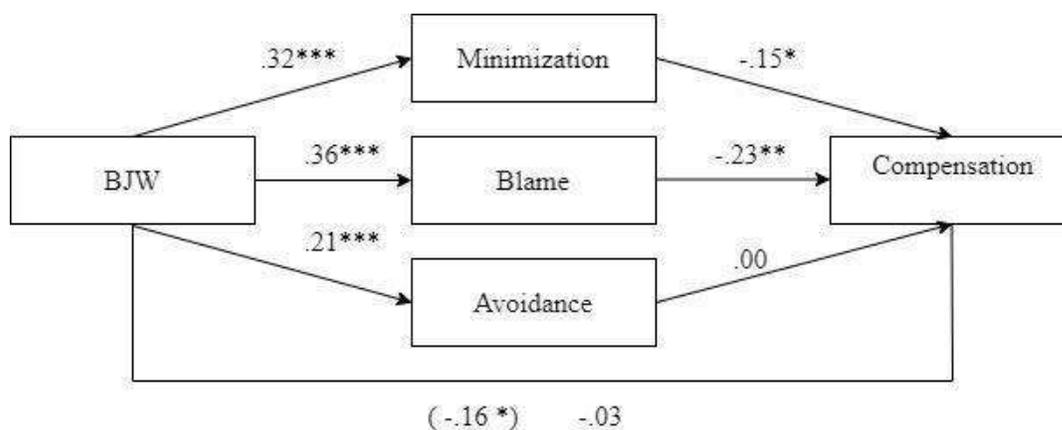
Data Analysis

We analyzed the data using the IBM SPSS Statistics 24 for descriptive statistics. We tested multiple mediations by estimating model 4 of the PROCESS extension (Hayes, 2017) and using bootstrapping with 5000 replicate samples.

Results

In analyzing mediation for each factor, we found that this mediation occurred across two dimensions of secondary victimization. One of them is minimizing the victim's suffering: the greater the BJW, the greater the minimization of suffering, and the greater this minimization, the lower the amount of compensation for a rape victim. The indirect effect was significant (indirect effect = $-.05$; $SE = .03$; 90%CI: $-.10$; $-.001$), confirming our prediction that this form of secondary victimization mediates the relationship between BJW and the amount of compensation awarded. A similar process occurred with the victim-blaming factor, such that the higher the BJW, the greater the victim-blaming, which in turn predicted lower compensation. The indirect effect was also significant (indirect effect = $-.08$; $SE = .03$; 90% CI: $-.13$; $-.03$). Finally, the BJW also predicted victim avoidance, although this avoidance was unrelated to the amount of compensation, which did not confirm the mediation effect we predicted (indirect effect = $.00$; $SE = .02$; 95% CI: $-.03$; $.03$).

Figure 2. Estimated parameters representing the mediating role of *secondary victimization* factors (as measured by SVS) in the relationship between the BJW and victim's compensation (Study 4)



Note. BJW = Belief in the Just World. * $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$.

Discussion

This study provided additional evidence for the validity of the SVS. Our results showed the relationship between secondary victimization factors and BJW and victim compensation. They confirmed our prediction that secondary victimization measured by the SVS mediates the relationship between the BJW and victim compensation. The greater the BJW, the greater the minimization of suffering, blaming, and victim avoidance. In addition to the three types of secondary victimization, only victim avoidance did not play a mediating role in the process analyzed.

General Discussion

We developed the Secondary Victimization Scale in four studies and demonstrated its reliability and validity. In Study 1, we developed the items and analyzed the scale's content validity. Study 2 showed that the items measured the three dimensions of victimization identified in the literature and demonstrated their convergence with a well-established measure of rape myths and their distinctiveness with the five personality traits. Study 3 showed that the SVS is adequate to capture the specific factors of secondary victimization and a general factor of this victimization. Finally, Study 4 confirmed our hypotheses that secondary victimization, as measured by the SVS, is related to the BJW and mediates the relationship between the belief in a just world and the compensation awarded to the victim as reparation for the injustice suffered.

These findings not only demonstrate the appropriateness of the SVS for measuring secondary victimization but also confirm previous research highlighting the centrality of secondary victimization to people's responses to victims of sexual violence (e.g., Campbell & Raja, 1999; Felson & Palmore, 2018). Evidence of convergent validity with rape myths (Study 3), with BJW (Study 4), and with restorative justice compensation helped shed light on the broader question of how BJW motivates individuals to delegitimize policies aimed at

valuing victims of misfortune (Gromete & Darley, 2006), particularly when those policies relate to compensating sexual assault victims with financial resources. The results of Study 4 illustrate this process by showing that the greater individuals' belief in a just world, the more they tend to victimize a rape victim secondarily, and the greater this victimization, the less willing these individuals are to compensate the victim.

In short, the results suggest that the SVS is a good and reliable instrument and can be used in future studies to measure secondary victimization of rape victims. Measuring this victimization is fundamental to better understanding how individuals respond in situations of injustice. In addition to measuring this event correctly, it is necessary to use it as a basis for public intervention measures to support victims of sexual violence and minimize their suffering when they seek social support, thus ensuring a more just society. Accordingly, the SVS can make a unique contribution to the study of motivations for justice because it presents, for the first time, a measurement tool with valid evidence of various manifestations of secondary victimization, which, to our knowledge, has not been developed before.

Although all the present study's findings are consistent, some limitations must be considered. For example, the samples were limited to college students, limiting the generalizability of the results obtained. However, this weakness suggests a new avenue for future research. Given the versatility of the instrument and its ease of use, the SVS can be used to analyze the quality of psychometric parameters in community samples and more specific sexual minority subgroups. Despite these limitations, the current study demonstrated that the SVS is a valid and reliable instrument for measuring secondary victimization of a rape victim.

References

- Alves, H. (2013). Sobre a descoberta da normatividade injuntiva da expressão da crença no mundo justo – uma aventura em psicologia social. In C. R. Pereira & R. Costa-Lopes (Eds.), *Normas, atitudes e comportamentos sociais* (pp. 73-107). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Asparouhov, T. & Muthén, B. (2016). Modelagem de variáveis latentes com efeito aleatório geral: assuntos, itens, contextos e parâmetros aleatórios. Em Harring, JR e Stapleton, LM, & Beretvas, SN (Eds.), *Avanços na modelagem multinível para pesquisa educacional: abordando questões práticas encontradas em aplicações do mundo real* (pp. 163-192). Charlotte, NC: Information Age Publishing, Inc.
- Baker, F. B. (2001). *The basics of item response theory*. Washington, DC: ERIC.
- Boateng, G. O., Neilands, T. B., & Frongillo, E. A. (2018). *Best Practices for Developing and Validating Scales for Health, Social, and Behavioral Research: A Primer*. 6 (June), 1–18. <https://doi.org/10.3389/fpubh.2018.00149>
- Bland, J., & Altman, D. (1986). Statistical methods for assessing agreement between two methods of clinical measurement. *Lancet*, 1(8476), 307–10. [https://doi.org/10.1016/s0140-6736\(86\)90837-8](https://doi.org/10.1016/s0140-6736(86)90837-8)
- Brickman, R., Rabinowitz, V. C, Karuza, J., Coates, D., Cohen, E. & Kidder, L. (1982). Models of helping and coping. *American Psychologist*, 37 (4), 368-384. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.37.4.368>
- Brown, R. P., Baughman, K., & Carvallo, M. (2018). Culture, Masculine Honor, and Violence Toward Women. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 44(4), 538–549. <https://doi.org/10.1177/0146167217744195>

- Burgess, D., & Borgida, E. (1999). Who women are, who women should be: descriptive and prescriptive gender stereotyping in sex discrimination. *Psychology, Public Policy, and Law*, 5(3), 665-692. <https://doi.org/10.1037/1076-8971.5.3.665>
- Byrne, B. M. (2010). *Structural equation modeling with Amos: Basic concepts, applications, and programming*. New York: Routledge.
- Campbell, R., Sefl, T., Barnes, H. E., Ahrens, C. E., Wasco, S. M., & Zaragoza-Diesfeld, Y. (1999). Community services for rape survivors: Enhancing psychological well-being or increasing trauma? *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 67(6), 847–858. <https://doi.org/10.1037/0022-006X.67.6.847>
- Campbell, R. Raja, S. (1999). Secondary victimization of rape victims: insights from mental health professionals who treat survivors of violence. *Violence and Victims*, 14 (3), 261-275. <https://doi.org/10.1891/0886-6708.14.3.261>
- Cicchetti, D.V., & Sparrow, S. A. (1981). Developing criteria for establishing interrater reliability of specific items: Applications to assessment of adaptive behavior. *American Journal of Mental Deficiency*, 86 (2),127–37.
- Correia, I., Pereira, C. R., & Vala, J. (2018). Under victimization by an outgroup: Belief in a just world, national identification, and ingroup blame. *Frontiers in Psychology*, 9(JUL). <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2018.01160>
- Correia, I., Vala, J. (2003). Crença no mundo justo e vitimização secundária: O papel moderador da inocência da vítima e da persistência do sofrimento. *Análise Psicológica*, 3 (21), 341-352. <https://doi.org/10.14417/ap.15>
- Correia, I. F. (2000). A teoria da crença no mundo justo e a vitimização secundária: Estudos empíricos e desenvolvimentos teóricos. *Psicologia*, 14 (2), 253-283. <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v14i2.514>

- Costa-Lopes, R., Dovidio, J. F., Pereira, C. R., & Jost, J. T. (2013). Social psychological perspectives on the legitimation of social inequality: Past, present and future. *European Journal of Social Psychology*, 43, 229–237. <http://dx.doi.org/10.1002/ejsp.1966>
- Dalbert, C., Lipkus, I. M., Sallay, H., & Goch, I. (2001). A just and an unjust world: Structure and validity of different world beliefs. *Personality and Individual Differences*, 30, 561–577. [https://doi.org/10.1016/s0191-8869\(00\)00055-6](https://doi.org/10.1016/s0191-8869(00)00055-6)
- Dalbert, C., Montada, L., & Schmitt, M. (1987). Glaube an eine gerechte Welt als Motiv: Validierungskorrelate zweier Skalen. *Psychologische Beiträge*, 29, 596–615. <http://hdl.handle.net/20.500.11780/743>
- De keersmaecker, J., & Roets, A. (2020). All victims are equally innocent, but some are more innocent than others: The role of group membership on victim blaming. *Current Psychology*, 39(1), 254–262. <https://doi.org/10.1007/s12144-017-9763-9>
- Dimitrov, D. M. (2012). *Statistical Methods for Validation of Assessment Scale Data in Counseling and Related Fields*. American Counseling Association.
- Eid, M., Geiser, C., Koch, T., & Heene, M. (2017). Anomalous results in G-factor models: Explanations and alternatives. *Psychological Methods*, 22 (3), 541–562. <http://dx.doi.org/10.1037/met0000083>
- Felson, R., B., & Palmore, C. (2018). Biases in Blaming Victims of Rape and Other Crime. *Psychology of Violence*, 8 (3), 390-399. <http://dx.doi.org/10.1037/vio0000168>
- Fetchenhauer, D., Jacobs, G., & Belschak, F. (2005). Belief in a just world, causal attributions, and adjustment to sexual violence. *Social Justice Research*, 18 (1), 25-42. [10.1007/s11211-005-3369-1](https://doi.org/10.1007/s11211-005-3369-1)
- Furnham, A., & Procter, E. (1992). Sphere-specific just world beliefs and attitudes to AIDS. *Human Relations*, 45 (3), 265 - 280. <https://doi.org/10.1177/001872679204500303>
- Gosling, S., D., Rentfrow, P. J., & Swann JR., W. B. (2003). A very brief measure of the big-

five personality domains. *Journal of Research in Personality*, 37 (6), 504-528.

[https://doi.org/10.1016/S0092-6566\(03\)00046-1](https://doi.org/10.1016/S0092-6566(03)00046-1)

Gromet, D. M., & Darley, J. M. (2006). Restoration and retribution: How including retributive components affects the acceptability of restorative justice procedures. In *Social Justice Research* (Vol. 19, Issue 4). <https://doi.org/10.1007/s11211-006-0023-7>

Hayes, A. F., & Rockwood, N. J. (2017). Regression-based statistical mediation and moderation analysis in clinical research: Observations, recommendations, and implementation. *Behaviour Research and Therapy*, 98, 39-57.

Hair, J., Anderson, R., E., Tatham, R., Black, W. (2005). *Análise multivariada de dados*. Porto Alegre: Bookman.

Heilman, M. E. (2012). Gender stereotypes and workplace bias. *Research in Organizational Behavior*, 32, 113-135. <https://doi.org/10.1016/j.riob.2012.11.003>

Hernandez-Nieto, R. (2002). *Contributions to statistical analysis*. Mérida: Los Andes University Press.

IAER. Institute of applied economic research. (2013). Study analyzes reported cases of rape. https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?id=21849&option=com_content&view=article

Kleinke, C. L., & Meyer, C. (1990). Evaluation of rape victim by men and women with high and low belief in a just world. *Psychology of Women Quarterly*, 14 (3), 343-353.

<https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.1990.tb00024.x>

Koss, M. P., Abbey, A., Campbell, R., Cook, S., Norris, J., Testa, M., Ullman, S., West, C., & White, J. (2007). Revising the SES: A collaborative process to improve assessment of sexual aggression and victimization. *Psychology of Women Quarterly*, 31(4), 357–370. <https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.2007.00385.x>

Kyriazos, T. A., & Stalikas, A. (2018). Applied Psychometrics: The Steps of Scale Development and Standardization Process. *Psych* 9 (11), 2531–2560.

<https://doi.org/10.4236/psych.2018.911145>

- Laskey, P., Bates, E. A., & Taylor, J. C. (2019). A systematic literature review of intimate partner violence victimisation: An inclusive review across gender and sexuality. *Aggression and Violent Behavior, 47*, 1–11. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2019.02.014>
- Lerner, M. J. (1980). *Belief in a just world: A fundamental delusion*. New York: Plenum Publishing Corporation. <https://doi.org/10.2307/2067083>
- Lerner, M.J. (1977). The justice motive. Some hypotheses as to its origins and forms. *Journal of Personality, 45*, 1-32.
- Mendonça, R. D., Gouveia-Pereira, M., & Miranda, M. (2016). Belief in a Just World and secondary victimization: The role of adolescent deviant behavior. *Personality and Individual Differences, 97*, 82–87. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2016.03.021>
- Muthén, L., & Muthén, B. O. (1998-2010). Mplus users guide (6th ed.) Los Angeles, Muthén & Muthén.
- Payne, D., Lonsway, K., & Fitzgerald, L. (1999). Rape Myth Acceptance: Exploration of Its Structure and Its Measurement Using the Illinois Rape Myth Acceptance Scale. *Journal of Research in Personality, 33*, 27-68. <https://doi.org/10.1006/jrpe.1998.2238>
- Pimentel, C., Ferreira, D. C. S., Vargas, M. M., Maynard, V. A. P., & Mendonça, D. C. (2014). Preferência por estilos de filmes e suas diferenças nos cinco fatores de personalidade. *Pesquisas e Práticas Psicossociais, 9*(2). http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082014000200009&lng=pt&tlng=pt.
- Pimentel, C., Maynard, V. A. P., Vieira, I. S., Mendonça, T. S., & Santos, A. M. V. (2012). Escala de crenças no mundo injusto (UWS): evidências de validade fatorial, convergente e precisão. *Avaliação Psicológica, 11*(1), 13-22. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-

- 04712012000100003&lng=pt&tlng=pt.
- Pimentel, C. E., Gouveia, V. V., Diniz, P. K. C, Saenz, D. P., Santos, A. M. V., & Vieira, I. S. (2010). Evidências de validade de construto e precisão da Escala Geral do Mundo Justo. *Boletim de Psicologia*, 60 (133), 167-180.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432010000200004&lng=pt&tlng=pt.
- Ryan, W. (1972). The Art of Savage Discovery: How to blame the victim. In Vintage Books in New York . (Ed.), *Blaming the victim*. (V-762, pp. 3-30).
<https://archive.org/details/blamingvictim00ryan>
- Samejina, F. A. (1969). Estimation of latent ability using a response pattern of graded scores. *Psychometric Monograph*, 17 (1), i - 169. <https://doi.org/10.1002/j.2333-8504.1968.tb00153.x>
- Scarpati, A. S., Guerra, V. M., Duarte, C. N. B. (2014). Adaptação da Escala de Aceitação dos Mitos de Estupro: evidências de validade. *Avaliação Psicológica*, 13(1), 57-65.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712014000100008&lng=pt&tlng=pt.
- Trochim, W. M. (2006). The Research Methods Knowledge Base (2nd ed.).
<http://www.socialresearchmethods.net/kb>
- Word Health Organization. (2021, Feb 4). Violence against women.
<https://www.paho.org/en/topics/violence-against-women>
- Zhang, Z., & Yuan, K.-H. (2018). Practical Statistical Power Analysis Using Webpower and R (Eds). Granger, IN: ISDSA Press.

Article 2

Belief in a Just World and Secondary Victimization Shape Divergent Reparation Support in Violence Against Women²

² This article was submitted to publication on *Psychology of Violence*. Tavares, S., Pimentel, C. E., & Pereira, C. R. (2025). *Belief in a just world and secondary victimization shape divergent reparation support in violence against women*. Manuscript submetido para publicação.

Abstract

Objective: This research investigates the psychological mechanisms underlying different responses to sexual violence against women, focusing on victim reparation and perpetrator exoneration. Drawing on just-world theory, we hypothesized that gender differences (female victims versus male perpetrators) in support for victim reparation would be reflected by the serial mediation of just-world beliefs (BJW) and secondary victimization. **Method:** We tested this model with a sample of female survivors of domestic violence ($n = 97$) and male perpetrators of violence against women ($n = 102$). **Results:** As predicted, male perpetrators showed significantly less support for restorative justice-based victim compensation compared to female survivors. This effect was serially mediated by BJW and secondary victimization: Perpetrators reported more BJW, which predicted greater secondary victimization (i.e., victim-blaming, minimizing the victim's suffering, and avoiding the victim), which in turn predicted less support for victim compensation. Critically, we also found that perpetrators provided more compensation to other perpetrators than female victims, a difference that was mediated by BJW but not by secondary victimization. This novel finding demonstrates a defensive ingroup bias in perpetrator's compensation decisions that is associated with BJW. These findings provide important insights into the psychological processes that perpetuate injustice following sexual violence and underscore the role of BJW in legitimizing victim devaluation and promoting defense among perpetrators. **Conclusions:** This study contributes to just world theory by demonstrating its relevance to intergroup dynamics related to violence against women and offering implications for interventions to promote restorative justice.

Key words: Violence against women; belief in a just world; secondary victimization; rape; blaming the victim.

Belief in a Just World and Secondary Victimization Shape Divergent Reparation Support in Violence Against Women

Gender-based violence is a widespread problem that affects women in different contexts (Gover & Moore, 2021, Santos et al., 2018), as has been demonstrated by population surveys in several countries (World Health Organization [WHO], 2005; UN, 2022)). The strong incidence of this violence has been attributed to gender inequalities (Alloatti & Matos de Oliveira, 2023; Dahal et al., 2019, 2022), which are also expressed through aggression, abuse and, in extreme cases, femicide. Women are disproportionately affected by homicidal violence in their homes, often perpetrated by intimate partners or family members (Walker, 1989). According to the UN (2021), violence between men and women in intimate relationships can take different forms, such as physical, psychological, and sexual violence, including beatings, marital rape, psychological abuse and femicide. These behaviors are more common among men, who frequently engage in processes of justifying and legitimizing violence against women (Paiva & Pereira, 2021), despite the overwhelming evidence of the severe consequences such violence has on the health and quality of life of victimized women (WHO, 2021). For example, the study by Valadares and Zanello (2022), which analyzed data from perpetrators of domestic violence, revealed that 48.8% of men justify and 31% deny the violence they commit against women as a way of not taking responsibility for the acts, claiming who “hit, but...” due to reasons such as jealousy, insubordination, indocility, among others. Research by the Institute and Intelligence and Research in Consulting (IPEC, 2022) showed that 41% of Brazilians have already suffered aggression from partners, current or former partners, but only 26 % admit that they have already assaulted. This suggests that people not only deny the existence of violence against women, but also justify and accept it as if it were something culturally and structurally normal.

In addition, previous research with women who have been victims of violence shows that they perceive the violence as inexplicable and destructive to the harmony of the couple and believe that there is no justification for the perpetrator's behavior (Fonseca, 2012). However, because of their aspiration for a perfect relationship, they hold on to the hope that their partner-aggressor can change his deviant behavior to conform to this idealized version of the relationship (e.g., Garrido-Macías et al., 2022; Lelaurain et al., 2022; Oliveira & Pereira, 2024). This suggests that despite the significant gendered power asymmetry between victim and perpetrator that influences their different reactions and psychological interpretations of violence, both seem to be motivated to engage in legitimization processes based on justice motives (see Costa-Lopes et al., 2013). However, this dynamic requires further theoretical and empirical clarification.

In this study, we attempt to shed light on this issue by using Just World Theory (Lerner, 1980) and secondary victimization research (Brickman et al., 1982; Correia, 2000) as key frameworks for understanding justice-motivated responses of both victims and perpetrators to gender-based violence. Previous studies have shown that the relationship between BJW and non-victims or non-perpetrators seeking to redress injustice through compensation is mediated by secondary victimization, which involves blaming, avoiding, and minimizing the victim's suffering (Tavares et al., 2022). However, it remains unclear how this process occurs for women who have actually been victims of violence, as well as for perpetrators who have committed violence against women. This research addresses this gap by examining, for the first time, the psychosocial processes underlying the support of compensatory justice-based responses to this form of victimization. We believe that our findings can contribute to a deeper understanding of why people who are motivated to maintain the illusion of justice in the world (Lerner, 1980) fail to compensate victims, thus perpetuating the suffering of women who have experienced various forms of violence.

Belief in Just World and Reactions to Victims

Just World Theory (Lerner, 1980) posits that people tend to believe the world is inherently fair, where individuals get what they deserve and deserve what they get (Linhares & Torres, 2022; Tavares et al., 2022). In other words, people behave as if good things happen to good people and bad things happen to bad people. This belief helps individuals feel safe, maintain a sense of control, and view the world as predictable and manageable (Hafer & Sutton, 2016; Lerner, 1980; Wenzel et al., 2017). When confronted with events that challenge this belief—such as unjust situations like rape—people are motivated to reduce the discomfort caused by these threats to their belief in a just world (BJW). They may strive to restore actual justice to alleviate this discomfort (Grubb & Harrover, 2008; Correia, 2000). However, in many cases, it is not immediately possible to prevent the injustice or undo its effects on the victim (Kleinke & Meyer, 1990). Such situations likely represent a significant threat to an individual's BJW.

Because individuals are motivated to defend their BJW, they may engage in a pattern of behavior that leads them to reinterpret unjust situations as if they were just. For example, previous research has shown that people act as if the victim must have done something to deserve the rape and thus view the victim's suffering as justified (Laso & Rodríguez-Díaz 2022; Murray et al., 2023). This process, for which there is consistent evidence (Correia et al., 2007; Correia et al., 2024), is related to the legitimization of social inequalities (Costa-Lopes et al., 2013; García-Sánchez et al., 2022) and the justification of violence against women (Paiva & Pereira, 2021). By reframing the unjust situation to protect their BJW, individuals engage in behaviors that lead to secondary victimization, in which the victim is perceived as having contributed to their own suffering (Brickman, 1982; Hafer, 2000; Kong et al., 2021). Secondary victimization exacerbates the harm caused by the initial victimization and focuses primarily on blaming the victim for their circumstances, minimizing their

suffering, devaluing them as an individual, and avoiding necessary interpersonal contact that could provide support (Lerner, 1980; Correia, 2000; Linhares & Torres, 2022; Pinciotti, 2021; Rollero & Tartaglia, 2019). Such negative reactions can have a profound impact on victims, exacerbating their distress and hindering their recovery, which in turn affects their overall well-being (WHO, 2012). This makes it even more difficult for victims to overcome the trauma they have experienced.

Several studies on BJW and secondary victimization suggest that the stronger a person's BJW, the more likely they are to secondarily victimize innocent victims (Linhares & Torres, 2022; Pinciotti et al., 2021; Sakallı-Uğurlu et al., 2007). For example, Linhares and Torres (2022) demonstrated that characteristics such as a victim's skin color combined with BJW, gender, and observer bias against women jointly influence the tendency to blame victims of sexual violence. Similarly, Sakallı-Uğurlu et al. (2007) found that both benevolent and hostile sexism alongside BJW predicted fewer positive attitudes toward rape victims, with male participants showing more negative attitudes than females. Pinciotti et al. (2021) also showed that men and women with higher BJW scores tended to attribute greater blame to rape victims, with men showing less empathy for victims than women. In addition, Paiva and Pereira (2021) showed that individuals who believe that the world is inherently just are more likely to restrict their scope for justice, leading to greater acceptance of violence against women in intimate partner relationships. Furthermore, recent studies suggest that higher endorsement of BJW correlates with a lower likelihood of compensatory acts towards rape victims, with this effect being mediated by secondary victimization (Tavares et al., 2022).

Examining how men and women respond to gender-based violence through the lens of justice perceptions has proven insightful. For example, Correia et al. (2015) found that women who strongly identify with victims of intimate partner violence and have strong BJW beliefs tend to legitimize violence perpetrated by their partners, such as when husbands

assault their wives. Similar studies suggest that men with high BJW scores tend to evaluate rape victims more negatively than men with lower BJW scores (Kleinke & Meyer, 1990). Other research shows that individuals who strongly endorse BJW and identify with their ingroup are more likely to distance themselves from victims (Correia et al., 2012). Vidal-Fernandes and Megías (2014) found that men with hostile sexist attitudes attributed more blame to feminist victims of violence, a pattern that was not observed in women.

Studies with perpetrators and victims of violence have provided further insights. Siria et al. (2021) found that perpetrators of intimate partner violence (IPV) were more likely to devalue female victims if they had experienced family violence in their upbringing, regardless of psychopathological comorbidities. Furthermore, Perilloux et al. (2014) have shown that women who have been victims of violence are more likely to blame themselves than women who have never experienced such trauma. Hughes et al. (2020) found that male participants were more likely to blame female victims of sexual violence compared to female participants, regardless of whether the victims had a disability or not. Other research (Yamawaki, 2012) suggests that males tend to downplay the severity of aggression more than females. Furthermore, studies suggest that ingroup victims are often held more responsible for their victimization than outgroup members (Aguiar et al., 2008; Albuquerque et al., 2019; Correia et al., 2007). Modesto and Pilates (2017) found that participants attributed more blame to outgroup victims, especially when the outgroup was socially devalued, reinforcing social stigma by blaming victims for their misfortune (Linhares & Torres., 2022). This pattern is consistent with the prediction that women who are socially devalued compared to men sometimes internalize and accept the inferiority imposed on them, a phenomenon known as structural sexist violence (Paiva & Pereira, 2021). Such behaviors significantly exacerbate the suffering and well-being of victims.

In summary, the current literature on gender differences in the assessment of female victims of violence consistently shows that while women engage in secondary victimization to some degree in BJW threatening situations, men are significantly more likely to engage in such processes. What remains to be clarified is how justice motivation explains this gender difference, not only in supporting attitudes toward secondary victimization, but also in how these attitudes function as legitimizing processes that impede restorative justice for victimized women. In the following sections, we present the first research addressing this issue.

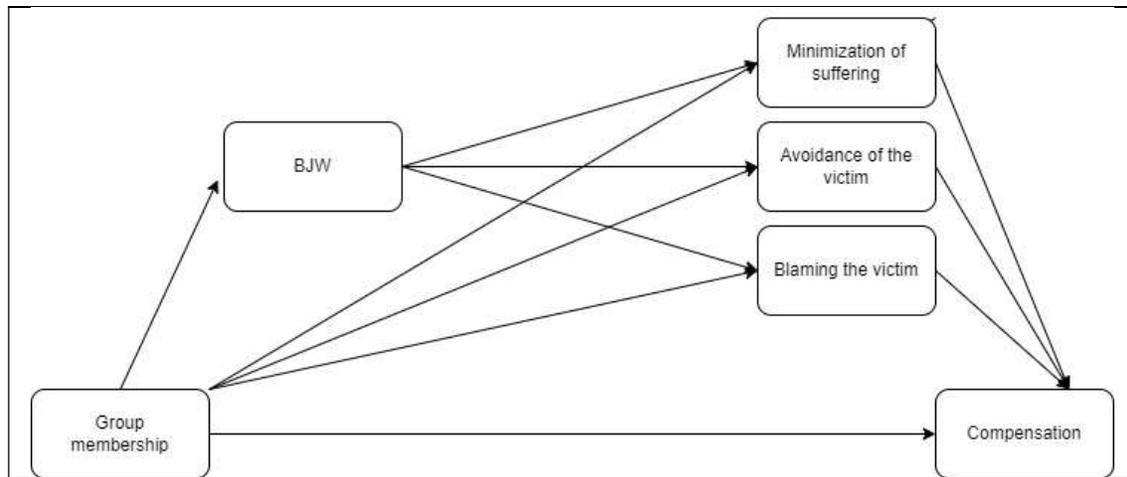
The Present Research

This study explores the BJW-mediated mechanisms through which victims and perpetrators of violence against women engage in behaviors that either promote victim reparation or facilitate perpetrator exoneration. The participants were presented with a hypothetical scenario in which a woman was raped by her partner. They were asked to indicate how much compensation the victim should receive as reparation for the violence suffered and how much compensation (if any) the perpetrator should receive if accused of violence.

Based on previous research on secondary victimization (Tavares et al., 2022), we hypothesized that perpetrators would suggest less compensation for the victim than would participants who had experienced violence themselves. We further hypothesized that BJW and secondary victimization would mediate this difference. Specifically, we predicted that perpetrators would exhibit stronger BJW endorsement, consistent with evidence that men are more likely to endorse BJW (Linhares & Torres, 2022). Moreover, stronger BJW endorsement is associated with increased victim-blaming (Pinciotti & Orcutt, 2021), a process potentially influenced by hierarchical gender relations and societal norms and stereotypes that legitimize male dominance over women (Kakkar, 2024).

Given that BJW functions as a means of maintaining the normative status quo (Alves & Correia, 2010; Santos & Amâncio, 2014; Sidanius & Pratto, 1999), it is likely that men who have perpetrated gender-based violence would be more motivated to legitimize rape, as the harm inflicted on the victim would be less likely to trigger moral outrage (Alves & Correia, 2010; Montada & Schneider, 1989). Consequently, we expected that if such perpetrators are motivated to view gender-based violence as legitimate (Vernier & Vala, 2018), they would engage in secondary victimization to legitimize the rape and therefore provide less compensation to the victim. Conversely, they may be more inclined to reward the perpetrator, a sign of relief and support for their dominance. Hence the hypothesized difference in granting restorative justice to victims (as opposed to exonerating the perpetrator) — specifically, that perpetrators are less inclined to compensate victims than perpetrators in a serial process with BJW and secondary victimization (see Figure 1).

Figure 1. *Hypothesized serial mediation model of BJW-based disparities in victim and perpetrator support for compensation in sexual violence cases*



Note. BJW = Belief in a Just World: Group membership = victims vs. perpetrators.

The analysis of these hypothetical processes in this study contributes to a deeper understanding of the dynamics underlying restorative justice decisions in gender-based violence cases, with a focus on the role of BJW and secondary victimization.

Method

Participants

We conducted this study with a sample of 102 men who reported engaging in some form of violence against women and 97 women who reported experiencing some form of partner violence. This combined sample of 199 participants provided 80% power to detect an effect size of $d = .20$ or greater at a significance level of $p < .05$. Table 1 presents the participants' sociodemographic characteristics.

Table 1. *Sociodemographic characteristics of participants, perpetrators and victims of violence*

	Gender	
	Men	Women
	102 (51.3%)	97 (48.7%)
Age	M = 25.7 SD = 7.79	M = 27.4 SD =10.0
Skin Color		
black	8	15
White	40	41
Brown	51	39
Eastern indigenous	2 1	1 1
Marital status		
Single	50	51
Married	9	7
Falling in love	33	20
Stable union	9	6
Separated	0	3
Divorced	1	9
Education level		
Less than Primary/Elementary School	1	2
Completed Primary/Elementary School	0	4
Some Secondary/High School	2	3
Completed Secondary/High School	13	21
Post-Secondary/Tertiary Education	56	38
Bachelor's Degree/Undergraduate	15	13
Graduate Degree/Postgraduate Degree	14	15

Procedures

Data was collected from September 2021 to October 2022 using an online questionnaire administered via the Qualtrics.com platform. Access to the questionnaire was distributed via QR codes and shared on social networks, including Instagram, WhatsApp and Facebook. To ensure that respondents were eligible for the sample, participants were asked in an initial screening question whether they had been victims (if female) or perpetrators (if male) of any form of physical, psychological, sexual, economic or moral violence. Those

who answered in the affirmative were included in the study. Participants then signed a consent form and read out a fictitious scenario involving sexual violence in a relationship (see below). After this scenario, the measurement instruments were made available for completion. The study strictly adhered to ethical research guidelines and ensured data security and anonymity of participants. Ethics committee approval for this study is documented under [Masked for Peer Review]. Further details on the scenario, sample characteristics and measurement scales can be found in the OSF online materials (https://osf.io/cdyp9/?view_only=083348f4fbda4d099cf1f28d85fe8ff3).

The Study's Scenario

We asked the participants to read the following text to contextualize the questionnaire they answered after reading it:

“The following questionnaire asks your opinion of a woman named Tereza, 21 years old. She claims to have been raped by her boyfriend in the early hours of Sunday morning. The incident allegedly took place in a hotel on a tourist beach where she had gone on vacation with her boyfriend for a few days. Immediately after the incident, i.e. in the early hours of Sunday morning, Tereza went to the police to report that she had been the victim of rape. In the police report, among other details about the context in which the events had taken place, she stated that she had been forced to have sexual intercourse by her boyfriend, which shows that she was still very emotionally shaken. Tereza's boyfriend vehemently denies what happened and claims that he had no reason to force his girlfriend to have sex because not only did they love her very much, but they were also in the best phase of their relationship and experiencing one of the most romantic moments of their lives as a couple. He finds it all very strange and is very concerned about the real reasons that may have caused his girlfriend to behave this way”.

After reading the vignette, we gave the participants a questionnaire to collect sociodemographic data and to measure BJW, secondary victimization, victim, and offender compensation.

Measures

Belief in a Just World

To measure BJW, we used the scale developed by Dalbet et al. (1987) validated for Brazil by Pimentel et al. (2010). The scale contains five items such as: “in general, people deserve what happens to them”; “basically, the world we live in is fair”; “justice always wins over injustice”. Participants answered on a 5-point response scale from 1 (Strongly disagree) to 5 (Strongly agree). The internal consistency coefficient for the current study was Cronbach's $\alpha = 0.70$ and McDonald's $\omega = 0.70$.

Secondary Victimization

We utilized the scale developed by Tavares et al. (2022) to assess three dimensions of secondary victimization: suffering minimization (e.g., “This situation is very painful for Tereza” [reverse-scored]), victim avoidance (e.g., “If you could, you would testify in favor of Tereza”), and victim blaming (e.g., “Tereza deserved what happened to her”). Each dimension includes three items. Participants rated their agreement with these items on a 5-point Likert scale, ranging from 1 (“strongly disagree”) to 5 (“strongly agree”). Internal consistency for each dimension in the current study is as follows: (Cronbach's $\alpha = .79$ McDonald's $\omega = .79$), victim blaming (Cronbach's $\alpha = .85$ McDonald's $\omega = .85$) and victim avoidance (Cronbach's $\alpha = .75$ McDonald's $\omega = .78$).

Victim compensation

Participants were asked to indicate the amount of compensation they thought the victim should receive for social, psychological and material damages. Examples of questions include: “Indicate how much compensation you think Tereza should receive for social

damages due to the public exposure of her life", "Indicate how much compensation you think Tereza should receive for psychological damages" and "Indicate how much compensation you think Tereza should receive for material damages". An exploratory factor analysis using the maximum likelihood extraction method revealed a single factor that explained 73.2% of the variance. Factor loadings for the items ranged from .79 to .93, indicating a strong relationship between each item and the underlying factor. In addition, the internal consistency of this compensation scale was high, as indicated by a Cronbach's alpha ($\alpha = .88$) and a McDonald's omega coefficients ($\omega = .89$)

Compensation for Victim 's Aggressor

In order to estimate the amount of compensation participants would award to the aggressor, they were asked to indicate the amount they thought the aggressor should receive for social, psychological and material damages if they were potentially wrongly accused. Examples of questions were: "Indicate how much you think Tereza's boyfriend should receive as compensation for the social harm caused by endangering his private life", "Indicate how much you think Tereza's boyfriend should receive as compensation for the psychological damages" and "Indicate how much you think Tereza's boyfriend should receive as compensation for the material damages". An exploratory factor analysis conducted using the maximum likelihood extraction method revealed a single factor that explained 80.5% of the variance. The factor loadings for these items were between 0.85 to 0.92, indicating a strong relationship between each item and the latent factor. The internal consistency of the compensation for the aggressor scale was high, with a Cronbach's alpha coefficient ($\alpha = .92$) and a McDonald's omega coefficient ($\omega = .92$)

Data Analysis

Data analyses were conducted using Jamovi software, version 2.2 (The Jamovi Project, 2021). We performed descriptive statistics and conducted serial mediation analysis

using the *medmod* package. For the serial mediation analysis, we utilized 5000 bootstrap resampling iterations and calculated a 95% confidence interval (CI) for the indirect effects. Group membership was coded using a contrast coding scheme (see Judd et al., 2017), assigning .50 for the aggressor and -0.50 for the victim.

Results

We began by estimating differences in study variables between aggressors and victims of violence (Table 2). All mean differences were statistically significant, indicating that aggressor participants endorsed more BJW and exhibited more secondary victimization reactions (victim blaming, minimization, and avoidance) than victim participants. In addition, victim-participants provided more compensation to the victim of sexual aggression described in the scenario, while aggressor-participants provided more compensation to the aggressor.

Table 2. Means and standard deviations of study variables in each group (victims vs. perpetrators of violence)

	Aggressor (n = 102)		Victim (n = 97)		<i>Inferential Estimates</i>		
	<i>M</i>	<i>SD</i>	<i>M</i>	<i>SD</i>	<i>t</i>	<i>p</i>	<i>Cohen-d</i>
BJW	2.35	.65	2.14	.56	2.38	.018	.33*
Blaming	1.63	.74	1.32	.54	3.39	.001	.48***
Minimization	2.16	.78	1.70	.63	4.46	.001	.63***
Avoidance	2.63	.83	2.01	.82	5.31	.001	.75***
Victim Compensation	8.32	4.60	9.67	4.12	-2.05	.042	-.30*
Aggressor Compensation	3.71	4.08	2.06	3.50	2.82	.005	.43**

Note. *Cohen-d* = Effect size; * $p < .05$, ** $p < .01$, *** $p < .001$

Mediation Analysis

Compensation awarded to the victim

Figure 2 show the parameters estimated using the Jamovi software (The Jamovi Project, 2021) for our hypothesis that the differences in compensation awarded to the rape victim between aggressors and victims are serially mediated by BJW and secondary victimization, we estimated a serial mediation model using OLS regression analysis. The estimated parameter showed a significant total statistical effect of participant' group membership (male perpetrators = 1; female victims = 0) on the amount of compensation awarded to the rape victim, suggesting that aggressors awarded less compensation to the victim of sexual violence than victims. The direct statistical effect of group membership on compensation, controlling for BJW and the three dimensions of secondary victimization, was not significant, indicating the potential for a full serial mediation effect.

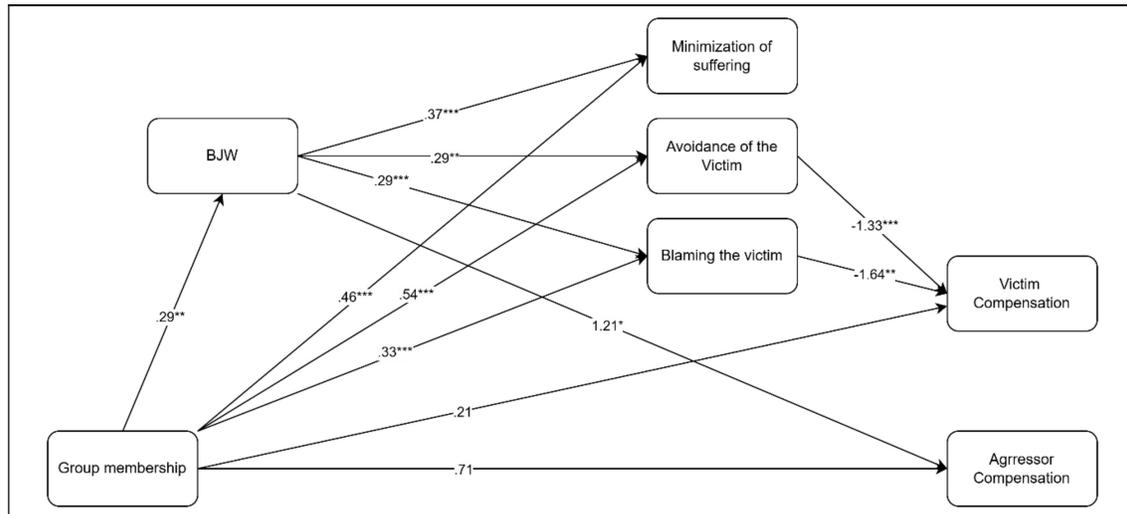
Indeed, as shown in Table 3, the analysis provides evidence for a reliable total statistical effect of serial mediation. Decomposing this mediation revealed that the serial mediation pathway (i.e., group membership → BJW → secondary victimization → victim compensation) was significant through victim blaming and victim avoidance, but not through victim suffering minimization. Specifically, aggressors reported more BJW than victims, and this higher BJW was associated with greater engagement in secondary victimization behaviors, particularly victim blaming and victim avoidance. These in turn were associated with less compensation for the victim. In addition, BJW reliably mediated the association between group membership and each dimension of secondary victimization, whereas victim blaming and victim avoidance individually mediated the association between group membership and compensation for the rape victim.

Table 3. *Decomposition of statistical effects in sequential mediation analysis for the prediction of victim compensation*

<i>Statistical Effect</i>	<i>Parameters</i>		<i>95% CI</i>	
	<i>Estimate</i>	<i>SE</i>	<i>Lower</i>	<i>Upper</i>
Total Effect	-2.13	.71	-3.53	-0.74
Direct Effect	.21	.65	-1.05	1.49
Total Indirect Effect	-2.13	.07	-3.53	-.74
<i>Specific Indirect Effects</i>				
GM ⇒ Blaming ⇒ Compensation	-.51	.22	-1.08	-.16
GM ⇒ Avoidance ⇒ Compensation	-.61	.27	-1.31	-.19
GM ⇒ BJW ⇒ blaming ⇒ Compensation	-.13	.07	-.36	-.40
GM ⇒ BJW ⇒ blaming ⇒ Compensation	-.13	.07	-.36	-.40

Note. Group membership (perpetrators vs victims). BJW = belief in a just world. The bias corrected confident intervals (IC) at 95% was used to estimates from bootstrap analysis with 5000 resamples.

Figure 2. Serial mediation by the BJW and secondary victimization in the relationship between participants group membership and the compensation attributed to victim and aggressor



Note. BJW = Belief in a Just World; Group membership: perpetrators = 1; victims = 0. * $p < .05$, ** $p < .01$, *** $p < .001$

Compensation Awarded to the Aggressor in the Rape Case

We also examined whether BJW and secondary victimization serially mediated the relationship between participants' group membership and compensation awarded to the perpetrator in the rape case (Figure 2). A reliable total statistical effect confirmed that aggressor participants awarded higher amounts of compensation than female victim participants to the perpetrator in the rape case. The direct statistical effect of group membership on compensation was not significant when controlling for the mediating variables BJW and the dimensions of secondary victimization. However, the total indirect statistical effect was not significant, refuting the prediction of serial mediation. Nevertheless, a significant simple indirect statistical effect (Table 5) showed that BJW mediated the relationship between group membership and compensation awarded to the aggressor. This mediation suggests that aggressor participants endorsed BJW more strongly, and the higher

their BJW endorsement, the more compensation they awarded to the perpetrator in the rape case.

Table 5. *Decomposition of statistical effects in sequential mediation analysis for the prediction of perpetrator compensation*

<i>Statistical Effects</i>	<i>Parameters</i>		<i>95% CI</i>	
	<i>Estimate</i>	<i>SE</i>	<i>Lower</i>	<i>Upper</i>
Total Effect	1.66	.51	.65	2.66
Direct Effect	.71	.65	-.54	2.00
Total Indirect Effect	1.66	.051	.65	2.66
<i>Specific Indirect Effects</i>				
GM ⇒ BJW ⇒ Compensation	.35	.21	.06	.77

Note. Group membership (perpetrators vs victims). BJW = belief in a just world. The bias corrected confident intervals (IC) at 95% was used to estimates from bootstrap analysis with 5000 resamples.

Discussion

This study examined the relationship between BJW and secondary victimization in responses to a hypothetical rape scenario, focusing on compensation for both the victim and the perpetrator. The findings support our approach focusing on the key role of the BJW in shaping the differential responses of male perpetrators and female victims of violence. Specifically, perpetrators awarded less compensation to the victim and more to the perpetrator compared to female victims. This discrepancy in victim compensation was mediated by the BJW and secondary victimization — particularly avoidance and victim blaming. However, while offenders showed higher BJW endorsement in compensating the offender, the statistical effect was not mediated by secondary victimization.

These findings provide empirical support for the justice motivation framework to explain responses to intimate partner violence and restorative justice (e.g., Correia et al., 2015; Paiva & Pereira, 2021; Tavares et al., 2022). Consistent with our predictions, the results show how BJW and secondary victimization act as legitimizing mechanisms, leading perpetrators to justify and minimize the severity of violence against women. BJW as a means of maintaining perceived social order and normative control (Alves & Correia, 2010) in combination with secondary victimization may act as a perpetuating factor to normalize gender-based violence (Albuquerque et al., 2019). Perpetrators appeared to be motivated to preserve their belief in a just world by reducing perceived injustice towards the victim — which they achieved through victim-blaming and avoidance. This is consistent with previous research showing that men with a stronger BJW are more likely to blame victims of sexual violence than women (Linhares & Torres, 2022), which may explain the greater perpetrator compensation observed in our study.

A closer examination of the psychological processes underlying perpetrator compensation offers further insight. While BJW mediated the increased offender compensation, secondary victimization did not. This suggests that secondary victimization primarily targets the victim, reflecting the scenario's focus on victimization rather than perpetrator accountability. Gendered socialization patterns (Linhares & Torres, 2022) may exacerbate this effect as offenders attempt to maintain their BJW by reducing compensation to the victim and rewarding the offender. This gender divergence is consistent with previous studies showing that observer gender predicts victim blaming and compensation (Tavares et al., 2022). Similarly, Valor-Segura and Moya (2011) found that in domestic violence cases, more victims were blamed when no explicit justification for the aggression was provided.

Cultural norms that devalue women (Walker, 1989) provide further context for these findings. Such norms reinforce gender asymmetry and are evident in the unequal patterns of compensation for victims and perpetrators. This suggests that some men rationalize or excuse intimate partner violence by blaming the victims and exonerating the perpetrators (Peters, 2008). In addition to gender bias at the individual level, the study highlights the broader influence of patriarchal systems that subordinate women and shape responses to violence.

These findings highlight the importance of considering gender approaches when developing interventions for victims and awareness-raising campaigns for perpetrators. To address these inequalities, it is important to recognize how patriarchal social structures influence perceptions of justice and outcomes. In addition, targeted interventions aimed at dominant social groups — particularly within the legal and justice system — are crucial to mitigate gender bias and promote equitable outcomes for victims of gender-based violence.

Limitations and Future Directions

This study has some limitations that suggest avenues for future research. First, we only examined whether participants experienced or perpetrated any of the five forms of violence, without collecting detailed information about the specific types or severity of these experiences. Future research should collect more nuanced data on the nature and severity of violence to gain deeper insights into how different contexts of violence influence attitudes toward victim and perpetrator compensation. Furthermore, our hypothetical scenario focused exclusively on marital rape. Future studies should also include other forms of intimate partner violence (e.g., physical, psychological, or economic violence) to determine whether the assessment of compensation depends on the type of victimization.

Second, the use of self-report measures may have led participants to downplay their attitudes or experiences due to underreporting or social desirability. Previous research (Valor-Segura & Moya, 2011) suggests that the lack of explicit reasons for violence may increase victim blaming and exonerate perpetrators. Future studies could experimentally manipulate the situational details in the scenarios, such as the provision or concealment of justifications for the perpetrator's actions, to examine how these factors influence responses in different demographic groups and potentially attenuate the effects of social desirability.

Finally, while our findings show gender-based differences in compensation, these differences appear to be driven by psychological processes related to BJW and secondary victimization rather than gender alone. This highlights the influence of broader patriarchal structures that perpetuate systemic inequalities and the subjugation of women. Future research should explicitly explore the role of these broader cultural and societal factors to better understand their contribution to these processes and support the development of more equitable restorative justice practices and interventions. This could include examining how cultural attitudes about gender roles and power dynamics influence BJW endorsement and secondary victimization.

Conclusions

This study provides the first empirical evidence that differences in support for restorative justice — specifically victim compensation — between perpetrators and victims of sexual violence are systematically associated with a just world-based psychological process. As predicted, perpetrators showed significantly less support for rape victim compensation compared to victims, while exhibiting a defensive ingroup bias by compensating other perpetrators, presumably under the assumption that they were wrongly accused. Crucially, these divergent responses were consistent with serial mediation of BJW and secondary victimization. Perpetrators' stronger BJW predicted stronger secondary victimization (i.e., victim blaming and victim avoidance), which in turn predicted lower support for victim compensation. Remarkably, perpetrators' propensity to compensate more other perpetrators was exclusively associated with their stronger BJW beliefs, independent of secondary victimization. This novel finding demonstrates a pronounced defensive ingroup bias among perpetrators probably driven by a motivation to maintain a just worldview. These findings have profound implications for understanding how BJW may shape victims' and offenders' responses to justice and perpetuate injustice. By demonstrating how BJW can help

promote both victim devaluation and defensive ingroup bias, this study illuminates a crucial psychological mechanism through which violence against women is legitimized.

References

- Aguiar, P., Vala, J., Correia, I., & Pereira, C. (2008). Justice in our world and in others' world: Belief in a just world and reactions to victims. *Social Justice Research*, 21, 50–68. <https://doi.org/10.1007/s11211-007-0059-3>
- Alloatti, MN, & Matos de Oliveira, AL (2023). Deepening and widening the gap: The impacts of the COVID-19 pandemic on gender and racial inequalities in Brazil. *Gender, work, and organization*, 30 (1), 329–344. <https://doi.org/10.1111/gwao.12909>
- Albuquerque, I. M., Torres, A. R. R., Estramiana, J. L. Á., & Luque, A. G. (2019). Influence of group membership, moral values, and belief in a just world in blaming the victim. *Themes in Psychology*, 27(4), 1039–1054. <https://doi.org/10.9788/TP2019.4-15>
- Alves, H., & Correia (2010). Personal and general belief in a just world as judgment norms. *International Journal of Psychology*, 45,3, 221-231, doi: 10.1080/00207590903281120
- Brazilian Public Security Forum. (2022). *Public safety yearbook*. <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>
- Brazilian Public Security Forum. (2022). *Public safety yearbook*. Retrieved from <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/> and <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/160-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica-fbsp-2022/>
- Brickman, P., & et al. (1982). Models of helping and coping. *American Psychologist*, 37(4), 368–384. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.37.4.368>
- Correia, I., Carvalho, H., Otto, K., & Nudelman, G. (2024). Justice perceptions and well-being: Belief in a just world is a personal resource and a coping resource. *British Journal of Psychology*, 115 (2), 324–344. <https://doi.org/10.1111/bjop.12689>
- Correia, I., Alves, H., Morais, R., & Ramos, M. (2015). The legitimization of wife abuse among women: The impact of belief in a just world and gender identification.

- Personality and Individual Differences, 76, 7–12.
<https://doi.org/10.1016/j.paid.2014.11.041>
- Correia, I., Alves, H., Sutton, R., Ramos, M., Gouveia-Pereira, M., & Vala, J. (2012). When do people derogate or psychologically distance themselves from victims? Belief in a just world and ingroup identification. *Personality and Individual Differences*, 53 (6), 747-52.
- Correia, I., Vala, J., & Aguiar, P. (2007). Victim's innocence, social categorization, and the threat to the belief in a just world. *Journal of Experimental Social Psychology*, 43, 31-38. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2005.12.010>.
- Correia, I., F. (2000). Just world belief theory and secondary victimization: Empirical studies and theoretical developments. *Psychology*, 14(2), 253-283. <https://doi.org/10.1002/masy.200451328>
- Costa-Lopes, R., Dovidio, J. F., Pereira, C. R., & Jost, J. T. (2013). Perspectivas sociopsicológicas sobre a legitimação da desigualdade social: Passado, presente e futuro. *European Journal of Social Psychology*, 43(3), 229-237.
<https://doi.org/10.1002/ejsp.1966>
- Dalbert, C., Montada, L., & Schmitt, M. (1987). Glaube an eine gerechte Welt als Motiv: Validierungskorrelate zweier Skalen [Belief in a just world: Validation correlates of two scales]. *Psychologische Beiträge*, 29(4), 596–615.
- Dahal, P., , Joshi, S. K., , & Swahnberg, K., (2019). The Prevalence of Gender Inequalities and Violence in Eastern Nepal. *Kathmandu University medical journal (KUMJ)*, 17(68), 298–305.
- Dahal, P., Joshi, S. K., & Swahnberg, K. (2022). A qualitative study on gender inequality and gender-based violence in Nepal. *BMC public health*, 22(1), 2005. <https://doi.org/10.1186/s12889-022-14389-x>

- Fonseca, D. H., Ribeiro, C.G., & Leal, N. S. B. (2012). Domestic violence against women: realities and social representations. *Psychology & Society, 24*(2), 307-14.
- García-Sánchez, E., Correia, I., Pereira, C. R., Willis, G. B., Rodríguez-Bailón, R., & Vala, J. (2022). How Fair is Economic Inequality? Belief in a Just World and the Legitimation of Economic Disparities in 27 European Countries. *Personality and Social Psychology Bulletin, 01461672211002366*. <https://doi.org/10.1177/01461672211002366>
- Garrido-Macías, M., Valor-Segura, I., & Expósito, F. (2022). Women's Risk Perception and Responses to Intimate Partner Sexual Coercion: The Role of Type of Tactic, Previous Experience, and Myths Acceptance. *The Spanish journal of psychology, 25*, e18. <https://doi.org/10.1017/SJP.2022.15>
- Gover, AR, & Moore, AM (2021). The 1994 Violence Against Women Act: A Historic Response to Gender Violence. *Violence Against Women, 27*(1), 8–29. <https://doi.org/10.1177/1077801220949705>
- Grubb, A., Harrower J (2008). Attribution of blame in cases of rape: An analysis of participant gender, type of rape and perceived similarity to the victim. *Aggression and Violent Behavior, 13*(5), 396-405.
- Hafer, C. L. (2000). Do innocent victims threaten the belief in a just world? Evidence from a modified Stroop task. *Journal of Personality and Social Psychology, 79*(2), 165–173. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.79.2.165>
- Hafer, C. L., and Sutton, R. (2016). “Belief in a just world,” in Handbook of Social Justice Theory and Research, eds C. Sabbagh and M. Schmitt (New York, NY: Springer), 145–160. doi: 10.1007/978-1-4939-3216-0_8
- Hughes, S., Skoda, K., Parsons, A., Brown, K., & Pedersen, C. L. (2020). (Dis)abling Blame: the Influence of Disability Status on Attributions of Blame Toward Victims of Sexual Assault. *Sexuality Research and Social Policy, 17*(2), 219-28.

- Judd, C. M., McClelland, G. H., & Ryan, C. S. (2017). *Data Analysis: A Model Comparison Approach To Regression, ANOVA, and Beyond*, Third Edition. Taylor and Francis.
- Kakkar, H. (2024). Achieving social influence across gender and time: Are dominance and prestige equally viable for men and women? *Journal of Personality and Social Psychology*, *127*(3), 562–580. <https://doi.org/10.1037/pspa0000380>
- Kong, Y., Cui, L., Yang, Y., & Cao, M. (2021). A three-level meta-analysis of belief in a just world and antisociality: Differences between sample types and scales. *Personality and Individual Differences*, *182*, 111065.
- Kleinke, C. L., & Meyer, C. (1990). Evaluation of Rape Victim by Men and Women With High and Low Belief in a Just World. *Psychology of Women Quarterly*, *14*(3), 343–353. <https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.1990.tb00024.x>
- Laso, J. T., & Rodríguez-Díaz, J. M. (2022). The relationship between attribution of blame and the perception of resistance in relation to victims of sexual violence. *Frontiers in psychology*, *13*, 868793. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2022.868793>
- Lelaurain, S., Restivo, L., & Apostolidis, T. (2022). When "the Dream Dies" But the Ideal Persists: Representations of the Couple Relationship and Its Connection To Intimate Partner Violence Experiences. *Journal of interpersonal violence*, *37*(17-18), NP16596–NP16622. <https://doi.org/10.1177/08862605211023484>
- Lerner, M. J. (1980). *Belief in a just world: a fundamental delusion*. New York: Plenum Publishing Corporation.
- Linhares, L. V., & Torres, A. R. R. (2022). She deserved it: Analysis of variables that influence the accountability of victims of sexual violence. *Acta Colombiana de Psicología*, *25*(1), 218-229. Epub March 24, 2022. <https://doi.org/10.14718/acp.2022.25.1.14>

- Louisa, P. Witte., & Aleya F. (2024). "It's Your Own Fault": Factors Influencing Victim Blaming. *Journal of Interpersonal Violence*.
<https://doi.org/10.1177/08862605241270030>
- Modesto, J. G., & Pilati, R. (2017). "Not all victims matter": Belief in a Just World, intergroup relations and victim blaming. *Temas Em Psicologia*, 25(2), 775–786.
<https://doi.org/10.9788/TP2017.2-18En>
- Montada, L., & Schneider, A. (1989). *Justice and emotional reactions to the disadvantaged*. *Social Justice Research*, 3(4), 313-44.
- Murray, C., Calderón, C., & Bahamondes, J. (2023). Modern Rape Myths: Justifying Victim and Perpetrator Blame in Sexual Violence. *International journal of environmental research and public health*, 20(3), 1663. <https://doi.org/10.3390/ijerph20031663>
- Oliveira, J., & Pereira, C. R. (2024). Vitimização Secundária de Mulheres que Retornam ao Relacionamento Abusivo. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, 58(2), e1829. <https://doi.org/10.30849/ripijp.v58i2.1829>
- Patrícia Galvão Institute and Intelligence in research and consultancy - [IPG/IPEC]. (2012). Perceptions about control, harassment and domestic violence: experiences and practices (Instituto Patrícia Galvão/Ipec,2022).<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/percepcoes-sobre-controle-assedio-e-violencia-domestica-vivencias-e-praticas-instituto-patricia-galvao-ipec-2022/>
- Paiva, T.T., Pereira, C.R. (2021). The Role of Justice in the Relationship of Sexism and Violence Against Women. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, Vol., 55, No. 3, e1591
- Perilloux, C., Duntley, J. D., & Buss, D. M. (2014). *Blame attribution in sexual victimization*. *Personality and Individual Differences*, 63, 81-6.

- Peters, J. (2008). Measuring myths about domestic violence: Development and initial validation of the domestic violence myth acceptance scale. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma, 16*(1), 1-21. doi:10.1080/10926770801917780
- Pinciotti, C. M., & Orcutt, H. K. (2021). Understanding Gender Differences in Rape Victim Blaming: The Power of Social Influence and Just World Beliefs. *Journal of Interpersonal Violence, 36*(1-2), 255-275. <https://doi.org/10.1177/0886260517725736>
- Pimentel, C. E, Gouveia, V. V, Diniz, PKC, Saenz, DP, Santos, AMV, & Vieira, IS (2010). Evidence of construct validity and accuracy of the General Fair World Scale. *Psychology Bulletin, 60* (133), 167-180.
- Rollero, C., & Tartaglia, S. (2019). The Effect of Sexism and Rape Myths on Victim Blame. *Sexuality & Culture, 23*(1), 209-19.
- Santos, WJd, Oliveira, PPd, Viegas, SMdF, Ramos, TM, Policarpo, AG, & Silveira, EAAd (2018). Domestic Violence Against Women Perpetrated by Intimate Partner: Professionals' Social Representations in Primary Health Care. , 770-7.
- Santos, M.H, & Amâncio, L. (2014). Perception of justice, discrimination, and sexism. *Psychology: Magazine of the Portuguese Psychology Association, 28*(1), 67-81. <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v28i1.623>
- Sakallı-Uğurlu, N., Yalçın, Z. S., & Glick, P. (2007). Ambivalent Sexism, Belief in a Just World, and Empathy as Predictors of Turkish Students' Attitudes Toward Rape Victims. *Sex Roles, 57*(11-12), 889-95.
- Sidanius, I., & Pratto, F. (1999). *Social dominance: An intergroup theory of social hierarchy and oppression*. New York: Cambridge University Press.
- Siria, S., Leza, L., Fernández-Montalvo, J., Echaury, JA, Azkarate, JM, & Martínez, M. (2021). Differential psychopathological profile of male intimate partner violence perpetrators depending on problematic alcohol use. *Addictive Behaviors, 118*, 106887.

The jamovi project (2021). jamovi. (Version 2.2) [Computer Software]. Retrieved from <https://www.jamovi.org>.

Tavares, S. M, Pimentel, C. E, Paiva, T. T, & Pereira, C.R. (2022a). Development and Validation of the Secondary Victimization Scale. *Psychological Reports*, 0(0). <https://doi.org/10.1177/00332941221092652>

UN women (2021). UNITE! Activism to End Violence against Women & Girls!

https://www.un.org/en/observances/endingviolenceagainstwomensday?gclid=CjwKCAiAkdBhABEiwAchIwkWI0n43Jkw5W6U81PQgJm4KILwS9Odrbd1hwH0GPVpGGVAqhVf_OGBoCif0QAvD_BwE

UN, (2022). Gender-related killings of women and girls

(femicide/feminicide). <https://www.unwomen.org/sites/default/files/2022-11/Gender-related-killings-of-women-and-girls-improving-data-to-improve-responses-to-femicide-feminicide-en.pdf>

Valor-Segura, I., Expósito, F., & Moya, M. (2011). Victim blaming and exoneration of the perpetrator in domestic violence: the role of beliefs in a just world and ambivalent sexism. *The Spanish journal of psychology*, 14(1), 195–206. https://doi.org/10.5209/rev_sjop.2011.v14.n1.17

Valadares & Zanello. (2022). Self-responsibility for violence against women: interpretations, reasons and justifications of male aggressors in the Federal District. In book: Groups for men who commit violence against women in Brazil: perspectives and theoretical studies
Publisher: Judicial Academy

- Verniers, C., & Vala, J. (2018). Justifying gender discrimination in the workplace: The mediating role of motherhood myths. *Plos One*, 13(1), 1-23.
<https://doi.org/10.1371/journal.pone.0190657>
- Vidal-Fernández, A., & Megías, J.L. (2014). Attributions of Blame to Battered Women when they are perceived as Feminists or as “Difficult to Deal With”. *The Spanish Journal of Psychology*, 17
- Wenzel, K., Schindler, S., & Reinhard, M. (2017). General Belief in a Just World Is Positively Associated with Dishonest Behavior. *Frontiers in Psychology*, 8
- Walker, L. E. (1989). Psychology and violence against women. *American Psychologist*, 44(4), 695–702. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.44.4.695>
- WHO (2021). Intimate partner violence. https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/77432/WHO_RHR_12.36_eng.pdf
- WHO (2021). Violence Against Women. <https://www.who.int/news-room/factsheets/detail/violence-against-women>
- WHO (2012). Understanding and addressing violence against women. https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/77434/WHO_RHR_12.37_eng.pdf;jsessionid=9B3CD73A4EE8E50BE0D8EA7863732F8C?sequence=1
- WHO (2005). Violence against women. <https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women>
- Yamawaki, N., Ochoa-Shipp, M., Pulsipher, C., Harlos, A., & Swindler, S. (2012). Perceptions of domestic violence: the effects of domestic violence myths, victim's relationship with her abuser, and the decision to return to her abuser. *Journal of interpersonal violence*, 27(16), 3195–3212. <https://doi.org/10.1177/0886260512441253>

Article 3

**Belief in a Just World, Secondary Victimization, and the Social Value of a Victim of
Sexual Violence in the Post-Rape Context**

Resumo

A violência contra mulheres pode ter consequências terríveis para as vítimas. A literatura sugere que observadores muitas vezes apoiam ou culpam a vítima em casos de violência sexual, por exemplo. Com base na teoria do mundo justo e na vitimização secundária, realizamos três estudos experimentais para investigar como as pessoas reagem a um cenário fictício em que uma vítima é estuprada pelo seu namorado. A hipótese a ser testada era a de que a justiça restaurativa para vítimas e retributiva para agressores é explicada pela vitimização secundária e motivada pela crença no mundo justo. O Estudo 1 analisou se as pessoas com alta CMJ compensariam menos uma vítima que denunciasse o estupro pelo namorado nas redes sociais, um mês após o ocorrido (Estudo 1); ou que participantes da situação que não obtivesse nenhuma informação sobre a decisão judicial. Demonstramos que os participantes com alta CMJ penalizaram a vítima, diminuindo a indenização atribuída a ela quando ela denunciou à polícia (em vez de denunciar nas redes sociais) e um mês após o ocorrido (em vez de denunciar imediatamente). Em relação ao agressor, quanto maior a CMJ dos participantes que responderam à condição em que a vítima denunciou a violência um mês depois nas redes sociais, houve uma relação estatisticamente significativa entre a CMJ e o valor atribuído ao agressor. O Estudo 2 replicou esses achados, e investigando a influência da informação sobre os desdobramentos da decisão judicial para a vítima e o agressor na vitimização secundária de ambos, mostrando que a decisão judicial influencia a vitimização secundária da vítima, evidenciando como a informação sobre a punição do agressor pode motivar participantes pertencentes à mesma categoria social que ele a culpabilizar e minimizar a vítima. No Estudo 3, replicamos os achados do estudo anterior e avançamos na compreensão do fenômeno. As evidências indicaram que os homens vitimizaram mais a vítima em comparação às mulheres. Além disso, como observado no estudo anterior, uma maior CMJ levou os participantes a responsabilizarem ainda mais a

vítima pela injustiça sofrida. Em resumo, nossa pesquisa contribui para o entendimento da vitimização secundária em casos de violência contra mulheres e, principalmente, para a compreensão das expectativas em relação às vítimas quando se trata de reparação social.

Palavras-chave: Crença no mundo justo, vitimização secundária, credibilidade das vítimas.

Abstract

Violence against women can have devastating consequences for victims. The literature suggests that observers often either support or blame the victim in cases of sexual violence, for example. Based on just world theory and secondary victimization, we conducted three experimental studies to investigate how people react to a fictional scenario in which a victim is raped by her boyfriend. The hypothesis tested was that restorative justice for victims and retributive justice for perpetrators is explained by secondary victimization and motivated by belief in a just world (BJW).

Study 1 examined whether individuals with high BJW would be less likely to compensate a victim who reported the rape by her boyfriend on social media one month after the incident; or whether participants in the condition without any information about the court's decision would respond differently. We demonstrated that participants with high BJW penalized the victim by reducing the compensation awarded to her when she reported the crime to the police (instead of reporting it on social media) and when she reported it one month after the incident (instead of immediately). Regarding the perpetrator, among participants in the condition where the victim reported the violence on social media one month later, there was a statistically significant relationship between BJW and the amount assigned to the perpetrator. Study 2 replicated these findings and investigated the influence of

information about the court's decision for both the victim and the perpetrator on secondary victimization of both. The results showed that the court's decision influenced the secondary victimization of the victim, highlighting how information about the perpetrator's punishment can motivate participants belonging to the same social category as him to blame and minimize the victim. In Study 3, we replicated the findings of the previous study and further advanced our understanding of the phenomenon. The evidence indicated that men victimized the victim more than women. Additionally, as observed in the previous study, higher BJW led participants to hold the victim even more responsible for the injustice suffered. In summary, our research contributes to the understanding of secondary victimization in cases of violence against women and, more importantly, to the comprehension of expectations regarding victims when it comes to social reparation.

Keywords: Belief in a just world, secondary victimization, victim credibility

Belief in a Just World, Secondary Victimization, and the Social Value of a Victim of Sexual Violence in the Post-Rape Context

Quais são os processos psicossociais que estão envolvidos nas reações das pessoas diante de uma situação de injustiça, como é a violência sexual? Será que elas estariam motivadas para fazer justiça por meio de vingança, ou agem no sentido de exigir punição justa ao agressor e compensação pelos danos à vítima? Quais seriam os fatores motivadores na escolha da justiça (retributiva vs. restaurativa) para vítimas e agressores de violência? Será que estaria relacionada com o comportamento de uma vítima após uma situação de violência, ou teria a ver com a informação sobre a tomada de decisão das autoridades, seria a informação sobre o status social daquele que cometeu a violência a influenciar o comportamento das pessoas frente a fazer justiça? Poucas pesquisas dentro do contexto da violência sexual abordaram esses aspectos, aos quais este artigo se propõe a responder.

O fenômeno da violência sexual vai além da agressão contra uma vítima, abrangendo percepções e reações sociais. Conforme Krulewit e Payn (1978) destacam, essa violência está relacionada aos papéis sexuais e crenças normativas, em que as mulheres são esperadas a serem submissas, e os homens são esperados a serem aventureiros e dominantes. Santos e Amâncio (2014) indicam que ideologias, incluindo a meritocrática (Jost & Hunyady, 2005, Sidanius & Pratto, 1999), justificção do sistema (Jost & Banaji, 1994) e a teoria da dominância social (Sidanius & Pratto, 1999) podem explicar o comportamento de indivíduos ou grupos diante dessas situações. Esse fenômeno também envolve o medo de retaliação do autor da violência, constrangimento e a revitimização, inclusive do próprio sistema de justiça, o que pode fazer com que as vítimas relutem em seguir com acusações (Naseralla & Warner, 2020) contra seus agressores. Nesse sentido, o fenômeno em questão faz-se relevante devido as consequências negativas das avaliações dos observadores, as quais podem acarretar consequências negativa não apenas as vítimas, mas também a sociedade como um todo.

Para compreender melhor o fenômeno da violência sexual, de maneira mais específica, a reação das pessoas perante as vítimas, faz-se necessário introduzir novas variáveis. Como, por exemplo, o papel das mídias sociais que se tornaram um espaço virtual em que as vítimas de violência sexual frequentemente denunciam seus agressores (Bogen et al.,2021). De forma mais específica, cabe a seguinte questão: como as redes sociais impacta a maneira como as vítimas de violência sexual são percebidas? Pesquisas anteriores, tanto no âmbito internacional, como nacional, mostram experiências compartilhadas pelas vítimas as quais refletem como as plataformas, como o antigo Twitte, Facebook e Instagram, têm sido usadas para expor diversas agressões cometidas por parceiros e ex-parceiros das mulheres (Alaggia & Wang, 2020).

Apesar das contribuições dessas pesquisas, ainda há uma lacuna na compreensão sobre como a informação sobre como a vítima agiu depois da agressão sexual, denunciando imediatamente ou deixando para denunciar o ocorrido depois de um determinado tempo, e a informação do local onde ela decide fazer a denúncia, i.e., nas redes sociais ou na delegacia, ou ainda informações sobre a decisão judicial sobre a situação ocorrida com a vítima e o status do agressor influenciam reação das pessoas a situação de violência sexual. Para suprir essa lacuna, propomos um estudo experimental que aborda esses aspectos. Pensamos que esse desenho experimental proporcionará o melhor entendimento de como os observadores reagem perante as vítimas de violência sexual.

A preocupação com a justiça

Ainda nesse contexto, e a fim de compreender as reações das pessoas diante de uma vítima de violência sexual, utilizaremos a teoria da CMJ para dá luz às relações de gênero. A teoria da CMJ tem um postulado segundo o qual as pessoas desejam acreditar que coisas boas acontecem com pessoas boas e coisas ruins acontece com pessoas ruins (Lerner, 1980). Isso ocorre, porque determinadas situações tendem a ameaçar a esse postulado, como situações

injustas (Adam & Muller, 2015) ou quando envolve vítimas inocentes (Correia, Vala, & Aguiar, 2007). Conforme os estudos da CMJ (Lerner, 2003), o desejo das pessoas de acreditar que “aqui se faz, aqui se paga” pode influenciar ações restaurativas, mas também o julgamento social, incluindo a derrogação da vítima, de modo que os indivíduos tendem a defender sua crença de que o mundo é um lugar justo (van Prooijen & van den Bos, 2009).

A defesa da CMJ, portanto, tem a ver com o fenômeno da culpabilização das vítimas, e essa reação está relacionada a um processo cognitivo (van Prooijen & van den Bos, 2009, Lerner, 1980), como, o de tentar reconstruir uma transgressão moral para que ela não lhe pareça injusta. As consequências disso (Correia, 2010) é a vitimização secundária a qual se reflete na culpabilização, minimização do sofrimento e a evitação de contato com uma vítima, em outras palavras, os indivíduos avaliarão uma vítima de forma negativa utilizando estratégia como a vitimização para restauração da justiça.

Exemplo disso é em situações de crime de estupro em que é impossível reverter esse tipo de violação. (Kleinke & Meyer, 1990)), Nesse caso, os observadores, a fim de proteger sua CMJ, reduzir o próprio sofrimento, ao tentar restaurar a justiça buscarão por estratégias irracionais que é a culpabilização da vítima dessa maneira estarão validando sua confiança no futuro (Hafer, 2000b).

Justiça retributiva e restaurativa

A psicologia da justiça tem levantado questões sobre o comportamento dos indivíduos e grupos diante de situações de injustiça há mais de 50 anos (Gollwitzer & Prooijen, 2016). Pesquisas mostram que, em um nível individual, a psicologia da justiça está preocupada em compreender como e por que os indivíduos buscam respostas restaurativas a vítima ou punitivas ao erro do infrator (Wenzel & Okimoto, 2016). No contexto das vítimas de violência sexual, uma alternativa é oferecer uma resposta a falta de uma visão humanizadora, a fim de

minimizar os danos psicológicos causados (Nascimento et al.,2023). Em contrapartida, a justiça retributiva concentra-se na punição adequada para o ofensor ou grupos que violaram regras, leis ou normas (Cohen, 2016; Wenzel & Okimoto, 2016). Estudos como o de Adams e Mullen (2015) mostraram que, quanto mais severa a punição aplicada ao agressor, menor a probabilidade dos participantes recomendarem indenização para a vítima. Isso sugere que os indivíduos podem reduzir a compensação à vítima, após a punição do agressor, se acreditarem que a justiça foi restaurada com a punição. Isto deve ocorrer, porque alguns indivíduos podem estar mais preocupados em culpar e punir os malfeitores, ao invés de compensar as vítimas.

Ainda nesse estudo, observou-se que a compensação da vítima não afeta o desejo de punir o perpetrador, sugerindo que indenizar uma vítima não satisfaz o desejo de justiça retributiva. Nesse contexto, faltou analisar se, em situações em que não há informações de compensação ou de punição, os participantes reagem buscando a justiça restaurativa para vítimas de violência sexual ou retributiva para os agressores.

Estudos como o de Crocker e Major (1989) apontam que as pessoas podem ser motivadas por um impulso de autoproteção, buscando evitar consequências emocionais negativas (Crosby, 1984) e, dessa forma, manter um sentido de controle sobre o mundo (Roux et al., 1999; Ruggiero & Taylor, 1995; Santos & Amâncio, 2014). Se isso, de fato, estiver presente, é possível que as pessoas alterem sua percepção da vítima de violência sexual ou mesmo de seu comportamento, atribuindo-lhe a culpa pelo próprio sofrimento (Rubin & Peplau, 1973). Uma pesquisa recente (Jordan & Sommers, 2024) mostrou que as vítimas que fornecem consentimento subjacente ou qualquer interação consensual anterior com o agressor, antes da agressão sexual, são julgadas menos positivas, mais culpabilizadas, recebem menos ajuda ou o agressor recebe uma menor punição.

Visão geral

Diante dessas considerações, continuaremos um programa de pesquisa que busca compreender as reações das pessoas frente às vítimas de violência sexual. Utilizaremos como base a teoria da crença no mundo justo para investigar como a informações sobre o comportamento de uma vítima de estupro após o ocorrido e informações sobre reestabelecimento da justiça para a vítima e condenação do agressor, bem como a informação sobre o status social desse, motiva as pessoas a reagirem pelo menos de duas maneiras: restaurando a justiça para a vítima ou punindo o seu agressor, ou seja, buscando a justiça retributiva. Até onde conseguimos enxergar, poucas pesquisas exploraram a justiça restaurativa e retributiva envolvendo agressores e vítimas à luz das relações de gênero e da teoria da crença no mundo justo no contexto da violência sexual.

Especificamente, no Estudo 1, pretendemos replicar os achados de estudos anteriores (Naseralla & Warner, 2020), propondo-se a verificar se uma vítima de estupro por alguém conhecido pode obter uma menor reparação social e, por sua vez, pode ser mais vitimizada secundariamente, em comparação ao seu agressor. Especificamente, esperamos que o tempo que a vítima leva para denunciar a situação de estupro (time lag), isto é, se ela faz imediatamente ao ocorrido ou se ela espera algum tempo para relatar, juntamente, com o local onde ela faz a denúncia (lócus da denúncia), se ela denuncia nas autoridades oficiais ou nas redes sociais, influenciam as respostas dos participantes sobre a vítima e o agressor, usando estratégias de justiça restaurativa da vítima e retributiva do agressor.

No Estudo 2, propomos testar a hipótese de que, quando os participantes percebem uma situação de estupro e recebem a informação do tribunal na sequência de que a vítima foi compensada ou de que o agressor foi punido, eles atribuirão menos justiça restaurativa à vítima, em comparação com a situação em que não há informações adicionais do tribunal sobre punição ou indenização. Nossa hipótese secundária é que os participantes que lerem a

informação apenas da situação de estupro, sem informações do tribunal (condição controle), com alta CMJ irão culpabilizar mais a vítima em comparação com o agressor e, por sua vez, irão lhe compensar indenizá-la com valores menores, quando comparada ao seu agressor.

Finalmente, para o estudo 3, pretendemos replicar o Estudo 2, e verificar se a informação sobre o status social do agressor (baixo vs. alto) poderá ser um fator que influencia a justiça para vítima de violência sexual. Especificamente, combinaremos a manipulação da informação da decisão do tribunal (compensação, condenação e controle - sem informações) juntamente com a imagem do agressor podendo ser alto ou baixo. Esperamos que os participantes com alta CMJ e da condição que não houver nenhuma informação do tribunal (condição controle) e que a imagem associada do agressor for alto status culpabilizem mais a vítima e, por sua vez, atribuam menor justiça, enquanto que o agressor será mais compensando.

Estudo 1: Intervalo de tempo versus lócus da denúncia

Neste estudo, consideramos que o intervalo de tempo que a vítima leva para denunciar o agressor (ou seja, imediatamente após a ocorrência do evento ou um mês depois) e o local onde a denúncia é realizada (como em uma delegacia policial ou nas redes sociais) influenciam as avaliações feitas pelos observadores sobre uma vítima de estupro. O primeiro fator — se a denúncia é realizada imediatamente ou um mês após o ocorrido — pode ativar diferentes interpretações sobre os motivos da denúncia. Por exemplo, pode-se pensar que a vítima estava enfrentando um sofrimento tão intenso que a impediu de reagir prontamente, que estava ponderando a possibilidade de reatar a relação com o agressor, ou ainda que estava premeditando a elaboração de informações falsas para sustentar uma denúncia caluniosa. O segundo fator — o local da denúncia, seja em uma delegacia ou nas redes sociais — pode, por sua vez, ativar outras percepções importantes para o observador, especialmente no que diz respeito às motivações implícitas da denúncia. Isso inclui inferências sobre a honestidade

da vítima, possíveis intenções de gestão de sua imagem pessoal ou mesmo ações mal-intencionadas com o objetivo de ganhar notoriedade.

Até onde sabemos, apenas o estudo de Naseralla e Warner (2020) investigou como o fato de uma vítima denunciar ou não denunciar um estupro influencia as percepções dos participantes sobre as intenções da vítima, especificamente os observadores avaliaram as vítimas que não denunciam seus autores de forma mais negativa do que a vítima que denuncia seu agressor. No entanto, este estudo será o primeiro a examinar esses fatores no contexto das relações de gênero e da teoria da crença no mundo justo, abordando simultaneamente as avaliações que as pessoas fazem tanto da vítima quanto do agressor. O presente estudo vai além da manipulação de informações após a vítima ter vivenciado a situação de violência, como já demonstrado em estudos anteriores (Naseralla & Warner, 2020; Hall et al., 2024), ao considerar simultaneamente o momento temporal e o local em que a denúncia foi realizada.

Além disso, estudos anteriores têm focado no comportamento da vítima antes do ocorrido, mostrando que, ao serem informados de que a vítima apresentava características específicas, como a cor da pele ou o consumo de álcool, os participantes tendiam a culpá-la (e.g., Albuquerque et al., 2019; Jordan & Sommers, 2024; Vieira Linhares & Rosas Torres, 2022). Nesta pesquisa, ampliamos a análise para incluir a atribuição de justiça tanto para a vítima quanto para o agressor, considerando as reações às informações sobre o momento e o local da denúncia.

Em situações de infortúnio, como casos de estupro, espera-se que a vítima reaja buscando justiça pelo que lhe aconteceu. Quando os observadores não percebem tal reação, tendem a avaliar a vítima de maneira mais negativa (Naseralla & Warner, 2020). Isso reflete uma expectativa social sobre como a vítima deve se comportar após o ocorrido. Nesse sentido, acreditamos que os participantes julgarão a vítima de forma mais negativa caso ela

tenha demorado a denunciar o estupro. Embora os observadores demonstrem uma preocupação genuína com a justiça (van Prooijen, 2013), tanto para si quanto para os outros, seus julgamentos frequentemente são subjetivos e enviesados em função das informações disponíveis (Naseralla & Warner, 2020). Além disso, se a vítima não buscar autoridades formais, como a polícia, os observadores podem interpretar sua atitude como um desejo de alcançar outros objetivos diferentes dos revelados na denúncia, como fama, e não justiça (Warner & Branscombe, 2011; W. Bogen et al., 2021). Adicionalmente, esperamos que esses efeitos sejam mais pronunciados em pessoas que aderem fortemente à CMJ, como descrito nas hipóteses a seguir:

H1) Participantes com alta adesão à CMJ, em comparação com aqueles com baixa adesão, irão: Oferecer menor compensação à vítima de estupro (H1a); Indenizar mais o agressor (H1b); especialmente nos casos em que a denúncia for realizada nas redes sociais (em vez de na polícia; H1c) e um mês após o ocorrido (em vez de imediatamente; H1d). Esse efeito é esperado porque o forte desejo por justiça pode levar esses participantes a não reconhecerem como válidas o fato ocorrido como descrito denúncia da vítima.

H2) Participantes com alta adesão à CMJ irão: Vitimizar secundariamente a vítima (H2a); atribuir valores menores de indenização a ela, em comparação ao agressor (H2b); especialmente quando a denúncia for feita nas redes sociais (H2c) e um mês após o ocorrido (H2d). Isso acontece porque a percepção dos participantes sobre a restauração da justiça depende da percepção de que a vítima também busca justiça de maneira "adequada" (Naseralla & Warner, 2020). Denunciar nas redes sociais e após um longo período são fatores que podem motivar julgamentos negativos, reforçando a ideia de que a vítima teria "merecido" o ocorrido (Lee et al., 2021, Lerner, 1989).

Método

Participantes e desenho fatorial

Antes de iniciar a coleta, estimamos o tamanho da amostra usando o programa G*power (versão 3.1.9.6; Faul et al., 2009). Para o cálculo utilizamos como base o teste ANCOVA, utilizamos 0,05 como nível de significância, juntamente com um poder estatístico 0,80, e um tamanho de efeito médio de $f^2 = 0,25$. Esse cálculo indicou uma amostra mínima de 179. Então, para prevenir casos não elegíveis e respostas incompletas, aplicamos o estudo a uma amostra inicial de 261 participantes, todos do sexo masculino. No entanto, após a checagem da elegibilidade dos participantes para comporem a amostras, especialmente o fato de acertarem a verificação das manipulações, foram excluídos 34 respondentes, de modo que a amostra final contou com um total de 227 respondentes com idade variando entre 18 e 70 anos ($M = 26,2$; $DP = 10,0$). Sendo (57,7%) solteiro, considerando-se de classe média (41,4%), branca (44,9%), e (44,5%) afirmou ter ensino superior completo. O estudo experimental contou com o desenho fatorial entre participantes: 2 (intervalo de tempo antes da denúncia: Imediatamente vs. um mês após o estupro) x 2 (Locus da denúncia: Polícia vs. Redes Sociais), em que os respondentes foram alocados aleatoriamente em uma de entre quatro condições.

Procedimentos

O estudo foi conduzido por meio de formulário na plataforma Qualtrics (<https://www.qualtrics.com>). O link gerado foi disponibilizado em diversas redes sociais, como (Twitter, Instagram, Facebook, Whatsapp) e de forma presencial, por meio de QRcodes. Antes de iniciar, os participantes foram informados sobre o objetivo geral da pesquisa por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Após indicarem a concordância em participarem voluntariamente do estudo, os participantes responderam a uma escala de crença no mundo justo (ver mais detalhes abaixo

na seção sobre as medidas), validada para o contexto brasileiro por Pimentel et al. (2010). Na sequência, responderam a questões sociodemográficas e, depois, foram solicitados indicar se concordariam em continuar a participar numa segunda fase da pesquisa. Ao continuarem, eles foram solicitados a ler o seguinte cenário fictício:

“O questionário a seguir pergunta a sua opinião sobre uma mulher chamada Tereza, de 21 anos de idade. Ela alega ter sido estuprada pelo seu namorado na madrugada de sábado para domingo. O fato teria ocorrido num hotel que fica numa praia turística onde ela e o seu namorado foram juntos passar o fim de semana prolongado.”

De seguida, o sistema informático alocou aleatoriamente dos participantes numa das quatro condições do desenho experimental. Especificamente, eles deram continuidade da leitura com o seguinte conteúdo, variando apenas as informações sobre o *time-lag* e o *locus* da denúncia:

“Imediatamente [vs. um mês após] ao ocorrido Tereza foi à polícia [vs. redes sociais] notificar ter sido vítima de estupro. No boletim de ocorrência, além de outros detalhes sobre o contexto em que teria ocorrido os fatos, ela disse ter sido forçada pelo namorado a ter relações sexuais, demonstrando ainda estar emocionalmente muito abalada. O namorado de Tereza nega firmemente o acontecido, alegando que não tinha motivos para forçar relações sexuais com a sua namorada, pois, além de a amar muito, eles estavam na melhor fase do namoro e saboreando um dos momentos mais românticos da vida deles como um casal. Ele acha tudo isso muito estranho, mostrando-se muito preocupado em relação aos motivos que teriam levado a sua namorada a agir dessa forma”.

Após lerem o texto reportando o caso de estupro, o *time-lag* e o *locus* da denúncia realizada pela vítima, os participantes responderam um questionário contendo sobre

vitimização secundária, indenização da vítima e do agressor, itens para a verificação da manipulação.

Medidas

Crença Geral no Mundo Justo. Desenvolvida por Dalbet et al. (1987) e validada para o Brasil por Pimentel et al. (2010). Aplicamos a escala a qual contém cinco itens como (e.g., “de uma maneira geral as pessoas merecem aquilo que lhes acontece”; “basicamente, o mundo em que vivemos é justo”; “a justiça vence sempre à injustiça”). A concordância com os itens deu-se numa escala de respostas de 5 pontos, variando de 1 (Discordo muito) a 5 (Concordo muito). No presente estudo, os parâmetros de coeficiente de consistência interna foram Cronbach’s $\alpha = 0,68$ *McDonald’s w = 0,70*.

Vitimização secundária. Desenvolvida por Tavares et al. (2022), esta escala contém nove itens que avaliam três formas de expressão da vitimização secundária: minimização do sofrimento (e.g., “Tereza está se aproveitando da situação”), evitação da vítima (e.g., “Se pudesse, você testemunharia a favor de Tereza”) e culpabilização da vítima (e.g., “Tereza fez por merecer tudo o que está passando”). Os participantes indicaram sua concordância com os nove itens, a partir da escala Likert de cinco pontos (1 = Discordo muito; 5 = Concordo muito). Os parâmetros estimados de consistência interna dessas três formas de vitimização secundária são os seguintes: minimização do sofrimento da vítima (Cronbach’s $\alpha = 0,81$ *McDonald’s w = 0,82*), culpabilização da vítima (Cronbach’s $\alpha = 0,86$ *McDonald’s w = 0,87*) e evitação da vítima (Cronbach’s $\alpha = 0,86$ *McDonald’s w = 0,86*).

Indenização da vítima. Para medir o quanto os participantes desejariam atribuir de indenização para a vítima, solicitamos que indicassem o quanto a vítima deveria receber de indenização por danos à sua imagem social, danos psicológicos e danos materiais. “Indique em reais, o quanto você acha que Tereza deve ganhar de indenização por danos sociais (por ter tido a sua vida publicamente exposta)”; “indique o quanto você acha que Tereza deve

ganhar de indenização por danos psicológicos”; indique o quanto você acha que Tereza deve ganhar de indenização por danos materiais”). As respostas foram dadas em formato aberto, podendo variar de 0 a qualquer valor de indenização que os participantes quisessem atribuir. Por esta razão, transformamos os valores para a escala de logaritmos naturais [i.e., $\ln(\text{valor atribuído} + 1)$]. Uma análise fatorial exploratória usando o método de extração *maximum likelihood* indicou a presença de um único fator explicando (76%) da variância total. As cargas fatoriais dos itens variaram de (0.72) a (0.95), mostrando forte relação entre os itens e o fator latente. Além disso, a consistência interna desse fator, que nomeamos “indenização total” foi alta, com coeficiente Alpha de Cronbach’s ($\alpha = 0,89$) e coeficiente de McDounald’s de ($w = 0,90$).

Indenização do agressor. Para verificar quanto os participantes atribuiriam de indenização ao agressor, foi solicitado que indicassem o quanto o agressor deveria receber de indenização por danos social, psicológica e material (“indique o quanto você acha que o namorado de Tereza deve receber de indenização por danos sociais (por ter tido a sua vida exposta”; “indique o quanto você acha que o namorado de Tereza deve receber de indenização por danos psicológicos”; “indique o quanto você acha que o namorado de Tereza deve receber de indenização por danos materiais”). As respostas foram dadas em formato aberto, podendo variar de 0 a qualquer valor de indenização que os participantes quisessem atribuir. Por esta razão, transformamos os valores para a escala de logaritmos naturais [i.e., $\ln(\text{valor atribuído} + 1)$]. Uma análise fatorial exploratória usando o método de extração *maximum likelihood* indicou a presença de um único fator explicando (80,3%) da variância total. As cargas fatoriais dos itens variaram de (0.76) a (0.95), mostrando forte relação entre os itens e o fator latente. Além disso, a consistência interna desse fator externo que nomeamos de “indenização total” foi alta, com coeficiente Alpha de Cronbach’s ($\alpha = 0,91$) e um coeficiente de McDounald’s de ($w = 0,92$).

Checagem de manipulação. A fim de verificar se os participantes responderam de forma atenta as questões e se leram os cenários, foram feitas duas perguntas de checagem da manipulação. A primeira interrogava sobre o nome da vítima; a segunda interrogava o local que ela fez a denúncia.

Análise de dados

As análises foram realizadas no software Jamovi (versão 2.3; The jamovi project (2022)) para estatísticas descritivas e correlações de Pearson. Utilizamos o Modelo General Linear Model para prever as variáveis dependentes (indenização atribuída à vítima e ao agressor), considerando a Crença no Mundo Justo (CMJ), o tempo de denúncia (VM) e o local da denúncia (VM). Além disso, analisamos as dimensões da vitimização secundária separadamente. Por fim, realizamos análise de caminhos empregamos a técnica de Bootstrap (5.000 amostras) adicionando a CMJ (VI) e as dimensões da vitimização secundária (VM) e as indenizações (VD), adotando um intervalo de confiança de 95%.

Resultados

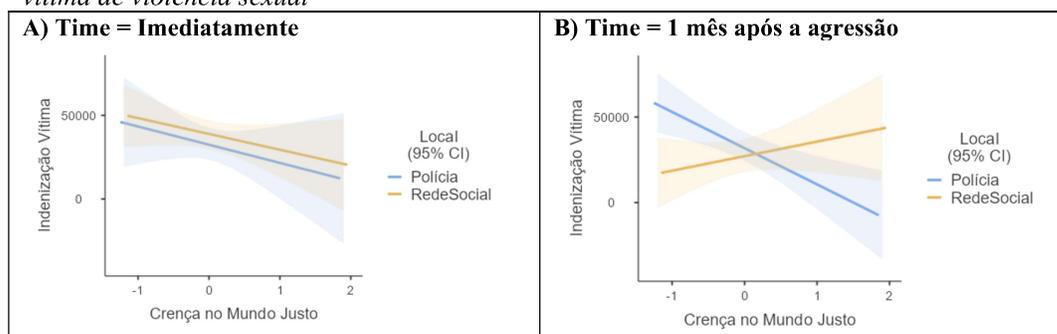
Indenização atribuída à vítima

Os resultados indicaram um efeito principal significativo da CMJ [$F(1, 202) = 4,228$, $p = 0,041$, $\eta^2 p = 0,021$], indicando que, quanto maior é a CMJ, menor é a indenização atribuída à vítima de violência ($b = -8248.3$, $SE = 4011$, $p = 0.041$). Por sua vez, não houve efeito principal significativo da informação sobre o tempo nem sobre o local onde a denúncia foi feita pela vítima. De maior importância, houve um efeito de interação entre a CMJ e a informação sobre local marginalmente significativo ($F(1, 202) = 3,758$, $p = 0,054$, $\eta^2 p = 0,018$), sugerindo que o efeito da CMJ na indenização da vítima foi influenciado pela informação sobre o local da denúncia. Finalmente, encontramos um efeito de interação tripla marginalmente significativo entre CMJ, a informação sobre o local e tempo ($F(1, 202) = 3,102$, $p = 0,080$, $\eta^2 p = 0,015$).

Para compreender melhor esses resultados, analisamos o significado das interações com foco na relação entre a CMJ e a indenização atribuída à vítima em cada uma das condições experimentais. Especificamente, a Figura 1a revela que, quando os participantes foram informados de que a vítima fez a denúncia imediatamente após o ocorrido, a relação entre a CMJ e a indenização foi negativa. Ou seja, quanto maior o endosso à CMJ pelos participantes, menor foi o valor da indenização atribuído à vítima. Esse padrão foi observado tanto quando a denúncia foi feita na polícia ($b = 10874$; $SE = 10275$; $p = 0.291$) quanto nas redes sociais ($b = -9450$; $SE = 6993$; $p = 0.178$).

Por outro lado, na condição em que os participantes foram informados de que a vítima realizou a denúncia um mês após a agressão, o padrão de relação entre a CMJ e a indenização variou dependendo do local da denúncia (Figura 1b). Especificamente, entre os participantes informados de que a denúncia foi feita na polícia, a relação foi negativa, indicando que, quanto maior o endosso à CMJ, menor foi o valor de indenização atribuído à vítima ($b = -21175$; $SE = 6489$; $p < .001$). Contudo, uma relação oposta foi observada entre os participantes informados de que a denúncia ocorreu nas redes sociais. Nesse caso, quanto maior o endosso à CMJ, menor foi o valor de indenização atribuído à vítima ($b = 8506$; $SE = 7801$; $p = 0.277$).

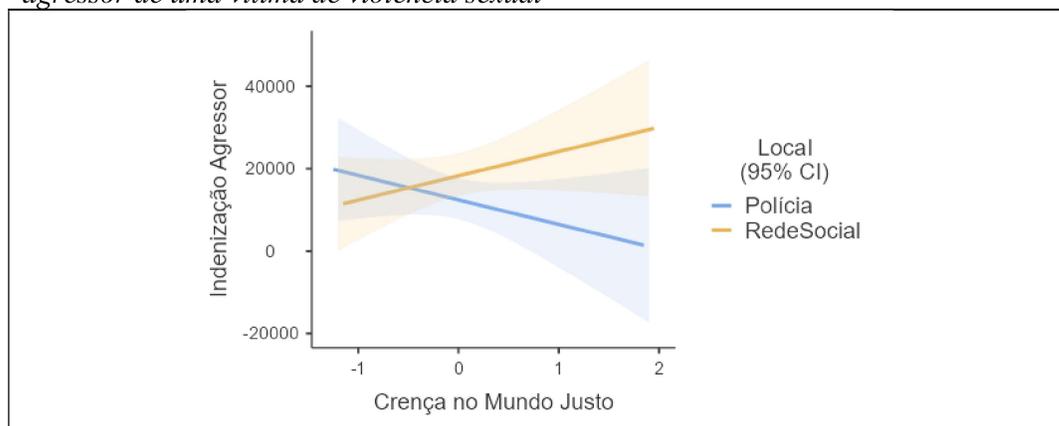
Figura 1. Efeitos de interação entre CMJ, time lag e locus em função da compensação da vítima de violência sexual



Indenização atribuída ao agressor

Os resultados indicaram efeitos principais não significativas da CMJ, do locus (polícia versus rede social), nem do tempo (imediatamente versus. após um mês). Também os efeitos de interação dupla (i.e., locus x time; e time x CMJ) foram não significativos, nem o efeito de interação tripla (i.e., time x locus x CMJ). Por sua vez, observou-se um efeito marginalmente significativo entre a CMJ x locus [$F(1, 192) = 3,420, p = 0,066, \eta^2 p = 0,018$]. A análise da interação revelou que a relação entre a crença no mundo justo (CMJ) e a indenização atribuída ao agressor foi positiva na condição em que os participantes foram informados de que a vítima havia realizado a denúncia nas redes sociais. Ou seja, quanto maior o endosso à CMJ, maior foi o valor da indenização atribuído ao agressor ($b = 16224; SE = 7207; p < 0.024$). Por outro lado, o resultado foi oposto na condição em que os participantes foram informados de que a vítima realizou a denúncia na polícia. Nesse caso, quanto maior o endosso à CMJ, maior foi o valor de indenização atribuído ao agressor ($b = 9420; SE = 7600; p = .217$).

Figura 2. Efeitos de interação entre CMJ x locus na indenização atribuída ao agressor de uma vítima de violência sexual

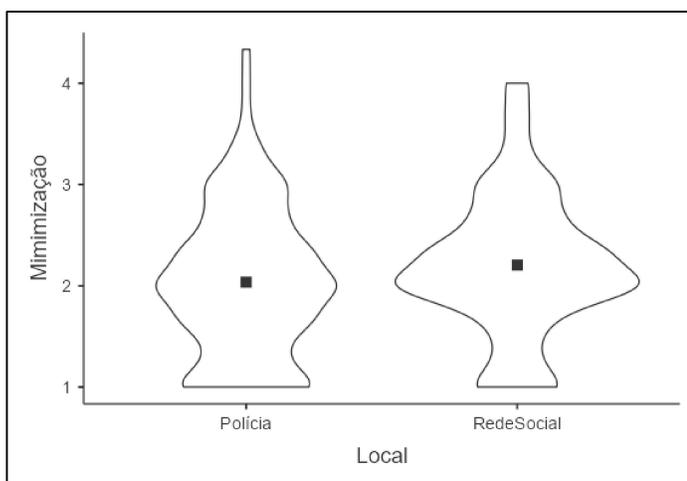


O processo de moderação do time e do lócus da denúncia

Para testar a hipótese de que a relação entre a CMJ dos participantes e a vitimização secundária da vítima de violência sexual (minimização, culpa, evitação) é moderada pelo time (imediatamente vs. após um mês) e o lócus (polícia vs. rede social), conduzimos análises de moderação e especificamos as dimensões da vitimização como variável dependente, a CMJ como variável independente e o time e o lócus como moderadores.

Minimização do sofrimento. Os resultados indicaram um efeito principal da CMJ na minimização do sofrimento da vítima [$F(1, 217) = 25.20, p < .001, \eta^2p = .104$], indicando que quanto mais os participantes endossaram a CMJ, mais minimizaram o sofrimento da vítima ($b = .399; SE=.07, p < .001$). Além disso, houve um efeito marginalmente significativo do lócus da denúncia (polícia ou rede social) na minimização do sofrimento [$F(1, 217) = 3.32, p = .067, \eta^2p = .015$], sugerindo que os participantes da condição rede social minimizaram mais o sofrimento da vítima ($M = 2.20, SE = 0.06$) em comparação aos participantes da condição polícia ($M = 2.04, SE = 0.06$) (ver Figura 3). Por fim, os efeitos de interação foram não significativos.

Figura 3. Diferença de média do lócus da denúncia em função da minimização do sofrimento da vítima.



Culpabilização da vítima: As análises realizadas para a dimensão de culpabilização da vítima indicaram um efeito estatisticamente significativo da CMJ [$F(1, 217) = 25.14, p < .001, \eta^2p = .104$], indicando que, quanto maior CMJ, mais os participantes culpabilizaram a vítima pelo infortúnio que ela sofreu ($b = .386, SE=.07, p < .001$). Os efeitos de interação foram não significativos.

Evitação da vítima. Finalmente, os resultados para a dimensão evitação de contato com a vítima indicaram um efeito principal significativo da CMJ [$F(1, 217) = 6.745, p = 0.010, \eta^2p = 0.030$]: quanto maior foi a CMJ, maior foi a evitação de contato da vítima ($b = .297; SE = .11; p < .010$). Houve um efeito estatisticamente significativo da informação sobre o local onde a denúncia foi realizada (polícia ou rede social) [$F(1, 217) = 6.260, p = 0.013, \eta^2p = 0.028$], indicando que os participantes da condição rede social ($M = 2.92, SE = 0.09$) evitaram mais o contato com a vítima, em comparação aos participantes da condição que leram que a vítima fez a denúncia à polícia ($M = 2.60, SE = 0.09$) (ver Figura 4). O resultado mais importante foi o efeito de interação entre CMJ e o local da denúncia [$F(1, 217) = 4.977, p = 0.027, \eta^2p = 0.022$]. Nenhum outro efeito principal ou de interação foi significativo.

A decomposição da interação entre a CMJ e lócus (ver Figura 5) indicou que a relação entre a CMJ foi positivamente significativa na condição em que a denúncia foi feita à polícia, indicando que quanto mais os participantes endossaram a CMJ, maior foi a evitação da vítima ($b = 0.32, t = 3.265, p = 0.001$). Na condição em que os participantes foram informados sobre a denúncia ter sido realizada nas redes sociais, a relação entre CMJ e evitação da vítima foi não significativa ($\beta = 0.02, t = 0.262, p = 0.786$).

Figura 4. Diferença de média da condição locus em função da evitação de contato com a vítima.

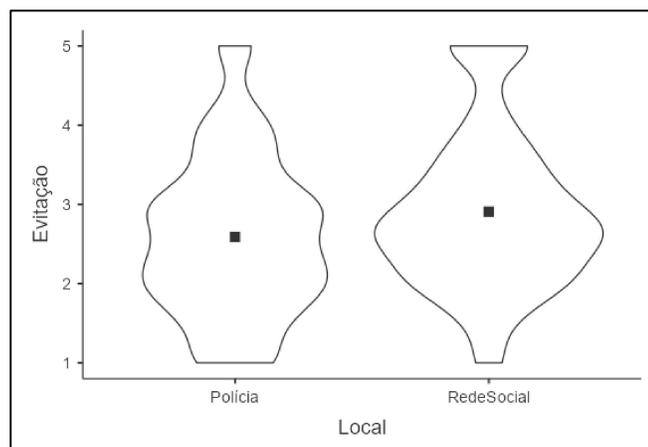
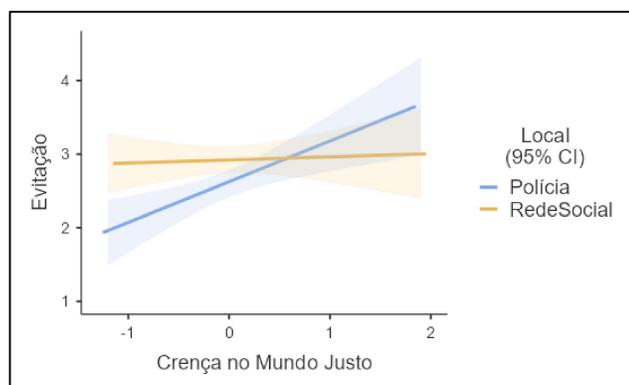


Figura 5. evitação de contato com a vítima de acordo com a interação entre a CMJ e o locus da denúncia.



O papel mediador da vitimização secundária na relação entre CMJ e a indenização atribuída à vítima e ao agressor

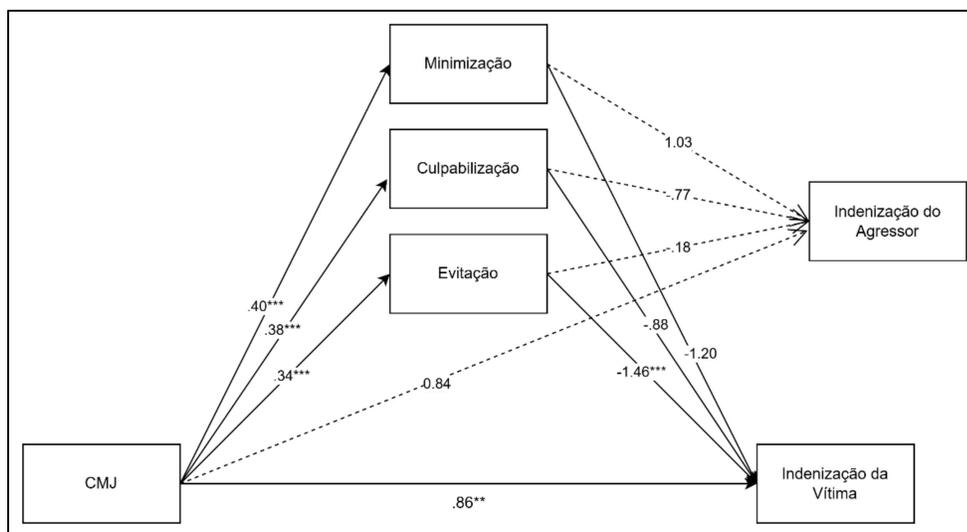
A fim de testar a hipótese de que a vitimização secundária medeia a relação entre a CMJ e o valor de indenização atribuído tanto à vítima quanto ao agressor, realizamos análises de mediação para cada uma das três dimensões, tanto para vítima quanto para o agressor.

Os resultados indicaram efeitos mediados da culpabilização da vítima (*Efeito indireto* = -0.34, *SE* = 0.19, *IC95% BC* = -0.77; -0.006), bem como da evitação do contato com a vítima (*Efeito indireto* = -0.41, *SE* = 0.19, *IC95% BC* = -0.87 - 0.11) e da minimização do

sofrimento (*Efeito indireto* = -0.56, *SE* = 0.21, IC95% BC = -1.06; -0.21) indicando que quanto mais os participantes endossaram a CMJ, mais culpabilizaram, evitaram e minimizaram o sofrimento da vítima, o que, por sua vez, mostrou-se associado com um menor valor de indenização atribuído à vítima de violência (ver Figura 6a).

Os resultados da análise de mediação da vitimização secundária em relação ao agressor indicam que a relação entre a CMJ e a indenização atribuída ao agressor não foi significativa. Isto é, os efeitos direto, total ou indireto foram não significativos (ver figura 6b). Embora tenhamos observado associação significativas entre a CMJ e as dimensões da vitimização secundária da vítima de violência sexual, as relações entre cada uma dessas dimensões e a indenização do agressor foram não significativas.

Figura 6. Mediação múltipla da vitimização na relação entre CMJ e a compensação atribuída a uma vítima de violência sexual (a). Mediação múltipla da vitimização na relação entre CMJ e a compensação atribuída ao agressor (b).



O Papel Moderador do Time e do Lócus

A fim de testar a hipótese do papel moderador do *time* e do *lócus* na mediação da vitimização secundária entre a relação da CMJ e a indenização atribuída a vítima de

violência, conduzimos um modelo de mediação moderada usando o PROCESS (modelo PROCESS 73: Hayes, 2018), os intervalos de confiança foram estimados com 5000 bootstrapping de reamostragem. Codificamos o lócus (polícia = -0.5 vs. rede social = 0.5); e o time (imediatamente = -0.5 vs. Após um mês = 0.5). Especificamente, estimamos os efeitos mediados em cada uma das condições experimentais.

Nos participantes que foram informados de que a denúncia tinha sido feita nas redes sociais imediatamente após o ocorrido, a minimização do sofrimento mediou significativamente a relação entre CMJ e a indenização da vítima (efeito mediado = -1,34; EP = ,7757; IC 95%: -3,07; -,07; índice de mediação moderada = -2,24; EP = ,84; IC 95%: -3,90; -,59). Na condição em que os participantes foram informados que a denúncia tinha sido realizada na polícia imediatamente após o ocorrido, a relação entre a CMJ e a indenização da vítima foi significativamente mediada pela culpabilização da vítima (efeito mediado = -.74; EP = ,51; IC 95%: -1,96; -,004; índice de mediação moderada = -1,93; EP = ,75; IC 95%: -3,41; -,46). Na análise de minimização, não foram observados efeitos significativos nas comparações entre as condições: redes sociais versus após um mês do ocorrido, polícia versus após um mês do ocorrido e polícia versus imediatamente ao ocorrido. Da mesma forma, na análise de culpa, não houve efeitos significativos para as comparações entre polícia versus após um mês do ocorrido, redes sociais versus após um mês do ocorrido e redes sociais versus imediatamente ao ocorrido. Além disso, também não foram identificados efeitos indiretos significativos relacionados à dimensão de evitação.

Discussão

Neste estudo, investigamos como as informações sobre o local de denúncia de estupro (redes sociais vs. polícia) e o tempo decorrido até a denúncia influenciam a reação dos participantes em relação à vítima e ao agressor. Com base na teoria da crença no mundo justo (CMJ) e suas manifestações na vitimização secundária, nosso objetivo foi analisar como

essas informações afetam a vitimização secundária da vítima e do agressor, além da compensação a ambos. Os nossos resultados são consistentes com evidência obtida em pesquisas anteriores (Naseralla & Warner, 2020) e complementam a literatura sobre culpabilização de vítimas de violência sexual, demonstrando que a informação sobre local e o tempo demorado antes da vítima proceder à denúncia influenciam as reações das pessoas. Observamos que a denúncia nas redes sociais leva à minimização do sofrimento e à evitação do contato com a vítima. Além disso, a CMJ impacta a culpabilização e a evitação da vítima, especialmente quando a denúncia é feita à polícia.

Além disso, nossos resultados indicam que a vitimização secundária medeia a relação entre a CMJ e a indenização da vítima, enquanto o processo de indenização do agressor se diferencia, corroborando estudos anteriores (Tavares et al., 2022; Valor-Segura & Moya, 2011). Conforme previsto, o local e o tempo da denúncia moderaram a mediação da vitimização secundária (minimização e culpabilização) na relação entre CMJ e indenização da vítima. Esses resultados são compreensíveis à luz da CMJ, que se baseia na crença de que o mundo opera com base no merecimento (Hafer & Rubel, 2014). O estupro pode ser percebido como uma ameaça à CMJ, especialmente quando a vítima busca justiça (Lee et al., 2021), transmitindo a ideia de sofrimento imerecido. Em resposta, os participantes podem reagir usando estratégias de vitimização secundária.

Embora este estudo evidencie como as reações das pessoas a uma situação de violência sexual são afetadas pela informação sobre o local e o tempo da denúncia, e revele o processo psicológico subjacente às reações dos observadores, é importante destacar que mensuramos apenas a vitimização secundária da vítima, sem abordar as reações subjetivas dos participantes em relação ao agressor. Para aprofundar a análise e comparar os processos de forma mais precisa, realizamos o Estudo 2 com uma amostra mais abrangente. Além de

apresentar o mesmo cenário descrevendo a situação de estupro, manipulamos a informação sobre a decisão judicial e adicionamos a mensuração da vitimização secundária do agressor.

Estudo 2: A influência das decisões judiciais sobre casos de violência sexual na obtenção de justiça para as vítimas

A vítima pode ser avaliada de forma negativa por diversos fatores, para além do tempo que faz a denúncia ou do local. Nesse sentido, a fim de complementar os resultados do estudo anterior, manipulamos a informação relacionada à condenação do agressor e compensação da vítima, para investigar os valores de indenização que serão atribuídos pelos participantes na percepção de justiça restaurativa e retributiva em relação à vítima e o agressor. Nossa hipótese é de que as pessoas da condição que não há informações sobre a decisão da justiça (controle) atribuirão menor justiça restaurativa a vítima, mas atribuirão maiores valores de indenização ao agressor.

Esperamos que isso ocorra na situação controle, pois para as pessoas, saber que a vítima foi recompensada ou que os agressores foram punidos, poderá haver a sensação de que a vítima não necessita mais de justiça (Adam & Muller, 2014). Além disso, pensamos que na situação em que há apenas a informação da situação do estupro, os participantes sintam que sua CMJ foi mais ameaçada, compensando menos a vítima e atribuindo maior indenização ao agressor e, por sua vez, recorram a comportamento de derrogação, penalizando a vítima pelo ocorrido, considerando o princípio da CMJ de que cada um receber o que merece.

Adicionalmente, a fim de suprir a lacuna do Estudo anterior, introduzimos a medida de vitimização secundária do agressor para analisarmos o comportamento dos participantes diante da sua vitimização secundária, bem como outras variáveis sociodemográficas.

Método

Participantes

Os dados foram coletados em 272 participantes, dos quais 24 são não elegíveis para comporem a amostra porque falharam a manipulation check. Nesse sentido, a amostra final contou com 248 respostas, sendo majoritariamente (68,5%) de pessoas do sexo feminino da população geral. A idade variou entre 18 e 60 anos ($M = 27,3$; $DP = 9,71$). Sendo (49,76%) solteira, considerando-se de classe média (39,1%), bem como declararam ter cor de pele parda (43,5%), (47,6%) afirmou ter ensino superior completo. Neste estudo também perguntamos aos participantes sobre questões psicossociais, a Tabela 1 apresenta essas informações.

Tabela 1. *Sociodemographic characteristics of participants.*

	Gênero	
	Homem	Mulher
Idade	77 (31.0%) M = 25.7 SD = 7.79	170 (68.5%) M = 27.4 SD = 10.0
Cor		
Preto	4	20
Branco	37	74
Pardo	33	74
Oriental	1	0
indígena	2	2
Estado civil		
Solteiro	38	84
Namorando	19	40
Casado	14	34
Divorciado	2	2
Em união estável	4	10
Nível educacional		
Médio	20	55
Superior (Graduação)	39	79
Pós-Graduação	10	21
Mestrado	4	15
Doutorado	4	0
Religião		
Nada religioso	12	26
Pouco religioso	25	36
Moderadamente religioso	29	79
Muito religioso	8	19
Totalmente religioso	3	10
Orientação política		
Extremamente à esquerda	3	13
À esquerda	36	76
Centro	24	60
À direita	14	18
Extremamente à direita	0	3
Ideologia feminista		
Totalmente contrário	5	3
Contrário	5	11
Indiferente	26	33
Favorável	29	79
Totalmente favorável	12	44

Procedimentos

Nossa pesquisa foi experimental com o desenho do tipo unifatorial, realizada entre dezembro de 2023 e janeiro de 2024. Após responderem ao TCLE, os participantes responderam a escala de crença no mundo justo (Dalbert, 1987) e, em seguida, foram apresentados aos procedimentos para a manipulação da situação de vitimização. Manipulamos a informação sobre a vitimização usando um cenário fictício (controle: sem informação vs. condenação do agressor vs. indenização de Tereza). Os participantes foram alocados de forma randomizada em uma das três condições. A situação controle contou com 92 respondentes, a situação da condição da informação que Mateus foi condenado contou com 79, e a condição da informação que Tereza foi indenizada contou com 77 participantes. Na condição da informação em que Mateus foi condenado, os participantes responderam inicialmente os itens de vitimização do agressor em seguida os itens da vitimização secundária sobre a vítima, enquanto na condição da informação de que Tereza foi indenizada e na condição controle, os participantes responderam sequencialmente os itens da vitimização secundária da vítima e na sequência a vitimização secundária do agressor.

Cenário

Antes de responderem aos questionários, os participantes leram a seguinte vinheta fictícia:

“O questionário a seguir pergunta a sua opinião sobre uma mulher chamada Tereza, de 21 anos de idade. Ela alega ter sido estuprada pelo seu namorado Mateus na madrugada de sábado para domingo. O fato teria ocorrido num hotel que fica numa praia turística onde ela e o seu namorado foram juntos passar o fim de semana prolongado.

Imediatamente ao ocorrido, Tereza foi à polícia notificar ter sido vítima de estupro. No boletim de ocorrência, além de outros detalhes sobre o contexto em que teria ocorrido os fatos, ela disse ter sido forçada pelo namorado a ter relações sexuais, demonstrando ainda estar emocionalmente muito abalada. Mateus, o namorado de Tereza, nega firmemente o acontecido, alegando que não tinha motivos para forçar relações sexuais com a sua namorada, pois, além de a amar muito, eles estavam na melhor fase do namoro e saboreando um dos momentos mais românticos da vida deles como um casal. Ele acha tudo isso muito estranho, mostrando-se muito preocupado em relação aos motivos que levaram a sua namorada a agir dessa forma”.

A descrição do cenário foi idêntica para todos os participantes, apenas as informações manipuladas sobre a “condenação de Mateus” e a “indenização de Tereza” variam deste modo: “Mateus foi processado e condenado pelo tribunal de justiça. Ele foi condenado e cumprirá, em regime fechado num presídio, pena por estupro” (condição de condenação do agressor); “Tereza ganhou o processo no tribunal de justiça e recebeu uma indenização em dinheiro” (condição de indenização da vítima); ausência de informação sobre o desfecho do processo (condição de controle).

Medidas

Checagem de manipulação. Foram feitas três perguntas, uma para cada cenário, para certificarmos que as vinhetas foram lidas pelos participantes. Na condição controle, interrogávamos: Com base no cenário apresentado, qual é a acusação feita contra Mateus e qual é a defesa que ele apresenta? Os participantes necessitavam marcar a opção “A acusação feita por Tereza é estupro e Mateus nega a acusação”. Para a condição de condenação do agressor, interrogávamos: “Qual foi a acusação feita para Mateus e qual foi o resultado do julgamento?” Os participantes teriam que marcar “estupro e condenação”. Finalmente, na

condição de indenização da vítima, perguntávamos: “No cenário descrito, qual foi o desfecho do processo de Tereza e Mateus no Tribunal de justiça? Os participantes precisariam responder que “Tereza ganhou o processo e recebeu uma indenização em dinheiro”.

Crença Geral do Mundo Justo. Desenvolvida por Dalbet et al. (1987) e validada para o Brasil por Pimentel et al. (2010). Aplicamos a escala a qual contém cinco itens como, por exemplo, “de uma maneira geral as pessoas merecem aquilo que lhes acontece”; “basicamente, o mundo em que vivemos é justo”; “a justiça vence sempre à injustiça”. A concordância com os itens deu-se numa escala de respostas de 5 pontos variando de 1 (Discordo muito) à 5 (Concordo muito). O coeficiente de consistência interna para o estudo atual foi Cronbach’s $\alpha = 0,68$ e *McDonald’s w* = 0,69.

Vitimização secundária da vítima. Desenvolvida por Tavares et al. (2022), a escala avalia três formas de expressão da vitimização secundária, minimização, evitação e culpabilização contendo três itens cada. Como exemplo de itens temos: (“Tereza está se aproveitando da situação”; “Tereza fez por merecer tudo o que está passando” e “Se pudesse, você testemunharia a favor de Tereza”). Os participantes indicaram sua concordância com os nove itens, a partir da escala Likert de cinco pontos, 1 (Discordo muito) e 5 (Concordo muito). A consistência dos fatores para a amostra apresentou -se boa: minimização (Cronbach’s $\alpha = 0,90$ *McDonald’s w* = 0,91), culpabilização (Cronbach’s $\alpha = 0,90$ *McDonald’s w* = 0,91) e evitação (Cronbach’s $\alpha = 0,77$ *McDonald’s w* = 0,82).

Vitimização secundária do agressor. Adaptamos os itens da escala desenvolvida por Tavares et al. (2022) de modo que a escala avaliasse três formas de expressão da vitimização secundária, minimização, evitação e culpabilização em relação ao agressor da vítima. Como exemplo de itens temos: (“O namorado de Tereza tem sofrido muito com o que aconteceu.”; “O namorado de Tereza fez por merecer tudo o que aconteceu com ele.” e “Se pudesse, você teria testemunhado a favor do namorado de Tereza.”). O item de minimização do sofrimento

e os três itens da evitação da vítima receberam pontuações invertidas, as pontuações mais altas indicaram maior minimização e evitação. Os participantes indicaram sua concordância com os nove itens, a partir da escala likert de cinco pontos, 1 (Discordo muito) e 5 (Concordo muito). A consistência dos fatores para a amostra apresentou -se boa: minimização (Cronbach's $\alpha = 0,74$ *McDonald's w* =0,76), culpabilização (Cronbach's $\alpha = 0,85$ *McDonald's w* = 0,86) e evitação (Cronbach's $\alpha = 0,86$ *McDonald's w* =0,87).

Indenização da vítima. Para medir o quanto os participantes desejariam atribuir uma indenização para a vítima, solicitamos aos respondentes que indicassem o quanto a vítima deveria receber de indenização por danos social, psicológica e material. Especificamente, eles foram assim instruídos: “Indique, em reais, o quanto você acha que Tereza deve ganhar de indenização por danos sociais (por ter tido a sua vida publicamente exposta)”; “indique o quanto você acha que Tereza deve ganhar de indenização por danos psicológicos”; indique o quanto você acha que Tereza deve ganhar de indenização por danos materiais”. Para cada um destes três aspectos, eles indicaram o valor em reais que a vítima deveria receber. Os três itens foram submetidos a uma análise fatorial, a qual indicou a presença de um único fator explicando 68,9% da variância (eigenvalue = 2,07; loadings: 0,76 a 0,91). A consistência interna da escala “indenização total” foi alta, com coeficiente Alpha de Cronbach's ($\alpha = 0,86$) e um coeficiente de *McDonald's* de ($w = 0,86$).

Indenização do agressor. Para verificar quanto os participantes atribuiriam de indenização ao agressor, foi solicitado que indicassem o quanto o agressor deveria receber de indenização por danos social, psicológica e material. Especificamente, pedimos que “indique o quanto você acha que o namorado de Tereza deve receber de indenização por danos sociais (por ter tido a sua vida exposta)”; “indique o quanto você acha que o namorado de Tereza deve receber de indenização por danos psicológicos”; “indique o quanto você acha que o namorado de Tereza deve receber de indenização por danos materiais”. Realizamos uma

análise fatorial, a qual indicou a presença de um único fator explicando 68,5% da variância (eigenvalue = 2,05; loadings: 0,68 a 0,90). A consistência interna da escala “indenização total” foi alta, com coeficiente Alpha de Cronbach’s ($\alpha = 0,85$) e um coeficiente de *McDonald’s de* ($w = 0,86$).

Análise de dados e aspectos éticos

As análises dos dados foram realizadas no *software* SPSS (versão 21) e os gráficos foram gerados no Jamovi (versão 2.3.28). Inicialmente, utilizamos o pacote *general linear model* (GLM) considerando o desenho unifatorial: Manipulação: (controle x indenização Tereza x condenação do agressor) e as variáveis dependentes (culpabilização, minimização e evitação). Na sequência, analisamos os efeitos principais de cada fator e as interações entre eles. Para analisar os efeitos condicionais de interação utilizamos os índices de intervalo de confiança para nível baixo, médio e alto do moderador (-1DP, média, +1DP), considerando o valor de $p < 0,05$. Utilizamos também o pacote PROCESS para análise de mediação. Além disso, realizamos estatísticas para caracterizar nossa amostra, como (Média, Frequência, entre outros).

A coleta de dados foi realizada, por meio de questionário através da plataforma *Qualtrics*. O link contendo os itens foi divulgado nas redes sociais, incluindo Instagram, Facebook, Whatsapp. Os participantes após a leitura do TCLE, eram convidados a lerem itens a respeito de questões da vida em sociedade, sendo informados que a pesquisa era voluntária e o sigilo e anonimato seriam mantidos.

Resultados

Realizamos uma análise de variância multivariada (MANOVA), a fim de verificar o efeito da manipulação da informação sobre a decisão judicial (condições: controle vs. indenização da vítima vs. punição do agressor), do sexo (masculino vs. feminino) e da Crença

no Mundo Justo (CMJ) nas dimensões da vitimização secundária da vítima (minimização, culpabilização e evitação) simultaneamente. Os resultados indicaram um efeito principal multivariado significativo da manipulação no conjunto das três dimensões da vitimização secundária da vítima (Traço de Pillai = .062, $F(6, 235) = 2.512$, $p < .021$, $\eta^2_p = .031$). Houve também efeito principal multivariado significativo do sexo (Traço de Pillai = .059, $F(3, 235) = 4.904$, $p < .003$, $\eta^2_p = .059$). Além disso, a CMJ teve um efeito principal multivariado significativo (Traço de Pillai = .044, $F(3, 235) = 3.536$, $p < .015$, $\eta^2_p = .044$). Esses resultados indicam que a manipulação da informação sobre a decisão judicial, o sexo e a CMJ afetaram as dimensões da vitimização secundária. A interação entre a variável sexo e a manipulação foi significativa (Traço de Pillai = .064, $F(6, 235) = 2.592$, $p < .018$, $\eta^2_p = .032$), indicando que a influência da manipulação variou de acordo com o sexo dos participantes. No entanto, não houve efeitos multivariados significativos para as interações entre (manipulação x CMJ), (sexo x CMJ), e a interação tripla entre (manipulação x sexo x CMJ). A seguir, detalhamos os efeitos obtidos para cada dimensão da vitimização secundária.

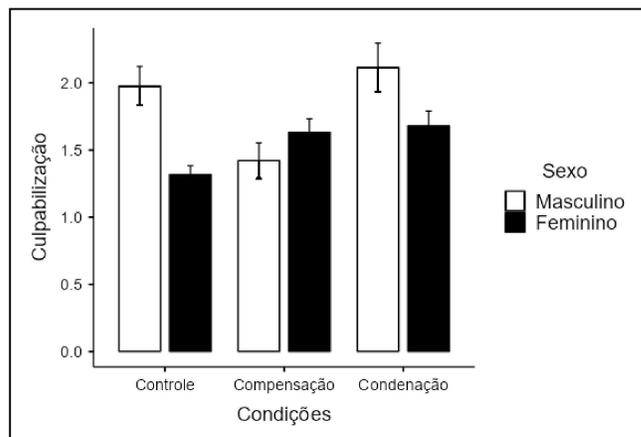
Culpabilização da vítima: o teste univariado mostrou que a manipulação teve efeito estatisticamente significativo na culpabilização, $F(2, 235) = 5.282$, $p < .006$, $\eta^2_p = .043$. Este efeito indicou que os participantes da condição condenação do agressor culpabilizaram mais a vítima ($M = 1.936$, $SD = .086$) em comparação aos participantes da condição controle ($M = 1.644$, $SD = .082$), $b = -.29$; $SE = .11$, $p = .015$; e da condição indenização da vítima ($M = 1.545$, $SD = .096$), $b = -.09$; $SE = .12$, $p = .43$. Não houve diferença significativa entre a condição controle e a condição compensação da vítima, $b = .09$; $SE = .12$, $p = .43$. Houve também um efeito principal significativos do sexo, $F(1, 235) = 11.815$, $p = .001$, $\eta^2_p = .048$: os participantes do sexo masculino culpabilizaram mais a vítima ($M = 1.882$, $SE = .085$) do que as participantes do sexo feminino ($M = 1.533$, $SD = .055$). Além disso, houve efeito

principal da CMJ, $F(1, 235) = 9.173, p = .003, \eta^2p = .038$, isso significa que quanto maior a CMJ mais os participantes culpabilizam a vítima ($b = .14; SE = .04, p = .003$).

De maior importância, houve efeito de interação entre a manipulação e o sexo na culpabilização da vítima $F(2, 235) = 6.078, p = .003, \eta^2p = .049$. A decomposição desta interação indicou que os participantes do sexo masculino culpabilizaram menos a vítima quando ela foi compensada pela justiça ($M = 1.46, SE = .166$) do que na condição de controle ($M = 1.97, SE = .136; b = .510; SE = .216; p = .019$) e do que na condição em que o agressor foi condenado ($M = 2.22, SE = .13; b = -.24; SE = .019; p = .203$); Culpabilizaram menos na condição que ela foi indenizada em comparação a condenação do agressor ($b = -.75; SE = .21; p = .001$). Olhando como a manipulação afetou as participantes do sexo feminino, observamos que elas culpabilizaram menos a vítima na condição controle ($M = 1.317, SE = .091$), do que na condição compensação da vítima ($M = 1.629, SE = .094; b = -.312; SE = .131; p = .018$), do que a condição em que o agressor foi condenado ($M = 1.654, SE = .102; b = -.33; SE = .139; p = .015$). Na condição que a vítima foi indenizada a culpabilização foi menor em relação a condição condenação do agressor ($b = -.024; SE = .13; p = .86$).

Agora comparando as diferenças dos participantes em cada condição experimental, verificamos que as mulheres culpabilizaram menos a vítima ($M = 1.317, SE = .091$) do que os homens na condição controle ($M = 1.97, SE = .136; b = .65; SE = .16; p = .000$). Este mesmo padrão ocorreu na condição condenação do agressor, em que as mulheres culpam menos a vítima ($M = 1.654, SE = .102; b = .56; SE = .17; p = .001$), do que os homens ($M = 2.22, SE = .13$). Porém, na condição de indenização da vítima, elas culpabilizaram mais a vítima ($M = 1.629, SE = .094; b = .17; SE = .19; p = .37$) do que os participantes do sexo masculino ($M = 1.46, SE = .166$).

Figura 1. Culpabilização da vítima em função da manipulação experimental e do sexo dos participantes



Note. O gráfico mostra os níveis de culpabilização de uma vítima de violência sexual em diferentes condições (controle, compensação da vítima, condenação do agressor) por sexo dos participantes (Masculino vs Feminino).

Minimização do sofrimento da vítima: verificamos que o efeito principal da manipulação na minimização do sofrimento da vítima foi não significativo. No entanto, houve efeito significativo do sexo, $F(1, 235) = 6.477$, $p = .012$, $\eta^2p = .027$: os participantes do sexo masculino minimizaram mais o sofrimento da vítima ($M = 2.19$, $SE = .088$) do que as do sexo feminino ($M = 1.92$, $SE = .057$). Obtivemos também um efeito principal da CMJ, $F(1, 235) = 8.610$, $p = .004$, $\eta^2p = .035$, indicando que quanto maior a CMJ, maior foi a minimização do sofrimento da vítima ($b = .14$; $SE = .05$, $p = .004$). Encontramos também uma interação estatisticamente significativa entre a manipulação e o sexo, ($F(2, 235) = 5.221$, $p = .006$, $\eta^2p = .043$). Não houve efeito significativo de interação entre (manipulação x CMJ), (sexo x CMJ), nem entre (manipulação x sexo x CMJ).

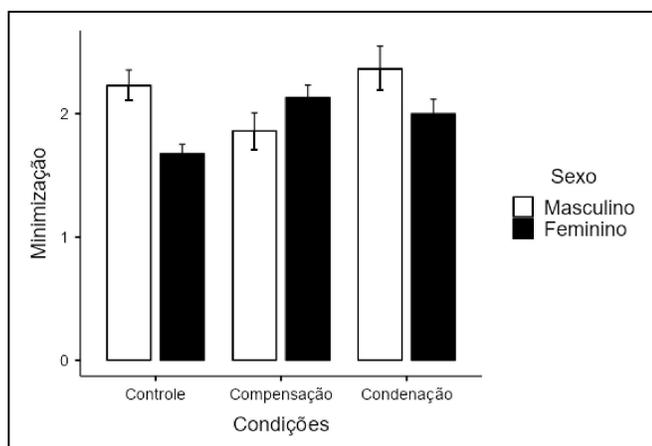
Olhando como a manipulação influenciou os participantes do sexo masculino, observamos que eles minimizaram menos o sofrimento da vítima, quando ela foi compensada pela justiça ($M = 1.89$, $SE = .171$) do que na condição controle ($M = 2.24$, $SE = .140$; $b = .342$; $SE = .22$, $p = .12$) e da condição que o agressor foi condenado ($M = 2.43$, $SE = .141$; $b = -.19$;

SE = .19, $p = .34$). Minimizaram menos na condição em que a vítima foi indenizada do que na condição em que o agressor foi condenado $b = -.53$; SE = .22, $p = .017$).

Olhando como a manipulação afetou as participantes do sexo feminino, verificamos que elas minimizaram menos o sofrimento da vítima na condição controle (M = 1.67, SE = .093) do que na condição condenação do agressor (M = 1.96, SE = .105; $b = -.29$; SE = .14, $p = .040$) e do que na condição compensação da vítima (M = 2.12, SE = .096; $b = -.44$; SE = .13, $p = .001$). Minimizaram menos na condição que de condenação do que na condição compensação $b = .15$; SE = .14, $p = .27$).

Agora comparando as diferenças de sexo dos participantes em cada condição experimental, verificamos que as mulheres minimizaram menos o sofrimento da vítima (M = 1.67, SE = .093) do que os homens na condição controle (M = 2.24, SE = .140; $b = .56$; SE = .16, $p = .001$). O padrão se repetiu na condição condenação do agressor, em que as participantes do sexo feminino minimizaram menos o sofrimento da vítima (M = 1.96, SE = .105; $b = .46$; SE = .17, $p = .009$) do que os participantes do sexo masculino (M = 2.43, SE = .141). Porém, na condição indenização da vítima, as mulheres minimizaram mais o sofrimento da vítima (M = 2.12, SE = .096; $b = -.22$; SE = .19, $p = .24$) do que os homens (M = 1.89, SE = .171) (ver Figura 5).

Figura 2. Minimização do sofrimento da vítima em função da manipulação experimental e do sexo dos participantes.



Note. O gráfico mostra os níveis de minimização de sofrimento de uma vítima de violência sexual em diferentes condições (controle, compensação da vítima, condenação do agressor) por sexo dos participantes (Masculino e Feminino).

Evitação do sofrimento da vítima: as análises para a dimensão evitação da vítima mostrou efeito estatisticamente significativo do sexo, $F(1, 235) = 10.85, p = .001, \eta^2p = .044$: os participantes do sexo masculino evitaram mais o contato com a vítima ($M = 2.91, SE = .103$) do que as participantes do sexo feminino ($M = 2.50, SE = .067$). Um efeito marginalmente significativo da CMJ $F(1, 247) = 4.032, p = .046, \eta^2p = .017$, indicando que quanto maior a CMJ, maior foi a evitação do contato com a vítima ($b = .11; SE = .05$). No entanto, não houve efeitos significativos da manipulação, nem das interações entre sexo, manipulação e CMJ.

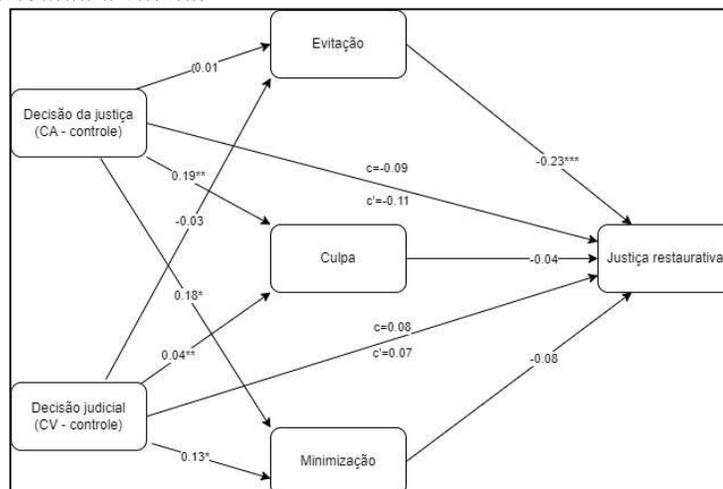
Mediação da Vitimização Secundária na relação entre a manipulação e a indenização atribuída a vítima

Para testar a hipótese de que a vitimização secundária medeia a influência da manipulação sobre a decisão da justiça (controle vs. compensação vs. condenação) e a indenização atribuída a vítima, realizamos uma mediação múltipla. Para o modelo, especificamos manipulação (controle vs. compensação da vítima vs. condenação do agressor) como variável independente (VI) e as dimensões culpa (VM1), minimização (VM2) e evitação (VM3) como variáveis mediadoras, enquanto a indenização da vítima foi variável dependente (VD).

Os resultados indicaram que o efeito total da decisão da justiça (compensação da vítima – controle); (condenação do agressor – controle) não foram significativos na atribuição de justiça restaurativa a vítima de violência. Igualmente, o efeito direto da decisão da justiça não foi estatisticamente significativo (compensação da vítima – controle); (condenação do agressor – controle). Observou-se, portanto, que a influência da informação sobre decisão judicial (compensação da vítima – controle); (condenação do agressor – controle) não foi

mediado pela minimização, evitação, nem pela culpabilização. Para melhor compreensão, na figura 3 são apresentados os valores dos parâmetros.

Figura 3. Mediação múltipla da vitimização secundária na relação entre a decisão da justiça e a justiça atribuída a vítima.



Nota. Decisão da justiça (CA = Condenação do agressor -controle); (CV = Compensação da vítima – controle).

Tabela 2. Coeficientes dos efeitos de mediação entre a decisão da justiça e o valor de indenização atribuído a vítima por meio das dimensões da vitimização secundária.

Effect	Efeito mediado	SE	95% CI		p
			LL	UL	
Decisão judicial -> Minimização -> justiça restaurativa					
Condição 1: compensação da vítima – controle	-555.3	691.5	-2342	455.5	.420
Condição 2: condenação do agressor – controle	731.6	881.9	-3059	592.5	.400
Decisão judicial -> Culpa -> justiça restaurativa					
Condição 1: compensação da vítima – controle	-86.55	333.0	-1298	279.6	.795
Condição 2: condenação do agressor – controle	-471.6	813.2	-2433	906.1	.551
Decisão judicial -> Evitação -> justiça restaurativa					
Condição 1: compensação da vítima – controle	338.5	899.0	-1270	2380	.700
Condição 2: condenação do agressor – controle	-119.9	940.0	-2056	1721	.901
Efeito Direto					
Condição 1 -> Justiça restaurativa	4547	3846	-2891	12157	.237
Condição 2 -> Justiça restaurativa	-4777	3821	-11824	344	.211
Efeito Total					
Condição 1 -> Justiça restaurativa	3999	3953	-3832	11657	.312
Condição 2 -> Justiça restaurativa	-6397	3923	-14079	1428	.103

Efeitos Multivariados na Vitimização do Agressor

Para analisar os efeitos da manipulação, do sexo e da CMJ nas dimensões da vitimização secundária do agressor, foi realizada uma MANOVA multivariada. Inicialmente, os resultados indicaram um efeito principal multivariado significativo do sexo (Traço de Pillai = .076, $F(3, 235) = 6.358$, $p < .000$, $\eta^2_p = .076$) e da interação entre a manipulação e a CMJ (Traço de Pillai = .085, $F(6, 235) = 3.468$, $p < .002$, $\eta^2_p = .043$). Não houve efeitos significativos das interações duplas (manipulação x sexo), (sexo x CMJ) e nem da interação tripla (manipulação x sexo x CMJ). Detalhamos as seguir os efeitos obtidos para cada dimensão da vitimização secundária.

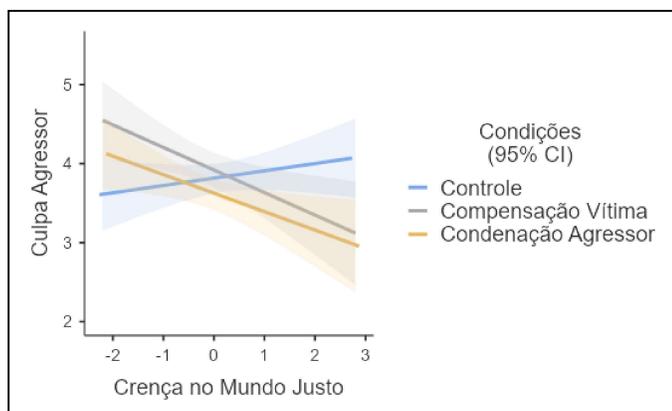
Culpabilização do Agressor: observamos um efeito estatisticamente significativo do sexo dos participantes na culpabilização do agressor, ($F(1, 235) = 11.66$, $p = .001$, $\eta^2_p = .047$), indicando que as participantes do sexo feminino culpabilizaram mais o agressor ($M = 3.98$, $SE = .064$), em comparação aos participantes do sexo masculino ($M = 3.58$, $SE = .098$). O efeito da CMJ foi também significativo ($F(1, 235) = 6.353$, $p = .012$, $\eta^2_p = .026$), sugerindo que quanto maior a CMJ menos os participantes culpabilizaram o agressor ($b = -.14$; $SE = .05$). Obtivemos também uma interação significativa entre a manipulação e a CMJ ($F(2, 235) = 4.74$, $p = .010$, $\eta^2_p = .039$). No entanto, não houve efeitos principais da manipulação, nem efeitos de interação entre a (manipulação x sexo), o (sexo x CMJ), nem entre (sexo x CMJ x manipulação).

Para melhor compreender a natureza da interação entre a (CMJ x manipulação), os efeitos simples associando a CMJ e a culpabilização do agressor em cada condição experimental. A figura 4 mostra que a relação entre a CMJ e a culpabilização do agressor é positiva na condição de controle, e negativa nas condições de compensação da vítima e condenação do agressor: especificamente, nos participantes com baixa CMJ, a informação

sobre a compensação da vítima levou a maior culpabilização do agressor ($M = 4.29$, $SE = 0.20$) do que na situação de controle ($M = 3.81$, $SE = 0.09$), $b = 0.48$; $SE = 0.20$, $p = .016$. O mesmo não ocorreu quando comparamos a condição de condenação do agressor ($M = 3.28$, $SE = 0.19$) com a condição controle, $b = 0.12$; $SE = 0.19$, $p = .504$.

Nos participantes com alta CMJ, a informação sobre a condenação do agressor levou a menor culpabilização do agressor ($M = 3.93$, $SE = .20$) do que na condição controle ($M = 3.81$, $SE = 0.09$), $b = -0.52$; $SE = 0.18$, $p = .006$. A diferença entre a condição compensação da vítima ($M = 3.54$, $SE = 0.20$) e a condição controle foi não significativa, $b = -0.27$; $SE = 0.20$, $p = .184$.

Figura 4. Interação entre CMJ e Condição na culpabilização do agressor.

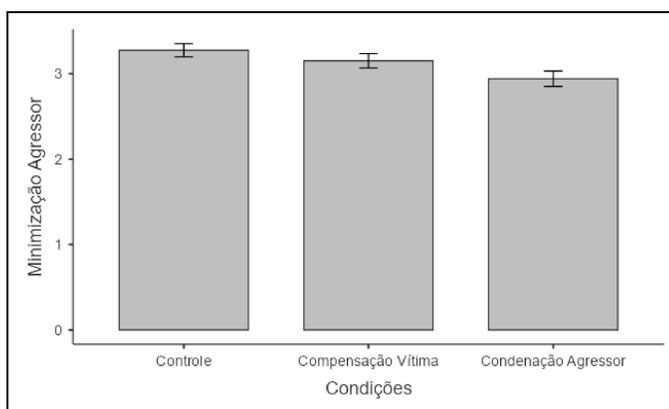


Note. O gráfico mostra uma interação significativa entre a Crença no Mundo Justo (CMJ) e as condições de manipulação na culpabilização do agressor. Para os participantes com baixa CMJ, a condição de Compensação da Vítima aumentou significativamente a culpabilização do agressor em comparação à condição de Controle. No entanto, para aqueles com alta CMJ, a condição de Condenação do Agressor reduziu significativamente a culpabilização do agressor em comparação à condição de Controle.

Minimização do sofrimento do Agressor: Os resultados a ANOVA mostraram um efeito significativo do sexo na minimização do sofrimento do agressor ($F(1, 235) = 3.968$, $p = .048$, $\eta^2_p = .017$): as mulheres minimizaram mais o sofrimento do agressor ($M = 3.19$, $SE = .057$) do que os homens ($M = 2.97$, $SE = .089$). Além disso, foi observado um efeito significativo da manipulação, ($F(2, 235) = 4.726$, $p = .010$, $\eta^2_p = .039$), indicando maior minimização do sofrimento na condição condenação do agressor ($M = 2.86$, $SE = .089$) do que

na condição controle ($M= 3.22$, $SE = .085$), $b = -.35$; $SE = .12$, $p = .004$; e do que na condição de compensação da vítima ($M= 3.17$, $SE = .099$), $b = -.04$; $SE = .13$, $p = .704$, mas não significativa. A diferença entre a condição controle e compensação a vítima foi não significativa (ver figura 10). Finalmente, não houve efeitos significativos da CMJ, da interação (manipulação x sexo), (manipulação x CMJ), nem da interação tripla (manipulação x sexo, CMJ).

Figura 5. Diferenças na minimização do agressor entre os grupos das condições.



Nota. O gráfico apresenta as médias de minimização do sofrimento do agressor para cada um dos três grupos das condições (controle, compensação da vítima, condenação do agressor).

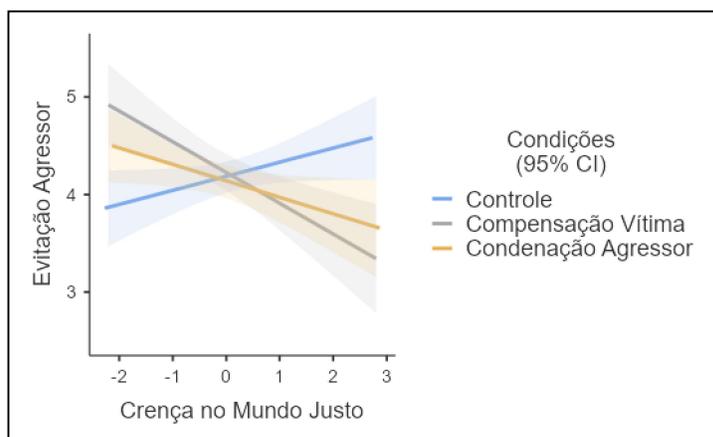
Evitação do contato com o agressor: A análise revelou um efeito principal do sexo ($F(1, 235) = 18.466$, $p = .000$, $\eta^2p = .073$): as participantes do sexo feminino ($M= 4.39$, $SE = .054$) apresentaram uma maior tendência a evitar o contato com o agressor do que os participantes do sexo masculino ($M= 3.96$, $SE = .084$) (ver figura 11). Encontramos também um efeito principal significativo da CMJ na evitação do agressor ($F(1, 235) = 5.556$, $p = .019$, $\eta^2p = .023$), indicando que quanto maior a CMJ, menor foi evitação do agressor ($b = -.11$; $SE = .04$).

Por fim, encontramos um efeito de interação entre a manipulação e a CMJ ($F(2, 235) = 8.304$, $p = .000$, $\eta^2p = .066$). Não houve efeitos principais significativos da manipulação sobre a evitação, nem efeitos de interação significativos entre manipulação x sexo, CMJ x sexo, ou da interação tripla (sexo x manipulação x CMJ).

A análise de decomposição da interação entre a manipulação e CMJ indicou que a relação entre a CMJ e a evitação de contato do agressor é positiva na condição de controle, e negativa nas condições de compensação da vítima e condenação do agressor (Figura 5). Além disso, nos participantes com baixa CMJ, a informação sobre a compensação da vítima levou a maior evitação do agressor ($M = 4.68$, $SE = 0.17$) relativamente a situação de controle ($M = 4.18$, $SE = 0.08$), $b = 0.50$; $SE = 0.17$, $p=0.003$. O mesmo não ocorreu na situação de condenação do agressor ($M = 4.40$, $SE = 0.163$) comparativamente à condição controle $b = 0.26$, $SE=0.16$, $p = 104$.

Nos participantes com alta BJW, a informação sobre a condenação do agressor levou a menor evitação de contato do agressor ($M = 3.82$, $SE = 0.160$) do que na condição controle ($M = 4.18$, $SE = 0.0804$), $b = -0.36$; $SE = 0.16$, $p = .024$. Esse padrão também ocorreu para condição compensação da vítima ($M = 3.77$, $SE = 0.172$), $b = -0.41$; $SE = 0.17$, $P=0.017$, relativamente a condição controle (ver figura 6).

Figura 6. Interação entre CMJ e Condição na evitação de contato com o agressor



Nota. O gráfico mostra uma interação significativa entre a Crença no Mundo Justo (CMJ) e as condições de manipulação na evitação do agressor. Nos participantes com baixa CMJ, a informação sobre a compensação da vítima aumentou significativamente a evitação do agressor em comparação à condição de controle. Nos participantes com alta CMJ, a informação sobre a condenação do agressor e sobre compensação da vítima reduziram significativamente a evitação do agressor em comparação de controle.

Mediação da vitimização secundária do agressor na relação entre a decisão judicial e a compensação do agressor

Para testar a hipótese de que a vitimização secundária medeia a relação entre a manipulação da informação sobre a decisão da justiça (controle vs. compensação vs. condenação) e a compensação do agressor, realizamos uma mediação múltipla. Para o modelo, especificamos a variável decisão da justiça (controle vs. compensação vs. condenação) como variável independente (VI) e as dimensões culpa (VM1), minimização (VM2) e evitação (VM3) como variáveis mediadoras e a justiça retributiva do agressor como variável dependente (VD).

Os resultados indicaram que o efeito total da decisão da justiça não foi significativo no valor de indenização atribuído ao agressor da vítima na comparação entre as condições de controle e compensação da vítima, mas foi estatisticamente significativo na comparação entre condenação do agressor e controle: $b = 1787.0$, $SE = 775$ IC95%: 260; 331. Especificamente, os participantes que leram a informação de que o agressor foi punido atribuíram maior valor de indenização ao agressor ($M = 4294$; $SE = 570$) do que os participantes da condição controle ($M = 2507$; $SE = 525$). Isso significa que a informação sobre a punição do agressor de violência sexual influencia os participantes a beneficiarem mais esse agressor, do que nenhuma informação sobre sua punição.

O efeito direto da decisão judicial foi não significativo (compensação da vítima – controle) e (condenação do agressor – controle). Observou-se também que a influência da decisão judicial na justiça retributiva atribuída ao agressor não foi mediada pela minimização do sofrimento do agressor (compensação da vítima – controle); (condenação do agressor – controle), nem pela evitação de contato, nem pela culpabilização do agressor. Para melhor compreensão, na figura 7 são apresentados os valores dos parâmetros.

Figura 7. Mediação múltipla da vitimização secundária do agressor na relação entre a decisão judicial e a justiça retributiva.

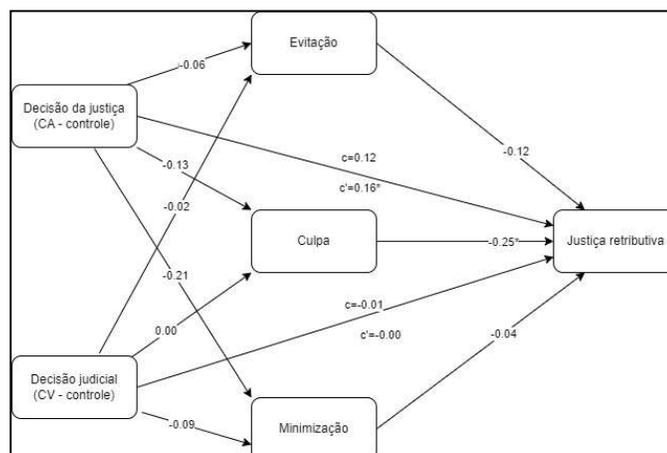


Tabela 3. Coeficientes dos efeitos de mediação entre a decisão da justiça e o valor de indenização atribuído ao agressor por meio das dimensões da vitimização secundária.

Efeito	Efeito mediado	SE	95% IC		p
			LL	UL	
Decisão judicial -> Minimização -> Justiça retributiva					
Condição 1: compensação da vítima – controle	209.2	194.6	-29.1	797.7	.282
Condição 2: condenação do agressor – controle	278.7	252.2	-49.24	967.8	.269
Decisão judicial -> Culpa -> Justiça retributiva					
Condição 1: compensação da vítima – controle	4522	144.2	-160.2	476.3	.754
Condição 2: condenação do agressor – controle	331.6	274.3	-29.77	1073.6	.227
Decisão judicial -> Evitação -> Justiça retributiva					
Condição 1: compensação da vítima – controle	-5.279	65.62	-202.7	95.53	.936
Condição 2: condenação do agressor – controle	2.361	65.59	-112.6	172.5	.971
Efeito Direto					
Condição 1 -> Justiça retributiva	-303.9	660.2	-1716	873.0	.645
Condição 2 -> Justiça retributiva	1174.3	771.3	-279.7	2732.7	.128
Efeito Total					
Condição 1 -> Justiça retributiva	-54.7	657	-1377	1224	.934
Condição 2 -> Justiça retributiva	1786.0	841	138	3459	.034

Discussão

Buscamos expandir os achados do Estudo 1, investigando a influência da informação sobre os desdobramentos da decisão judicial para a vítima e o agressor na vitimização secundária de ambos, bem como na indenização atribuída a cada um. Os resultados indicaram que a decisão judicial influencia a vitimização secundária da vítima, evidenciando como a informação sobre a punição do agressor pode motivar participantes pertencentes à mesma categoria social que ele a culpabilizar e minimizar a vítima. Além disso, mesmo na ausência de informações sobre a decisão judicial, esses participantes demonstraram maior tendência a evitar o contato com a vítima de estupro.

Por outro lado, a informação de que a vítima foi compensada contribuiu para levar os membros de seu próprio grupo social a culpabilizá-la ainda mais do que participantes de categorias sociais distintas. Essa informação também pode resultar na minimização do sofrimento da vítima e, independentemente da informação sobre a decisão judicial, no aumento da evitação da vítima. A CMJ emergiu como uma variável relevante para a compreensão desses efeitos, uma vez que participantes com maior CMJ apresentaram padrões mais acentuados de vitimização secundária, corroborando achados de pesquisas anteriores (Linhares et al., 2022, Kleinke & Meyer, 1990). No entanto, contrariamente às nossas expectativas, a vitimização secundária não mediou a relação entre a informação sobre a decisão judicial e a indenização atribuída à vítima.

No que diz respeito à vitimização secundária do agressor, observamos um efeito significativo da categoria social dos participantes, pois as mulheres foram mais propensas a culpabilizar, minimizar e evitar o contato com o agressor em comparação aos participantes do sexo masculino. Além disso, verificamos que uma maior CMJ pode levar as pessoas a evitarem e culpabilizarem menos um agressor de estupro, o que se mostrou consistente com estudos anteriores sobre este fenômeno (Adams & Mullen, 2015). Em contrapartida,

participantes com menor CMJ, ao receberem a informação de que a vítima foi compensada, demonstraram maior propensão a culpabilizar o agressor quando comparados às condições de controle e de condenação do agressor. No entanto, esse padrão não se manteve para aqueles com alta CMJ: nesses casos, a informação de que o agressor foi condenado levou à sua menor culpabilização em comparação com as condições de compensação da vítima e controle.

De maneira geral, a informação de que o agressor foi condenado reduziu a minimização do seu sofrimento em comparação com as condições de compensação e controle. Um efeito semelhante foi observado em relação à evitação do agressor, especialmente entre participantes com alta CMJ que tiveram acesso à informação de que tanto a vítima foi compensada quanto o agressor foi condenado. No entanto, não encontramos efeitos de mediação da vitimização secundária do agressor. Curiosamente, na condição de controle, i.e., naquela onde não havia informação sobre a decisão judicial, o agressor foi menos vitimizado. Por outro lado, na condição em que a informação indicava que o agressor foi punido, os participantes atribuíram a ele um valor de indenização maior em comparação com a condição controle. Esses achados não confirmam nossa hipótese 1 de que, na condição controle, os participantes vitimizariam mais a vítima. Da mesma forma, nossa hipótese 2, que previa a mediação da vitimização secundária, não foi corroborada para a vítima de estupro. No entanto, em relação ao agressor, os resultados indicaram que os homens atribuíram maior indenização a ele quando souberam de sua punição, em comparação com a condição controle.

Uma possível explicação para esses achados pode ser analisada à luz da Teoria da Crença no Mundo Justo (Lerner, 1989), considerando que participantes mais motivados por essa crença podem ter sido levados a punir a vítima, mesmo quando o agressor foi condenado. Isso sugere que a punição do agressor pode não ser suficiente para restaurar a sensação de justiça (Adam & Muller, 2014). Nesse contexto, a vitimização secundária de uma vítima inocente pode indicar que os participantes racionalizaram a situação de forma a manter

a crença de que o mundo é um lugar justo, reduzindo a sensação de que infortúnios semelhantes poderiam ocorrer com pessoas inocentes (Lerner & Miller, 1978).

Outro achado relevante refere-se ao fato de as mulheres minimizarem mais o sofrimento da vítima. Uma possível explicação para esse efeito está na relevância da reação das pessoas às vítimas inocentes do endogrupo, que tendem a ser percebidas como mais ameaçadoras (Albuquerque et al., 2019; Correia et al., 2007). Embora esses achados contribuam para a compreensão das reações a vítimas e agressores em contextos de violência sexual, ainda é necessário explorar o impacto de outras variáveis relevantes em relações intergrupais assimétricas. Em particular, o efeito do status social do agressor na percepção da decisão judicial e sua interação com a crença no mundo justo permanece uma questão aberta. O Estudo 3 buscará abordar essa lacuna, investigando como essas variáveis moldam as reações das pessoas à vítima e ao agressor.

Estudo 3

O papel do status social do agressor e da decisão do tribunal na justiça para vítimas de violência sexual

Este estudo tem como objetivo replicar o estudo 2 e aprofundar análise do efeito da informação sobre o desfecho da situação, mas dessa vez iremos verificar se a informação sobre o status social do agressor (alto vs. baixo) também é um fator que influencia a justiça para vítimas de violência sexual. Especificamente, enquanto no estudo anterior mostramos que as decisões judiciais relacionadas a compensação da vítima e a condenação do agressor influenciam tanto na culpabilização da vítima quanto no favorecimento do agressor, agora queremos saber se este efeito varia em função de se o agressor tem alto ou baixo status social. Pesquisas na literatura utilizaram as variáveis cor da pele da vítima, gênero do participante e adesão à crença em um mundo justo para explicar a culpabilização das vítimas de violência

sexual (Linhares et al., 2022). Outras pesquisas manipularam a pertença ao grupo da vítima e o efeito da culpabilização (Albuquerque et al., 2019). No entanto, ainda não está claro se o efeito do valor social da vítima e a punição do agressor dependem do status social do agressor, essa variável ainda foi pouco estudado pela literatura sobretudo envolvendo o fenômeno da violência sexual, no contexto da CMJ. Portanto, investigaremos como o status juntamente com a informação da decisão do tribunal influenciam a justiça para vítima de violência sexual. Com base nos resultados do estudo anterior, e seguindo a nossa argumentação teórica de que as pessoas precisam acreditar que vivem em um mundo justo e que cada um tem o que merece, pensamos que não ter informações sobre punição do agressor ou compensação da vítima pode motivar os participantes a reagirem tentando restaurar a justiça. No entanto, visto que não são todas as situações que podem propiciar aos observadores a sensação de que a justiça foi restaurada, a hipótese a ser testada é a de que os participantes que lerem a condição que não consta a informação do tribunal (condição controle) irão culpabilizar mais uma vítima e atribuir menor justiça restaurativa à vítima quando na situação em que esta for descrita como vítima de agressor com alto status. Isso irá ocorrer, primeiramente, por duas razões. Na condição de controle os participantes sentirão que sua CMJ será ameaçada e tentarão restaurar a justiça, diferente da condição de compensação da vítima e da condenação do agressor. Nesse sentido, ao vitimizarem a vítima, tentarão restaurar psicologicamente a justiça, como forma de manter sua crença e se livrar da situação de ameaça (Hafer & Rubel, 2014). Segundo, pensamos que isso deverá ocorrer devido as relações de poder existente entre os grupos e suas pertenças (Torres et al., 2023).

Método

Participantes

Calculamos o tamanho da amostra necessária antes de realizarmos o estudo usando o Gpower (Faur et al., 2007). Para o cálculo dos participantes consideramos o teste F para

regressão linear múltipla no modelo fixo ("Linear multiple regression: Fixed model, R² increase"), incluímos o tamanho de efeito médio de $f = 0,25$, com nível de significância de $\alpha = 0,05$ e um poder de $1 - \beta > 0,80$ e o N equivalente a 5 preditores no modelo (Cohern, 1962). Com base nesse procedimento o software apresentou um tamanho amostral necessário de 98 participantes. A fim de reduzir possíveis impactos no tamanho do efeito desejado e garantir a amostra esperada após a checagem da manipulação excedemos o número de participantes necessário no estudo para um total de 305 respondentes, e após a checagem de manipulação, contamos com um total de 250 participantes com idade variando de 18 a 69 ($M = 24.93$; $SE = .610$). A maioria das participantes eram do sexo feminino (68.8%). Do total de respondentes, (52.4%) disseram ser solteiros, de classe baixa (35.2%), pardas (49,2%), e possuir ensino superior (46.4%). Dos respondentes, (92,8) disse ser da região nordeste e (45.6%) se considera moderadamente religioso. Os participantes foram alocados aleatoriamente a uma de seis condições num desenho fatorial do tipo 3 (decisão da justiça: condenação do agressor vs. compensação da vítima vs. situação controle sem informações) X 2 (status do agressor: alto status vs. baixo status).

Procedimentos

A coleta de dados foi realizada por meio de questionário através da plataforma *Qualtrics*. O link do questionário foi divulgado nas redes sociais, incluindo Instagram, Facebook, e grupos de Whatsapp. Os participantes, após a leitura do TCLE, eram convidados a lerem itens a respeito de questões da vida em sociedade, sendo informados que a pesquisa era voluntária e o sigilo e anonimato seriam mantidos. Inicialmente, os participantes respondiam a escala de Crença no Mundo Justo (2010), na sequência respondiam uma tarefa filtro na qual pedíamos para lerem uma notícia sobre um envolvendo a memória e na sequência responder uma questão sobre atenção apresentando telas com diversas cores. Em seguida, pedimos-lhes para ler a seguinte situação sobre uma vítima de estupro:

“O questionário a seguir pergunta a sua opinião sobre uma mulher chamada Tereza, de 21 anos de idade. Ela alega ter sido estuprada pelo seu namorado Mateus na madrugada de sábado para domingo. O fato teria ocorrido num hotel que fica numa praia turística onde ela e o seu namorado foram juntos passar o fim de semana prolongado. Imediatamente ao ocorrido, Tereza foi à polícia notificar ter sido vítima de estupro. No boletim de ocorrência, além de outros detalhes sobre o contexto em que teria ocorrido os fatos, ela disse ter sido forçada pelo namorado a ter relações sexuais, demonstrando ainda estar emocionalmente muito abalada. Mateus, o namorado de Tereza, nega firmemente o acontecido, alegando que não tinha motivos para forçar relações sexuais com a sua namorada, pois, além de a amar muito, eles estavam na melhor fase do namoro e saboreando um dos momentos mais românticos da vida deles como um casal. Ele acha tudo isso muito estranho, mostrando-se muito preocupado em relação aos motivos que levaram a sua namorada a agir dessa forma”.

A descrição do cenário foi idêntica para todos os participantes, apenas as informações para a manipulação do desfecho da situação e sobre o status social do agressor variaram entre participantes. Especificamente, para a manipulação do desfecho da situação, seguimos os mesmos procedimentos que usamos no estudo anterior, de modo que, na condição de condenação do agressor, os participantes leram que “Mateus foi processado e condenado pelo tribunal de justiça. Ele foi condenado e cumprirá, em regime fechado num presídio, pena por estupro”. Na condição de indenização da vítima, eles leram que “Tereza ganhou o processo no tribunal de justiça e recebeu uma indenização em dinheiro”. Na condição de controle, eles leram apenas a notícia sobre a vítima que vivenciou a situação de estupro pelo namorado.

Para a manipulação do status social do agressor, apresentamos uma fotografia de um homem caracterizado como sendo de alto vs. baixo) status social. Na condição de alto status social, o agressor foi caracterizado por estar em pé, vestindo um paletó e posicionado

próximo a um carro de luxo. Na condição de baixo status, o agressor foi caracterizado por estar sentado, vestindo uma camisa xadrez próximo a sacos. A partir dessas características, esperávamos que, visualmente, fosse transmitido aos participantes diferentes percepções dos níveis de status social.

Pré-teste da Manipulação do Status do Agressor

Realizamos um pré-teste com 69 participantes que não fizeram parte da amostra do presente estudo. Neste pré-teste, pedimos aos respondentes que respondessem nove questões relacionadas as imagens envolvendo questões econômicas, beleza, classe social, cor, escolaridade, padrão de vida.

Checagem das manipulações. Os participantes tinham que responder a duas perguntas, sendo uma sobre o conteúdo do cenário apresentado, e uma sobre a fotografia do agressor. Na pergunta sobre o conteúdo do cenário, interrogávamos: “Qual foi a acusação feita para Mateus e qual foi o resultado do julgamento??” Os participantes foram instruídos a escolher uma de duas condições: “A acusação feita por Tereza é estupro e condenação” ou “Mateus foi acusado de estupro e processado” (condição condenação Mateus); No cenário descrito, qual foi o desfecho do processo de Tereza e Mateus no Tribunal de justiça? (Condição que Tereza foi indenizada). “Tereza ganhou o processo e recebeu uma indenização em dinheiro” ou “Tereza não ganhou o processo e não recebeu indenização em dinheiro”. Na condição controle perguntávamos: Com base no cenário apresentado, qual é a acusação feita contra Mateus e qual é a defesa que ele apresenta? “ ou “A acusação feita por Tereza é de danificação de sua propriedade e Mateus confessou o crime”. A acusação feita por Tereza é estupro e Mateus nega a acusação” Na pergunta sobre a imagem apresentava para a manipulação do status social do agressor, pedimos que marcassem a opção: a pessoa da foto está em pé (alto status); ou sentada (baixo status).

Medidas

Crença Geral do Mundo Justo. Usamos a mesma escala aplicada no estudo anterior que foi desenvolvida por Dalbet et al. (1987) e validada para o Brasil por Pimentel et al. (2010). A concordância com os itens deu-se numa escala de respostas de 5 pontos variando de 1 (Discordo muito) à 5 (Concordo muito). O coeficiente de consistência interna para o estudo atual foi Cronbach's $\alpha = 0,70$ e *McDonald's w* = 0,70.

Vitimização secundária da vítima. Também aplicamos a escala desenvolvida por Tavares et al. (2022). Os participantes indicaram sua concordância com os nove itens, a partir da escala Likert de cinco pontos, 1 (Discordo muito) e 5 (Concordo muito). A consistência dos fatores para a amostra apresentou -se boa: minimização (Cronbach's $\alpha = 0,87$ *McDonald's w* = 0,87), culpabilização (Cronbach's $\alpha = 0,88$ *McDonald's w* = 0,88) e evitação (Cronbach's $\alpha = 0,82$ *McDonald's w* = 0,85).

Vitimização secundária do agressor. Aplicamos a mesma escala adaptada e validada por Tavares et al. (2022) no estudo anterior. Os participantes indicaram sua concordância com os nove itens, a partir da escala likert de cinco pontos, 1 (Discordo muito) e 5 (Concordo muito). A consistência dos fatores para a amostra apresentou -se boa: minimização (Cronbach's $\alpha = 0,74$ *McDonald's w* = 0,77), culpabilização (Cronbach's $\alpha = 0,80$; *McDonald's w* = 0,80) e evitação (Cronbach's $\alpha = 0,91$ *McDonald's w* = 0,91).

Indenização da vítima. Para medir o quanto os participantes desejariam atribuir uma indenização para a vítima, solicitamos aos respondentes que indicassem o quanto a vítima deveria receber de indenização por danos social, psicológica e material. Especificamente, eles foram assim instruídos: “Indique, em reais, o quanto você acha que Tereza deve ganhar de indenização por danos sociais (por ter tido a sua vida publicamente exposta”); "indique o quanto você acha que Tereza deve ganhar de indenização por danos psicológicos"; indique o quanto você acha que Tereza deve ganhar de indenização por danos materiais”. Para cada um

destes três aspectos, eles indicaram o valor em reais que a vítima deveria receber. Os três itens foram submetidos a uma análise fatorial, a qual indicou a presença de um único fator explicando 77,6% da variância (eigenvalue = 2,33; loadings: 0,85 a 0,90). A consistência interna da escala “indenização total” foi alta, com coeficiente Alpha de Cronbach’s ($\alpha = 0,91$) e um coeficiente de McDonald’s de ($w = 0,91$).

Indenização do agressor. Para verificar quanto os participantes atribuiriam de indenização ao agressor, foi solicitado que indicassem o quanto o agressor deveria receber de indenização por danos social, psicológica e material. Especificamente, pedimos que “indique o quanto você acha que o namorado de Tereza deve receber de indenização por danos sociais (por ter tido a sua vida exposta)”; “indique o quanto você acha que o namorado de Tereza deve receber de indenização por danos psicológicos”; “indique o quanto você acha que o namorado de Tereza deve receber de indenização por danos materiais”. Realizamos uma análise fatorial, a qual indicou a presença de um único fator explicando 65,8% da variância (eigenvalue = 1,97; loadings: 0,67 a 0,87). A consistência interna da escala “indenização total” foi alta, com coeficiente Alpha de Cronbach’s ($\alpha = 0,84$) e um coeficiente de McDonald’s de ($w = 0,85$).

Análise de dados e aspectos éticos

As análises dos dados foram realizadas no *software SPSS* (versão 21) e os gráficos foram gerados no *Jamovi* (versão 2.3.28). Inicialmente, utilizamos o pacote *general linear model* (GLM) considerando o desenho unifatorial: Manipulação: (controle x indenização Tereza x condenação do agressor) e as variáveis dependentes (culpabilização, minimização e evitação). Na sequência, analisamos os efeitos principais de cada fator e as interações entre eles. Para analisar os efeitos condicionais de interação utilizamos os índices de intervalo de confiança para nível baixo, médio e alto do moderador (-1DP, média, +1DP), considerando o valor de $p < 0,05$. Utilizamos também o pacote PROCESS para análise de

mediação. Além disso, realizamos estatísticas para caracterizar nossa amostra, como (Média, Frequência, entre outros).

Resultados

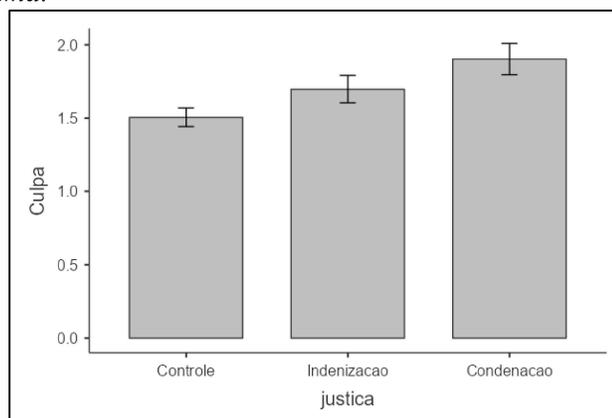
Realizamos uma análise de variâncias multivariada (MANOVA), a fim de verificar o efeito das variáveis independentes: manipulação da informação sobre a decisão judicial (controle vs. condenação do agressor vs. compensação da vítima), o status social do agressor (Alto status vs. baixo status) do sexo dos participantes (masculino vs. feminino) e da Crença no Mundo Justo (CMJ), sobre as variáveis dependentes vitimização secundária (minimização, culpa e evitação). Além disso, foram estimados efeitos de interação entre as variáveis independentes em relação as dimensões da vitimização secundária .

Efeitos Multivariados na Vitimização da vítima. Inicialmente, observamos um efeito multivariado significativo da variável decisão judicial (Pillai's Trace = 0,075, $F(6, 226) = 2,926$, $p < .008$, $\eta^2p = .038$) sobre as dimensões da vitimização secundária. Houve também efeito principal estatisticamente significativo do sexo (Pillai's Trace = .055, $F(3, 226) = 4.305$, $p < .006$, $\eta^2p = .055$) e da CMJ (Pillai's Trace = .118, $F(3, 226) = 9.956$, $p < .000$, $\eta^2p = .118$). Adicionalmente, observamos um efeito de interação significativo entre a decisão judicial e o sexo (largest Roy's root = .037, $F(3, 226) = 2.779$, $p < .042$, $\eta^2p = .036$) Houve também um efeito de interação entre decisão judicial e CMJ (largest Roy's root = .039, $F(3, 226) = 2.959$, $p < .033$, $\eta^2p = .038$), indicando que as dimensões da vitimização variaram em função da interação da CMJ em relação ao sexo. Por sua vez, não houve efeito de interação entre a variável decisão judicial e o status social do agressor, status social e sexo, sexo e CMJ, nem efeitos de interação tripla entre decisão judicial, sexo e CMJ, status social, sexo e CMJ, nem efeitos da decisão judicial, status social, sexo e CMJ. Realizamos análises

univariadas (ANOVA) para observar os efeitos das variáveis independentes sobre cada uma das variáveis dependentes (culpa, minimização, evitação).

Culpabilização da vítima. Os resultados para culpabilização da vítima mostraram efeitos estatisticamente significativos da decisão judicial, $F(2, 229) = 5,222$ $p < .006$, $\eta^2p = .044$: os participantes da condição condenação do agressor culpabilizaram mais a vítima ($M = 1.96$, $SD = .094$) em comparação aos participantes da condição compensação da vítima ($M = 1.76$, $SD = .095$) e da condição controle ($M = 1.56$, $SD = .080$), a comparação entre as condições de controle e compensação foi não significativa ($b = .197$; $SE = .12$; $p = .113$), assim como da condição indenização e a condição controle ($b = -.200$; $SE = .13$; $p = .134$). A condição condenação e controle foi estatisticamente significativa ($b = .397$; $SE = .12$; $p = .001$). Houve efeito significativo do sexo $F(1, 229) = 12.179$, $p < .001$, $\eta^2p = .050$) os participantes do sexo masculino culpabilizaram mais a vítima ($M = 1.943$, $SE = .087$) do que as participantes do sexo feminino ($M = 1.579$, $SE = .057$). Observamos também efeito significativo da CMJ sobre a culpabilização da vítima $F(1, 229) = 29.097$, $p < .000$, $\eta^2p = .113$), isso significa que quanto maior a CMJ, mais os participantes culpabilizam a vítima ($b = .285$; $SE = .053$). Não houve efeitos principais do status do agressor, nem de interação entre justiça e sexo, justiça e CMJ, sexo e CMJ, status do agressor e CMJ, justiça e status do agressor, status e sexo, nem efeitos de interação tripla entre justiça, sexo e CMJ, nem de justiça, sexo e status.

Figura 1. Efeito principal da manipulação da informação sobre a decisão da justiça na culpabilização da vítima.



Minimização do sofrimento da vítima. Observamos um efeito principal significativo do sexo, $F(1, 229) = 6.994, p < .009, \eta^2p = .030$), indicando que os homens minimizaram mais o sofrimento da vítima ($M = 2,219, SE = .095$) em comparação as mulheres ($M = 1,915, SE = 0,063$) (Figura 3). Também foi significativo o efeito da CMJ, $F(1, 229) = 7.135, p < .008, \eta^2p = .030$), indicando que quanto maior a CMJ mais os participantes minimizaram o sofrimento da vítima ($b = 0,153; SE = 0,059$). Não houve efeito principal da decisão da justiça, nem do status do agressor, nem efeitos de interação entre justiça e sexo, justiça e CMJ, sexo e CMJ, status do agressor e CMJ, justiça e status do agressor, status e sexo, nem efeitos de interação tripla entre justiça, sexo e CMJ, nem de justiça, sexo e status.

Evitação do contato com a vítima. Observamos efeito principal do sexo $F(1, 229) = 4.596, p < .033, \eta^2p = .020$), indicando que os participantes do sexo masculino evitaram mais a vítima ($M = 2.802, SE = .109$) do que as participantes do sexo feminino ($M = 2.521, SD = .072$). O efeito principal da CMJ foi também significativo, $F(1, 229) = 7.241, p < .008, \eta^2p = .031$), isso significa que quanto maior a CMJ dos participantes mais eles evitaram o contato com a vítima ($b = 0,179, SE = 0,067$). Adicionalmente, observamos efeitos de interação estatisticamente significativos da decisão da justiça com o sexo dos participantes, $F(2, 229) = 3.546, p < .030, \eta^2p = .030$). Não houve efeito principal da decisão da justiça, nem

do status do agressor, nem efeitos de interação entre justiça e CMJ, sexo e CMJ, status do agressor e CMJ, justiça e status do agressor, status e sexo, nem efeitos de interação tripla entre justiça, sexo e CMJ, nem de justiça, sexo e status.

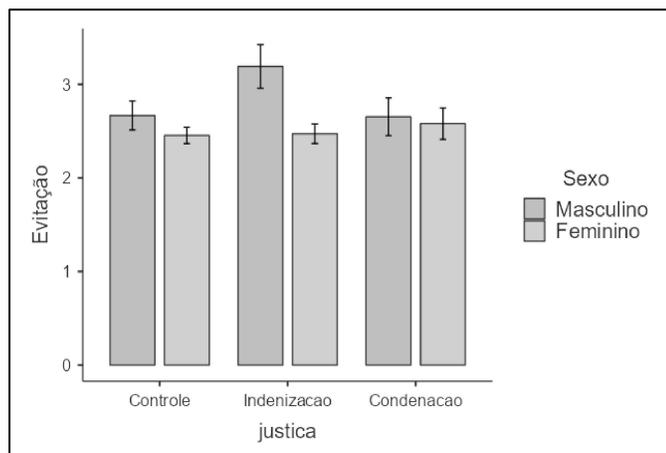
Para melhor compreensão da interação da decisão judicial com o sexo dos participantes, apresentamos os resultados de acordo com cada uma das condições. A condição condenação do agressor influenciou os participantes do sexo masculino a evitarem menos o contato com a vítima ($M = 2.557$, $SE=.196$) do que na condição de controle ($M = 2.653$, $SE=.167$; $b=-.542$; $SE =.260$; $p=.038$) e do que na condição em que a vítima foi compensada ($M = 3.195$, $SE=.200$; $b=-.638$; $SE =.279$; $p=.023$). A comparação entre a condição de controle e de compensação da vítima indicou que os participantes evitaram menos a vítima na condição controle ($M = 2.653$, $SE=.167$) do que na condição de indenização ($M = 3.195$, $SE=.200$; $b=-.542$; $SE =.260$; $p=.038$).

Já em relação as participantes do sexo feminino, a decisão da justiça influenciou as participantes a evitarem menos o contato com a vítima na condição que a vítima foi compensada ($M = 2.425$, $SE=.130$), do que na condição controle ($M = 2.477$, $SE=.111$), $b = .052$, $SE = .171$, $p = .76$; e da condição condenação do agressor ($M = 2.661$, $SE=.132$), $b = -.23$, $SE =.18$, $p = .20$. A comparação entre a condição de controle e condenação do agressor. $b = -.184$, $SE =.173$, $p = .28$.

Comparando as diferenças dos participantes em cada condição experimental, verificamos que as mulheres evitaram menos a vítima ($M = 2.477$, $SE=.111$) do que os homens na condição controle ($M = 2.653$, $SE=.167$; $b=-.542$; $SE =.260$; $p=.038$). Na condição indenização da vítima o padrão se repetiu, em que as mulheres evitaram menos o contato com a vítima ($M = 2.425$, $SE=.130$) do que os homens ($M = 3.195$, $SE=.200$; $b=-.638$; $SE =.279$; $p=.023$). No entanto, na condição em que o agressor da vítima foi condenado, as participantes

do sexo feminino evitaram mais o contato com a vítima ($M = 2.661$, $SE=.132$) do que os participantes do sexo masculino ($M = 2.557$, $SE=.196$), $b = .104$, $SE =,23$ $p = .66$.

Figura 2. Efeito de interação da decisão da justiça e sexo (masculino vs. feminino) na evitação de contato com a vítima.



Análise de mediação moderada – vítima

Para testar a hipótese de que a vitimização secundária medeia a relação entre a decisão da justiça (compensação, condenação, controle) no valor de indenização atribuído à vítima de violência e verificar se o status social do agressor (baixo vs. alto) modera essa relação, estimamos um modelo de mediação-moderada no Process (Modelo process – 59) com intervalos de confiança de 5000 simulações. A variável justiça foi transformada em variável *dummies*, de tomando a condição controle como a categoria de referência nas comparações.

Os resultados não indicaram efeitos estatisticamente significativos para mediação da vitimização secundária ou para mediação moderada do status social do agressor (baixo vs. alto) na relação entre a decisão judicial no valor de indenização atribuída à vítima. Observamos isso tanto na condição de compensação da vítima quanto na de condenação do agressor, não corroborando nossa hipótese inicial.

De forma mais específica, na condição de baixo status, os resultados mostraram um efeito da decisão da justiça (compensação da vítima versus controle) sobre a minimização do

sofrimento da vítima ($b=0.34$; $SE=.17$; $p=.046$) e da condição (condenação do agressor versus controle) sobre a culpabilização da vítima ($b=0.38$; $SE=.17$; $p=.026$). Indicando que os participantes da condição condenação do agressor minimizaram mais o sofrimento da vítima em comparação aos da condição controle. Além disso, os participantes da condição de condenação do agressor culpabilizaram mais a vítima em comparação aos da condição controle.

Na condição de alto status, os resultados mostraram um efeito significativo da condição condenação do agressor sobre a culpabilização da vítima ($b=0.40$; $SE=.17$; $p=.024$), indicando que os participantes dessa condição culpabilizaram mais a vítima em comparação aos da condição controle. Além disso, observamos um efeito total condicional na condição de alto status e condenação do agressor sobre a indenização à vítima ($b=-13.81$; $SE=6532.0$; $p=.034$), isso indica que os participantes da condição de condenação atribuíram valores menores à vítima em comparação a condição controle.

Efeitos Multivariados na Vitimização do Agressor. Nos resultados da análise multivariada em relação a vitimização do agressor, verificamos os efeitos da decisão judicial (controle vs. indenização vs. compensação), do status social do agressor (baixo status vs. alto status) do sexo (masculino vs. feminino) e da CMJ em relação as variáveis dependentes, a vitimização secundária do agressor (culpabilização, minimização e evitação do agressor). Observamos efeitos significativos da decisão judicial (Pillai's Trace = .110, $F(6, 226) = 4.385$, $p < .000$, $\eta^2p = .055$), do sexo (Pillai's Trace = .081, $F(3, 226) = 6.559$, $p < .000$, $\eta^2p = .081$) e da CMJ (Pillai's Trace = .040, $F(3, 226) = 3.101$, $p < .028$, $\eta^2p = .040$). Não houve efeito principal do status do agressor, nem efeitos de interação entre justiça e sexo, justiça e CMJ, sexo e CMJ, status do agressor e CMJ, justiça e status do agressor, status e sexo, nem efeitos de interação tripla entre justiça, sexo e CMJ, nem de justiça, sexo e status.

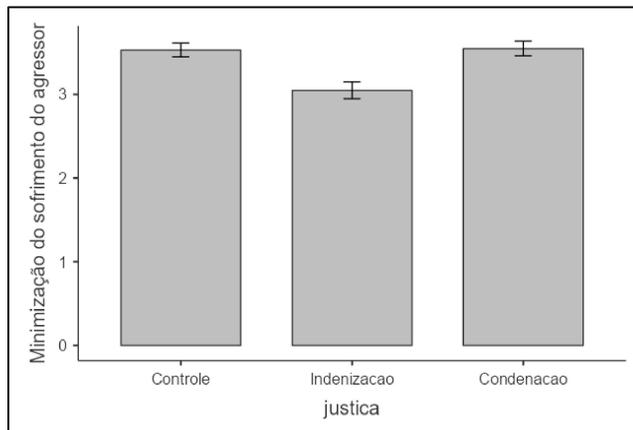
Culpabilização do agressor. Observamos um efeito principal significativo do sexo, $F(3, 229) = 3.101, p < .028, \eta^2p = .040$) na atribuição da culpa ao agressor, isso indica que as participantes do sexo feminino atribuíram mais culpa ao agressor ($M = 3.970, SE = .067$) do que os participantes do sexo masculino ($M = 3,579; SE = .102$). Além disso, o efeito principal da CMJ também foi significativo, $F(1, 229) = 8.352, p < .004, \eta^2p = .035$), isso significa que quanto maior a CMJ dos participantes menos eles atribuem culpa ao agressor ($b = -0,179, SE = 0.063$). Não houve efeito principal da decisão da justiça, do status do agressor, nem efeitos de interação entre justiça e sexo, justiça e CMJ, sexo e CMJ, status do agressor e CMJ, justiça e status do agressor, status e sexo, nem efeitos de interação tripla entre justiça, sexo e CMJ, nem de justiça, sexo e status.

Minimização do sofrimento do agressor. Os resultados mostraram um efeito principal da decisão judicial, $F(2, 229) = 8.809, p < .000, \eta^2p = .071$, indicando que os participantes da condição condenação do agressor ($M = 3,489; SE = 0,090$) minimizaram mais o sofrimento dele do que os participantes da condição controle ($M = 3,470 ; SE = 0,090$), $b = .019, SE = .13, p = .892$; e da condição indenização da vítima ($M = 2,943; SE = 0,107$), $b = .546, SE = .15, p = .000$. A comparação entre controle ($M = 3,470 ; SE = 0,090$) e indenização da vítima ($M = 2,943; SE = 0,107$), $b = .527, SE = .14, p = .000$; indicou que o sofrimento do agressor foi minimizado mais na situação controle do que na condição em que a vítima foi indenizada

Observamos também efeito principal significativo do sexo, $F(1, 229) = 6.353, p < .012, \eta^2p = .027$, isso significa que as participantes do sexo feminino minimizaram mais o sofrimento do agressor ($M = 3,450; SE = 0,065$) do que os participantes do sexo masculino ($M = 3,151; SE = 0,098$). Além disso, observamos um efeito marginalmente significativo da CMJ, $F(1, 229) = 3.342, p < .069, \eta^2p = .014$, mostrando que quanto maior a CMJ dos

participantes menos eles tendem a minimizar o sofrimento do agressor ($b = -0,105$; $SE=0,060$).

Figura 3. Efeito principal da informação sobre a decisão da justiça na minimização do sofrimento do agressor.

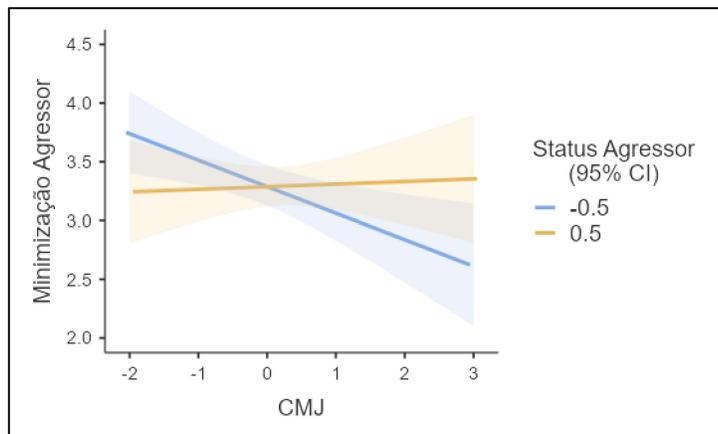


Observamos também um efeito significativo da interação entre o status social do agressor e a CMJ, $F(1, 229) = 3.986$, $p < .047$, $\eta^2p = .017$, indicando que a minimização variou em função do status social e da CMJ. Não observamos efeito principal do status do agressor, nem efeitos de interação entre decisão judicial e sexo, justiça e CMJ, sexo e CMJ, justiça e status do agressor, status e sexo, nem efeitos de interação tripla entre justiça, sexo e CMJ, nem de justiça, sexo e status.

Decompomos a interação entre o status social do agressor (baixo vs. alto) e a CMJ, a fim de compreender melhor esse efeito na atribuição da minimização do sofrimento. É possível observar na figura 8 que a relação entre a CMJ e a minimização do agressor é negativa na condição de baixo status do agressor ($-1DP$), $b = -.21$, $SE = .07$, $p = .006$, e positiva na condição de alto status do agressor ($+1DP$), $b = .02$, $SE = .09$, $p = .767$.

Além disso, para níveis altos de CMJ, a condição baixo status influenciou a minimização do agressor, ou seja quanto maior a CMJ, menos o sofrimento do agressor foi minimizado $b = -.21$, $SE = .07$, $p = .006$. Na condição de alto status do agressor, a CMJ não reduziu a minimização do sofrimento dele $b = .02$, $SE = .09$, $p = .767$.

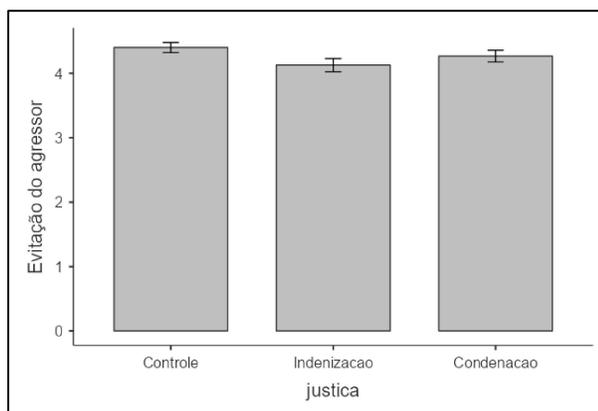
Figura 4. Interação entre CMJ e o status do agressor (baixo vs. alto) na minimização do sofrimento do agressor.



Note. O gráfico mostra uma interação significativa entre a Crença no Mundo Justo (CMJ) e minimização do agressor. Para os participantes com alta CMJ, a minimização do sofrimento do agressor diminuiu em decorrência do status. No entanto, para aqueles com alta CMJ, a condição de alto status reduziu significativamente a minimização do agressor:

Evitação de contato com o agressor. Os resultados para a evitação mostraram um efeito marginalmente significativo na decisão da justiça, $F(2, 229) = 2.356, p < .097, \eta^2p = .020$, isso significa que os participantes da condição controle evitaram mais o contato com o agressor ($M = 4,308; SE = 0,088$) do que os participantes da condição condenação do agressor ($M = 4,181; SE = 0,103$), $b = .127, SE = .13, p = .348$; e do que, os da condição compensação da vítima ($M = 4,015; SE = 0,104$), $b = .293, SE = .13, p = .032$; Evitaram mais o agressor na condição condenação ($M = 4,181; SE = 0,103$) do que na condição compensação da vítima ($M = 4,015; SE = 0,104, b = .167, SE = .14, p = .256$). Observamos efeito significativo do sexo, $F(1, 229) = 8.568, p < .000, \eta^2p = .065$, em que os participantes do sexo feminino evitaram mais o contato com o agressor ($M = 4,398; SE = 0,063$) do que os participantes do sexo masculino ($M = 3,938; SE = 0,096$). Além disso, houve efeito significativo da CMJ, $F(1, 229) = 8.568, p < .004, \eta^2p = .036$, o que significa que quanto maior a CMJ dos participantes menos eles evitaram o contato com o agressor ($b = -0,173; SE = 0,059$).

Figura 5. Efeito principal das 3 condições da decisão da justiça sobre a evitação do agressor.



Análise de mediação moderada – agressor

Para testar a hipótese de que a vitimização secundária do agressor medeia a relação entre a decisão da justiça (compensação, condenação, controle) no valor de indenização atribuído ao agressor da vítima de violência e verificar se o status social (baixo vs. alto) modera essa relação conduzimos a mesma análise de mediação-moderada.

Os resultados mostraram que não houve efeito de mediação da vitimização secundária do agressor na relação entre a decisão da justiça sobre o valor de indenização atribuído ao agressor da vítima, além disso não houve efeito de moderação do status nessa relação. Por sua vez, os resultados mostraram que na condição de baixo status, a condição de indenização da vítima sobre a minimização do agressor foi estatisticamente significativa ($b=-0.71$; $SE=.18$; $p<.001$), indicando que os participantes da condição que a vítima foi indenizada minimizaram menos o sofrimento do agressor.

Discussão

Neste estudo, buscamos aprofundar a análise das reações das pessoas diante de uma situação de violência sexual após receberem informações sobre os desdobramentos da decisão judicial. Nosso objetivo foi replicar os achados do estudo anterior e avançar na compreensão desse fenômeno, introduzindo a variável do status social do agressor – um fator essencial para entender as relações intergrupais em contextos sociais assimétricos.

Mais uma vez, as evidências indicaram que os homens vitimizaram mais a vítima em comparação às mulheres. Além disso, como observado no estudo anterior, uma maior CMJ levou os participantes a responsabilizarem ainda mais a vítima pela injustiça sofrida. Especificamente, os participantes da condição em que o agressor foi condenado atribuíram maior culpabilização à vítima em comparação à condição em que ela foi compensada. No que se refere ao contato interpessoal, os homens demonstraram maior evitação da vítima na condição em que o agressor foi condenado, em comparação às condições de compensação e controle.

Quanto à vitimização secundária do agressor, os resultados replicaram os achados do Estudo 2: as mulheres atribuíram maior culpabilização, minimizaram menos o sofrimento e demonstraram maior evitação do agressor em comparação aos homens. Como nos estudos anteriores, uma maior CMJ esteve associada a menor culpabilização e menor evitação do agressor. Além disso, os participantes minimizaram mais o sofrimento do agressor na condição em que ele foi condenado do que nas condições de compensação e controle. A interação entre CMJ e status social do agressor revelou um padrão interessante: quando informamos o agressor era baixo status, participantes com maior CMJ minimizaram menos o sofrimento dele. Em contrapartida, quando informamos que o agressor era alto status, a CMJ dos participantes foi ligeiramente maior e não reduziu a minimização do sofrimento dele. Esse achado sugere que a CMJ pode não estar associada a menor vitimização de um agressor com alto status social.

Outro resultado relevante foi que, na ausência de informações sobre a decisão judicial, os participantes demonstraram maior evitação do agressor em comparação à condição em que ele foi condenado ou à condição em que a vítima foi compensada. Por fim, os resultados revelaram ausência de interação significativa entre o status social do agressor e decisão judicial, não corroborando nossa hipótese principal. No entanto, os achados indicam que o

status do agressor pode desempenhar um papel relevante na culpabilização das vítimas de estupro, especialmente porque verificamos os observadores podem negar vitimizar o agressor. Além disso, reforçam a importância da hierarquia de poder implicado na categorização de gênero na percepção da justiça para vítimas e agressores, em consonância com pesquisas anteriores (Pinciotti & Orcutt, 2021).

Discussão Geral

Os três estudos conduzidos demonstraram a influência das informações contextuais sobre uma situação de estupro, particularmente no que diz respeito ao local da denúncia (polícia vs. rede social) e ao tempo decorrido até a denúncia (imediatamente vs. após um mês) (Estudo 1), à decisão judicial (compensação da vítima vs. condenação do agressor) (Estudo 2) e ao status do agressor (Estudo 3). Os resultados corroboram evidências anteriores sobre o papel da CMJ na geração de reações negativas em relação às vítimas e expandem esse conhecimento ao demonstrar que, quando as pessoas recebem informação sobre um caso de estupro, há uma tendência a deslegitimação da vítima e a isenção do agressor, de modo que essa dinâmica persiste mesmo quando a vítima busca por justiça e as autoridades oficiais decidem compensar ou punir o agressor. Isso, por sua vez, fortalece a legitimação da injustiça, evidenciada na ausência de justiça restaurativa para vítima ou justiça retributiva para o agressor.

Interpretação e Implicações Teóricas

Os resultados indicam que a informação sobre o comportamento da vítima após o estupro mostrou-se ser um fator crucial para a avaliação que os observadores fizeram da vítima e do agressor, como já apontado em pesquisas anteriores (Naseralla & Warner, 2023). De entre os fatores estudados, a crença de que cada um recebe o que merece e merece o que recebe mostrou-se ser aquele que mais consistentemente esteve associado com a tendência dos participantes a julgar negativamente a vítima, atribuindo-lhe responsabilidade pelo

sofrimento em vez de responsabilizar o agressor, um fenômeno previsto há quase 50 anos (Lerner, 1980). Um dos achados mais relevantes diz respeito ao impacto da informação sobre o tempo decorrido entre o estupro e denúncia, assim como sobre o local onde esta foi realizada. Quando a informação indicava que a vítima tinha denunciado imediatamente, os participantes com maior adesão à CMJ atribuíram menor compensação financeira a ela, independentemente da informação sobre o local da denúncia. Quando a informação indicou que denúncia ocorreu após um mês, a compensação foi menor quando a vítima recorreu à polícia em vez das redes sociais. Esses achados reforçam evidências anteriores (Naseralla & Warner, 2023) e indicam que, mesmo quando a vítima busca justiça, sua credibilidade e merecimento ainda podem ser questionados.

Outro aspecto significativo foi a atribuição de indenização ao agressor. Esta foi maior quando a informação indicava que a denúncia tinha ocorrido nas redes sociais do que quando informava que tinha sido feita à polícia. Isso sugere que a reação dos observadores pode isentar os agressores dependendo do local da denúncia, corroborando achados sobre a exoneração do agressor (Valor-Segura & Moya, 2011). Ademais, confirmamos que uma maior adesão à CMJ está associada à culpabilização da vítima, minimização de seu sofrimento e evitação de contato com ela (Tavares et al., 2022; Kleinke & Meyer, 1990; Linhares et al., 2022).

Um achado particularmente relevante foi a interação entre sexo e decisão judicial na vitimização secundária: mulheres foram mais propensas do que homens a culpabilizar a vítima quando ela foi compensada financeiramente. Uma possível explicação para esse resultado está na tendência de indivíduos de grupos historicamente desfavorecidos e sob a pressão da dominação de outros grupos socialmente mais valorizados a manifestarem formas ativas e passivas de apoio às desigualdades sociais que reforçam essas desigualdades (Costa-Lopes et al., 2013). Outra interpretação sugere que, por o agressor ser namorado da vítima, as

participantes podem ter inferido que houve reconciliação entre ambos, um aspecto não estudado por nós, mas que poderá ter operado nas reações dos participantes às informações que receberam sobre a situação de estupro.

A motivação para a defesa da CMJ pode levar à legitimação de ações injustas contra membros do próprio grupo (Albuquerque et al., 2019; Lerner & Miller, 1978), especialmente quando este não pertence à categoria dominante (Costa-Lopes et al., 2013; Sidanius & Pratto, 1999). Além disso, a restauração do senso de justiça parece depender tanto da situação de infortúnio quanto da identidade da vítima, levantando questões sobre se a motivação para defender a CMJ varia conforme o tipo de vítima (Correia, 2003; Correia & Vala, 2003), um fenômeno que estudamos à luz das informações que demos aos participantes sobre a situação de vitimização. Os efeitos observados em forma de menor compensação da vítima e maior vitimização secundária sugere a possibilidade de vítimas de estupro não serem universalmente percebidas como inocentes, o que pode explicar as diferenças entre nossos achados e os de Adams & Mullen (2015).

Limitações e Direções Futuras

Embora tenhamos explorado, em três estudos, as reações das pessoas frente às vítimas de situação de estupro, manipulando diferentes variáveis do contexto pós ocorrido, há algumas limitações a serem consideradas. No estudo 1, nossa amostra contou exclusivamente por homens, o que impossibilita a generalização dos achados para pessoas do sexo feminino e, por sua vez, compromete a validade externa dos achados. Nos estudos 2 e 3, embora tenhamos tornado a amostra mais heterogênea, nossa hipótese de mediação moderada não foi confirmada. Isso pode ter ocorrido devido ao tamanho amostral ou pela falta de sensibilidade das variáveis moderadoras em relação à percepção dos participantes. Essa limitação inclui também o cenário, pois a relação entre a vítima com o agressor, pode ter levado os participantes a questionar ainda mais a credibilidade da vítima. Além disso, pensamos que

sistemas de crenças como a religião ou associados as representações sociais (Araújo & Techio, 2024) podem ajudar a explicar a percepção de justiça para vítimas e agressores, no entanto, não incluímos essa variável no modelo.

Estudos futuros poderiam investigar o efeito de variáveis adicionais, como informações sobre a inocência da vítima ou sobre seu perdão ao agressor, para compreender quais fatores psicossociais são mais ameaçadores ao senso de justiça. Além disso, a religião tem um papel importante no sistema de crenças, no Brasil, mas não só aqui. Pensamos que, enquanto sistema de crença, a religião está relacionada aos princípios valorativos que organizam e hierarquizam as relações sociais, sobretudo as de gênero. Não abordamos diretamente esta questão em nossos trabalhos, seria relevante que pesquisas futuras verificassem a percepção dos respondentes frente a uma vítima de estupro. Seria valioso também explorar abordagens longitudinais e qualitativas que considerem sistemas de representações de crenças e diferentes amostras sociodemográficas. Além disso, pesquisa futuras podem replicar em amostras maiores e mais heterogêneas, bem como alteração a relação da vítima com o agressor no cenário.

Por fim, nossos resultados contribuem para a literatura sobre culpabilização da vítima ao evidenciar como informações sobre o contexto no qual a vitimização ocorreu, os seus desdobramentos e sobre as características do agressor podem moldar reações negativas em relação à vítima, reforçando padrões de associação entre CMJ, vitimização secundária e indicadores de justiça restauradora, sobretudo a menor compensação da vítima e favorecimento do agressor.

Referências

- Adams, G. S., & Mullen, E. (2014). Punishing the Perpetrator Decreases Compensation for Victims. *Social Psychological and Personality Science*, 6(1), 31–38.
<https://doi.org/10.1177/1948550614542346>
- Albuquerque, I. M., Torres, A. R. R., Estramiana, J. L. Á., & Luque, A. G. (2019). Influence of Group Membership Moral Values and Belief in a Just World in Blaming the Victim. *Temas Em Psicologia*, 27(4), 1039–1054. <https://doi.org/10.9788/tp2019.4-15>
- Alaggia, R., & Wang, S. (2020). "I never told anyone until the #metoo movement": What can we learn from sexual abuse and sexual assault disclosures made through social media?. *Child abuse & neglect*, 103, 104312.
<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2019.104312>
- Araújo, E., Avimar Ferreira Júnior, & Elza Maria Techio. (2024). Sistema de Representações Sociais em sentenças jurídicas de feminicídio na Bahia nos anos de 2020 e 2021. *Revista de Psicología*, 42(1), 466–502.
<https://doi.org/10.18800/psico.202401.016>
- Bogen, K. W., Bleiweiss, K. K., Leach, N. R., & Orchowski, L. M. (2021). #MeToo: Disclosure and Response to Sexual Victimization on Twitter. *Journal of interpersonal violence*, 36(17-18), 8257–8288. <https://doi.org/10.1177/0886260519851211>
- Cohen J. (1962). The statistical power of abnormal-social psychological research: A review. *The Journal of Abnormal and Social Psychology*, 65(3), 145.
- Cohen, R. L. (2016). Restorative justice. In C. Sabbagh & M. Schmitt (Eds.), *Handbook of social justice theory and research* (pp. 257). Springer. <https://doi.org/10.1007/978-1-4939-3216-0>
- Correia, I. F. (2003). *Concertos e desconcertos na procura de um mundo concertado: crença no mundo justo, inocência da vítima e vitimização secundária*.

- Correia, I., & Vala, J. (2003). When will a victim be secondarily victimized? The effect of observer's belief in a just world, victim's innocence and persistence of suffering. *Social Justice Research*, 16, 379–400.
- Correia, I., Vala, J., & Aguiar, P. (2007). Victim's innocence, social categorization, and the threat to the belief in a just world. *Journal of Experimental Social Psychology*, 43, 31-38. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2005.12.010>.
- Correia, I. (2010). *Psicologia social da justiça: Fundamentos e desenvolvimentos teóricos e empíricos*. Ispa.pt; Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
<https://repositorio.ispa.pt/entities/publication/60c315ab-1aa6-4eb8-b139-377427880b0d>
- Crocker, J., & Major, B. (1989). Social stigma and self-esteem: The self-protective properties of stigma. *Psychological Review*, 96, 608-630. doi: 10.1037/0033-295X.96.4.608
- Crosby, F. (1984). The denial of personal discrimination. *American Behavioral Scientist*, 27, 371-386. doi: 10.1177/000276484027003008
- Costa-Lopes, R., Dovidio, J. F., Pereira, C. R., & Jost, J. T. (2013). *Perspectivas sociopsicológicas sobre a legitimação da desigualdade social: passado, presente e futuro*. *European Journal of Social Psychology*, 43(3), 229-237.
<https://doi.org/10.1002/ejsp.1966>
- Faul, F., Erdfelder, E., Buchner, A., & Lang, A.-G. (2009). Statistical power analyses using G*Power 3.1: Tests for correlation and regression analyses. *Behavior Research Methods*, 41, 1149-1160.
- Faul F., Erdfelder E., Lang A.-G., Buchner A. (2007). GPOWER: A general power analysis program. *Behavior Research Methods*, 39(2), 175–191. <https://doi.org/10.3758/BF03193146>

- Gollwitzer, M., & van Prooijen, J.-W. (2016). Psychology of justice. In C. Sabbagh & M. Schmitt (Eds.), *Handbook of social justice theory and research* (pp. 61). Springer.
<https://doi.org/10.1007/978-1-4939-3216-0>
- Hall, M., Debowska, A., & K Hales, G. (2024). The Effect of Victim Attractiveness and Type of Abuse Suffered on Attributions of Victim Blame and Credibility in Intimate Partner Violence: A Vignette-Based Online Experiment. *Violence against women*, 30(9), 2396–2416. <https://doi.org/10.1177/10778012221150272>
- Hafer, C. L. (2000). Do innocent victims threaten the belief in a just world? Evidence from a modified Stroop task. *Journal of Personality and Social Psychology*, 79(2), 165–173. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.79.2.165>
- Hafer, C. L., & Rubel, A. N. (2014). Long-term focus and anti-social tendencies interact to predict belief in just world. Manuscript submitted for publication.
- Jost, J. T., Banaji, M. R., & Nosek, B. A. (2004). A decade of system justification theory: Accumulated evidence of conscious and unconscious bolstering of the status quo. *Political Psychology*, 25, 881–919. [10.1111/j.1467-9221.2004.00402.x](https://doi.org/10.1111/j.1467-9221.2004.00402.x)
- Jordan, J. J., & Sommers, R. (2024). Sexual assault victims face a penalty for adjacent consent. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 121(34).
<https://doi.org/10.1073/pnas.2403609121>
- Jost, J. T., & Hunyady, O. (2005). Antecedents and consequences of system-justifying ideologies. *Current Directions in Psychological Science*, 14, 260–265.
- Jost, J. T., & Banaji, M. R. (1994). The role of stereotyping in system-justification and the production of false consciousness. *British Journal of Social Psychology*, 33(1), 1–27.
<https://doi.org/10.1111/j.2044-8309.1994.tb01008.x>

- Katherine W. Bogen, Lindsay M. Orchowski & Sarah E. Ullman (2021): Online Disclosure of Sexual Victimization and Social Reactions: What Do We Know?, *Women & Therapy*, DOI: 10.1080/02703149.2021.1961448
- Kleinke, C. L., & Meyer, C. (1990). Evaluation of rape victim by men and women with high and low belief in a just world. *Psychology of Women Quarterly*, 14(3), 343–353. <https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.1990.tb00024.x>
- Krulewitz, J. E., & Payne, E. J. (1978). Attributions about rape: Effects of rapist force, observer sex and sex role attitudes. *Journal of Applied Social Psychology*, 8(4), 291–305. <https://doi.org/10.1111/j.1559-1816.1978.tb00784.x>
- Lerner, M. J., & Miller, D. T. (1978). Just world research and the attribution process: Looking back and ahead. *Psychological Bulletin*, 85(5), 1030-1051. doi: 10.1037/0033-2909.85.5.1030
- Lerner, M. J. (1980). *The belief in a just world: A fundamental delusion*. New York: Plenum Press.
- Lerner, M. J. (2003). The Justice Motive: Where Social Psychologists Found It, How they Lost It, and Why They May Not Find It Again. *Personality and Social Psychology Review*, 7(4), 388–399. https://doi.org/10.1207/s15327957pspr0704_10
- Lee, H. D. H., McKimmie, B. M., Masser, B. M., & Tangen, J. M. (2021). Guided by the rape schema: the influence of event order on how jurors evaluate the victim's testimony in cases of rape. *Psychology, Crime & Law*, 1–31. <https://doi.org/10.1080/1068316x.2021.1984483>
- Naseralla, E. J., & Warner, R. H. (2020). The role of reporting in the evaluation of rape victims. *European Journal of Social Psychology*, 50(5), 1032–1045. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2654>

- Pinciotti, C. M., & Orcutt, H. K. (2021). Understanding Gender Differences in Rape Victim Blaming: The Power of Social Influence and Just World Beliefs. *Journal of interpersonal violence*, 36(1-2), 255–275. <https://doi.org/10.1177/0886260517725736>
- Pimentel, C. E., Gouveia, V. V., Diniz, P. K. C., Saenz, D. P., Santos, A. M. V., & Vieira, I. S. (2010). Evidências de validade de construto e precisão da escala geral do mundo justo. *Boletim de Psicologia*, 60(133), 167-180.
- Rubin, Z., & Peplau, L. A. (1973). Belief in a just world and reactions to another's lot: A study of participants in the national draft lottery. *Journal of Social Issues*, 29, 73-93.
- Roux, P., Perrin, V. Modak, M., & Voutat, B. (1999). *Couple et égalité un ménage impossible*. Lausanne: Editions Réalités Sociales.
- Ruggiero, K. M., & Taylor, D. M. (1995). Coping with discrimination: How disadvantaged group members perceive the discrimination that confronts them. *Journal of Personality and Social Psychology*, 68, 826-838. doi: 10.1037/0022-3514.68.5.826
- Santos, MH, & Amâncio, L. (2014). Percepção de justiça, discriminação e sexismo. *Psicologia: Revista da Associação Portuguesa Psicologia*, 28 (1), 67–81. <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v28i1.623>
- Sidanius, J., & Pratto, F. (1999). *Social dominance: An intergroup theory of social hierarchy and oppression*. Cambridge: University Press.
- Tavares, S. M., Pimentel, C. E., Paiva, T. T., & Pereira, C. R. (2023). Development and validation of the Secondary Victimization Scale. *Psychological Reports*, 126(5), 2594–2615. <https://doi.org/10.1177/00332941221093794>
- The jamovi project (2022). *jamovi*. (Version 2.3) [Computer Software]. Retrieved from <https://www.jamovi.org>.
- Torres, A. R. R., Camino, L., & Silva, K. C. (2023). Grupo social, relações intergrupais e identidade social. In *Psicologia social: Temas e teorias* (pp. 335-354). Blucher.

- Valor-Segura, I., Expósito, F., & Moya, M. (2011). Victim blaming and exoneration of the perpetrator in domestic violence: the role of beliefs in a just world and ambivalent sexism. *The Spanish journal of psychology*, *14*(1), 195–206.
https://doi.org/10.5209/rev_sjop.2011.v14.n1.17
- van Prooijen, J.-W. (2013). Individualistic and social motives for justice judgments. *Annals of the New York Academy of Sciences*, *1299*(1), 60–67.
<https://doi.org/10.1111/nyas.12143>
- van Prooijen, J.-W., & van den Bos, K. (2009). We Blame Innocent Victims More Than I Do: Self-Construal Level Moderates Responses to Just-World Threats. *Personality and Social Psychology Bulletin*, *35*(11), 1528–1539.
<https://doi.org/10.1177/0146167209344728>
- Vieira Linhares, L. V. L., & Rosas Torres, A. R. (2022). She deserved it: Analysis of variables that influence the accountability of victims of sexual violence. *Acta Colombiana de Psicología*, *25*(1), 218–229. <https://doi.org/10.14718/acp.2022.25.1.14>
- Warner, RH, Branscombe, NR, Garczynski, AM, & Solomon, ED (2011). Julgamentos de vítimas de abuso sexual. *Psicologia Social Básica e Aplicada* , *33* (3), 207–219.
<https://doi.org/10.1080/01973533.2011.589294>
- W. Bogen, K., M. Orchowski, L., & E. Ullman, S. (2021). Online Disclosure of Sexual Victimization and Social Reactions: What Do We Know? *Women & Therapy*, *44*(3-4), 358–373. <https://doi.org/10.1080/02703149.2021.1961448>
- Wenzel, M., & Okimoto, T. G. (2016). Retributive justice. In C. Sabbagh & M. Schmitt (Eds.), *Handbook of social justice theory and research* (pp. 237). Springer.
<https://doi.org/10.1007/978-1-4939-3216-0>

General Discussion of the Thesis

In this thesis, we have presented the results of a research program consisting of eight empirical studies aimed at testing our central hypothesis: people's reactions to situations of sexual violence against women, especially rape, involve a process of legitimization. In this process, support for reparative measures for the victim and attitudes towards the aggressor arise from secondary victimization, which in turn is motivated by a belief in a just world (BJW).

While the literature on measuring victim blaming is extensive (Angelone et al, 2018; Gravelin et al, 2019; Morrison & Pedersen, 2020; Persson & Dhingra, 2022; Reich et al, 2022), our research program makes an important contribution by developing a valid and accurate instrument to assess secondary victimization that includes the dimensions of blaming, minimization, and avoidance of contact with the victim. Furthermore, this thesis proposes an analytical model to understand the underlying mechanisms that shape perceptions of and responses to victims and aggressors in rape cases. Our findings confirm the sequential mediating role of BJW and secondary victimization in determining the compensation awarded to victims. This research therefore not only complements previous studies, but also deepens the understanding of sexual violence against women.

As outlined in our research program, Article 1 presented four studies validating and testing the reliability of a new measure of secondary victimization, assessing content validity, relationships with external variables, and internal factor structure validity. Article 2 examined the psychosocial processes underlying restorative justice for victims and retributive justice for aggressors, using a sample that includes both offenders and victims of different types of violence. The results indicated that perceptions of justice differ between victims and aggressors. In particular, secondary victimization and BJW were serially related to compensation provided to victims but not to aggressors.

Article 3 consists of three experimental studies in which we manipulated contextual information about rape cases and examined potential moderators of the relationship between BJW, secondary victimization, and responses to restorative and retributive justice principles. Specifically, we examined: The influence of where the victim reports the crime (i.e., to the police or on social media); the delay in reporting (i.e. immediately or one month later); The court's decision regarding the rape case (i.e. conviction of the aggressor vs. compensation to the victim); The social status of the aggressor. The results show that these variables have an impact on the secondary victimization of both victims and aggressors, as well as the compensation amounts awarded to each. Furthermore, the BJW plays a crucial role in these relationships.

These findings can be better understood through the lens of BJW theory (Lerner & Lerner, 1980). Since developing the instrument to measure secondary victimization, we have gathered empirical evidence consistent with the core assumption of this theory—, namely that people act as if they live in a just world where individuals get what they deserve and deserve what they get (Lerner & Lerner, 1980; Rubin & Peplau, 1975).

Our results indicate that participants with a strong BJW were more likely to engage in secondary victimization of a rape victim who was assaulted by her boyfriend by assigning her less compensation. This response was primarily driven by increased victim blaming and minimization of her suffering, while contextual information about the aggressor had little or no impact on the observed process. These findings support the theoretical proposition that people process information about victims of injustice in a way that reinforces their belief that the world is just, as if this cognitive bias fulfills a psychological need for justice (Lerner, 1980). This underscores the importance of considering observer motivations in the context of gender-based violence and contributes to a more comprehensive understanding of sexual violence against women. Furthermore, our findings are consistent with studies showing that

BJW as an ideological framework can help to maintain the status quo and perpetuate social inequalities between groups (Costa-Lopes et al., 2013).

Our results also demonstrated that secondary victimization is influenced by the context in which the crime is reported, but this effect is mediated by BJW. For example, if the victim reported the rape on social media rather than to the police, participants with high BJW attributed lower compensation to her and attributed higher compensation to the aggressor. This suggests that public reporting may be perceived as a challenge to traditional social roles (Valor-Segura & Moya, 2011). Such reactions can lead to discrediting the seriousness of the report (Stubbs-Richardson et al., 2018) and undermining the victim's credibility (Tavares et al., 2024), which ultimately favors the aggressor. This pattern may also be related to the phenomenon of "victim cancellation", where aggressors gain public notoriety and a following after being accused (Stubbs-Richardson et al., 2018).

These findings are not only socially relevant, but also have significant theoretical implications for the literature on responses to victims of injustice and sexual assault, as we will discuss in more detail in the next section.

Theoretical Implications

The results of our research program contribute significantly to the literature in several ways. First, this research advances the field by introducing a multidimensional measure of secondary victimization in cases of sexual violence. Previous studies have largely relied on single-item measures of victim blaming that fail to capture the broader spectrum of secondary victimization. Our measure, which includes the dimensions of blaming, minimizing, and contact avoidance, provides a more comprehensive assessment of individuals' reactions to rape victims. In addition, this measure has practical implications as its application in healthcare and clinical settings can help to raise awareness of negative attitudes towards victims. Aside from its relevance to victim blaming research, our measure serves as a

valuable tool for examining broader issues related to perceptions of justice and psychological reactions to violence.

Our findings, particularly those demonstrating the mediating role of secondary victimization in the relationship between belief in a just world (BJW) and compensation for both the victim and the aggressor, represent an innovation in BJW studies. This is especially significant because it shows that perceptions of restorative justice in rape cases are paradoxically associated with greater tolerance toward aggressors, thereby reinforcing negative behaviors toward victims. Our research also deepens understanding of how people respond to victims of sexual violence in two ways: first, by considering multiple dimensions of secondary victimization, and second, by examining the sequential role of BJW and gender categories in legitimating inequalities toward victims within a unitary model.

The role of contextual information in shaping responses to sexual violence also deserves particular attention. Our findings highlight the influence of variables such as the location where the crime was reported and the judicial decision, while factors such as delays in reporting and the characteristics of the aggressor have minimal or no impact. Previous research has shown that a rape victim who does not meet expectations for emotional expressiveness is viewed as less credible (Hackett & Mohr, 2008) and that victims who choose not to report the assault may be judged more negatively than those who do (Naseralla & Warner, 2020). Our research builds on and extends these findings by highlighting the importance of contextual factors after the violent act, particularly the victim's behavior and the response of the justice system. However, our findings diverge from those of Adams and Mullen (2015), who found that punishing aggressors increased participants' belief that justice had been restored, thereby decreasing their willingness to compensate the victim. In contrast, our results suggest a different effect: While punishing the aggressor increased participants'

sense of justice, it also led to a decreased willingness to compensate the victim and an increased tendency to compensate the aggressor.

In addition, it is important to consider that the victim in our study had a prior relationship with the aggressor and participants could infer that she had in some way consented to the assault. Previous research has shown that any prior consensual interaction between the victim and the aggressor before a sexual assault leads observers to judge the victim less favorably, blame her more, offer her less help, and assign a lesser punishment to the perpetrator (Jordan & Sommers, 2024). Nevertheless, our findings suggest that justice as an intrapsychic experience shaped by situational factors may have influenced participants' perceptions of the event as fair. As justice is structured by both individual and situational processes (Gollwitzer & van Prooijen, 2016; Okimoto & Gollwitzer, 2025), this perception likely contributed to negative attitudes towards the victim.

By including gender categories and the social status of victims and aggressors, this study also expands the understanding of how these factors shape social perceptions. Previous studies have shown that individuals are treated differently based on their group membership (Costa-Lopes et al., 2013) and that individual-level motivational processes predict attitudes toward victim-blaming, particularly among members of dominant social groups (Linhares et al., 2022; Kleinke & Meyer, 1990). Our findings extend this literature by showing that at the group level, social perceptions of victims and aggressors reinforce existing power structures and thereby maintain the disadvantaged status of certain social categories (Costa-Lopes et al., 2013).

In this context, our results emphasize the idea that people's sense of justice is socially constructed, with principles and norms being collectively defined and defended (Okimoto & Gollwitzer, 2025). The restoration of justice is often perceived as a return to a "just" state, but this state is itself socially and ideologically determined. Our research shows how motivating

factors such as BJW as well as passive support from non-dominant groups (Costa-Lopes et al., 2013; Lerner, 1980) act as barriers to the establishment of justice for victims. These factors contribute to the legitimization of gender-based inequalities and hinder the pursuit of justice for victims of sexual violence. As shown in our study, this process is particularly evident among male participants. They were less inclined to compensate the victim and more inclined to compensate the aggressor (Gollwitzer & van Prooijen, 2016; Okimoto & Gollwitzer, 2025).

Limitations and Future Directions

Despite the theoretical and social significance of our findings, this research has certain limitations that we should recognize. For example, in Article 1, we developed a measure of secondary victimization that focuses specifically on cases of sexual violence. While our measure successfully identified three dimensions of secondary victimization—blame, minimization, and avoidance—additional manifestations of victimization in the context of rape could further refine our understanding of people’s attitudes toward victims. Future studies could expand this measure to include victim devaluation and explore its applicability to forms of violence other than sexual assault.

Another limitation concerns the data collection process. As our study used both face-to-face and online data collection methods, we had no control over the emotional state of the participants at the time of responding, which may have influenced their responses and thus the psychometric validation process. Furthermore, as our study was based solely on self-report, participants may have been influenced by social desirability, which could have affected the validity of our measurement. Although self-report is a widely used method in psychometric research, future studies could mitigate these limitations by incorporating alternative data collection approaches, such as implicit association tests or physiological measures, to assess responses in a less deliberate and more objective manner.

In Article 2, although our methodological approach represents a significant innovation, as we analyze the legitimacy of sexual violence from both victims' and offenders' perspectives, due to practical limitations (i.e., the impossibility of analyzing victim-perpetrator pairs as a unit), the study did not examine dyadic relationships between victims and perpetrators. This limitation prevented us from investigating how the interplay between victim, offender and outcome unfolds and what role the BJW plays within this dynamic. Future research could address this gap by examining the effects of victim-offender proximity, as prior relationships can activate cognitive schemas that shape perceptions of the crime (Lee et al., 2023).

Furthermore, while our study is based on BJW theory, future research could benefit from incorporating other belief systems such as social representation theory, sexism, rape myth acceptance, and system justification theory to provide a more comprehensive analysis of factors influencing secondary victimization. Specific to BJW, our theoretical assumptions focused primarily on the dimension that emphasizes the idea of “everyone gets what they deserve and deserves what they get.” However, we did not examine why people care about justice for victims or whether they perceive rape victims as truly innocent, an important factor in countering the assumption of tacit consent when the victim has had prior contact with the aggressor. Addressing this gap in future studies could provide valuable insights into the cognitive and motivational processes underlying victim-blaming attitudes.

By addressing these limitations, future research can build on our findings to deepen understanding of how people respond to sexual violence, the mechanisms driving secondary victimization, and the broader impact of justice beliefs on societal attitudes toward victims and offenders.

Final Considerations

This thesis set out to investigate a socially relevant and critical issue: to understand people's reactions to sexual violence against women. Specifically, we examined which situational factors influence the legitimization of reparation for rape victims and criminal retribution for offenders. To answer this question, we formulated a central hypothesis — our proposed thesis — that justice for victims and punishment for offenders are shaped by negative reactions towards victims and tolerance towards offenders, driven by the BJW. This process ultimately reinforces the legitimization of gender-based inequality.

The studies conducted to test this hypothesis provided strong empirical evidence to support our claims. Our findings indicate that the effect of BJW on rape victims' perceptions of justice is mediated by secondary victimization — specifically, minimization and blame. Furthermore, while the category (victim vs. perpetrator) has an impact on victims' perceptions of justice, it does not have a significant impact on perpetrators' perceptions of justice. This effect is due to the serial mediation of BJW and secondary victimization. Furthermore, we demonstrated that the victim's behavior after the rape plays a decisive role in the manifestation of secondary victimization: The stronger the motivation to protect the belief in a just world, the more strongly BJW influences the victim's perception of justice, but not that of the perpetrator.

Our research also highlights how contextual factors influence perceptions of justice after a rape. Reporting the crime on social media rather than to official authorities appears to benefit the perpetrator, whereas formal reporting is more likely to lead to an avoidance attitude towards the victim. Furthermore, when participants are informed that the perpetrator has been punished and the victim compensated, negative reactions towards the victim increase. In contrast, when only the victim's misfortune is emphasized, participants express a more positive attitude towards the offender. Finally, we found that offenders with high social

status are less likely to be held accountable than those with low social status, which reinforces social differences in the perception of justice.

The empirical findings we have obtained in support of our thesis make an important contribution to the literature by revealing the psychological processes underlying perceptions of and blame towards rape victims. Our findings emphasize the importance of considering ideological and social belief systems — particularly the Just World Hypothesis — in understanding violence against women. By shedding light on these mechanisms, this research provides valuable insights for the design of future public policies and social interventions aimed at reducing attitudes towards victims and promoting a more just and equitable society.

References

- Angelone, D. J., Mitchell, D., & Smith, D. (2018). The Influence of Gender Ideology, Victim Resistance, and Spiking a Drink on Acquaintance Rape Attributions. *Journal of interpersonal violence*, 33(20), 3186–3210. <https://doi.org/10.1177/0886260516635318>
- Adams, G. S., & Mullen, E. (2014). Punishing the Perpetrator Decreases Compensation for Victims. *Social Psychological and Personality Science*, 6(1), 31–38. <https://doi.org/10.1177/1948550614542346>
- Costa-Lopes, R., Dovidio, J. F., Pereira, C. R., & Jost, J. T. (2013). *Perspectivas sociopsicológicas sobre a legitimação da desigualdade social: passado, presente e futuro*. *European Journal of Social Psychology*, 43(3), 229-237. <https://doi.org/10.1002/ejsp.1966>
- Gravelin, C.R., Biernat, M., & Bucher, C.E. (2019). Blaming the Victim of Acquaintance Rape: Individual, Situational, and Sociocultural Factors. *Frontiers in Psychology*, 9, <Missing page number>.
- Gollwitzer, M., & van Prooijen, J.-W. (2016). Psychology of justice. In C. Sabbagh & M. Schmitt (Eds.), *Handbook of social justice theory and research* (pp. 61). Springer. <https://doi.org/10.1007/978-1-4939-3216-0>
- Hackett, L., Day, A., & Mohr, P. (2008). Expectancy violation and perceptions of rape victim credibility. *Legal and Criminological Psychology*, 13(2), 323–334. <https://doi.org/10.1348/135532507X228458>
- Jordan, J. J., & Sommers, R. (2024). Sexual assault victims face a penalty for adjacent consent. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 121(34). <https://doi.org/10.1073/pnas.2403609121>
- Kleinke, C. L., & Meyer, C. (1990). Evaluation of rape victim by men and women with high and low belief in a just world. *Psychology of Women Quarterly*, 14(3), 343–353. <https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.1990.tb00024.x>

- Lerner, M. J., & Lerner, M. J. (1980). *The belief in a just world* (pp. 9-30). Springer US.
- Lee, H. D. H., McKimmie, B. M., Masser, B. M., & Tangen, J. M. (2021). Guided by the rape schema: the influence of event order on how jurors evaluate the victim's testimony in cases of rape. *Psychology, Crime & Law*, 1–31.
<https://doi.org/10.1080/1068316x.2021.1984483>
- Morrison, K. E., & Pedersen, C. L. (2020). The influence of sexual orientation on attributions of blame toward victims of sexual assault. *Journal of Homosexuality*, 67(2), 189–205. <https://doi.org/10.1080/00918369.2018.1534412>
- Naseralla, E. J., & Warner, R. H. (2020). The role of reporting in the evaluation of rape victims. *European Journal of Social Psychology*, 50(5), 1032–1045.
<https://doi.org/10.1002/ejsp.2654>
- Okimoto, T. G., & Gollwitzer, M. (2025). The Social Psychology of Justice Repair. *Annual review of psychology*, 76(1), 693–716. <https://doi.org/10.1146/annurev-psych-030124-114525>
- Persson, S., & Dhingra, K. (2022). Attributions of blame in stranger and acquaintance rape: A multilevel meta-analysis and systematic review. *Trauma, Violence, & Abuse*, 23(3), 795–809. <https://doi.org/10.1177/1524838020977146>
- Reich, C. M., Pegel, G. A., & Johnson, A. B. (2022). Are Survivors of Sexual Assault Blamed More Than Victims of Other Crimes?. *Journal of interpersonal violence*, 37(19-20), NP18394–NP18416. <https://doi.org/10.1177/08862605211037423>
- Rubin, Z., & Peplau, L. A. (1975). Who believes in a just world?. *Journal of social issues*, 31(3), 65–89.
- Stubbs-Richardson, M., Rader, N. E., & Cosby, A. G. (2018). Tweeting rape culture: Examining portrayals of victim blaming in discussions of sexual assault cases on Twitter. *Feminism & Psychology*, 28(1), 90–108. <https://doi.org/10.1177/0959353517715874>
- Tavares, S. M., Pimentel, C. E., Pereira, C. R., Paiva, T. T., & Nascimento, C. (2024). O papel das atitudes frente às mulheres na credibilidade das vítimas de violência sexual. *Psicologia Argumento*, 42(117). <https://doi.org/10.7213/psicolargum.42.117.AO06>

Valor-Segura, I., Expósito, F., & Moya, M. (2011). Victim blaming and exoneration of the perpetrator in domestic violence: the role of beliefs in a just world and ambivalent sexism. *The Spanish journal of psychology*, *14*(1), 195–206.

https://doi.org/10.5209/rev_sjop.2011.v14.n1.17

Vieira Linhares, L. V. L., & Rosas Torres, A. R. (2022). She deserved it: Analysis of variables that influence the accountability of victims of sexual violence. *Acta Colombiana de Psicología*, *25*(1), 218–229. <https://doi.org/10.14718/acp.2022.25.1.14>

Appendices

Appendices A

Belief in a Just World Scale

INSTRUCTIONS: Please indicate your degree of agreement with each statement below by marking the alternative that best reflects your opinion. The higher the number, the stronger your agreement.

	Strongly Disagree	Disagree	Undecided	Agree	Strongly Agree
1. Basically, the world we live in is fair.	1	2	3	4	5
2. In general, people deserve what happens to them.	1	2	3	4	5
3. Injustices in all areas of life are an exception to the rule.	1	2	3	4	5
4. Over the course of life, people end up being compensated for the injustices they've suffered.	1	2	3	4	5
5. People try to be fair when making important decisions.	1	2	3	4	5
6. Justice always prevails over injustice.	1	2	3	4	5

Appendices B

Fictional Scenario

The following questionnaire asks for your opinion regarding a 21-year-old woman named Teresa. She claims to have been raped by her boyfriend during the early hours of Saturday to Sunday. The incident allegedly took place at a hotel on a tourist beach where she and her boyfriend were spending an extended weekend together. Immediately after the incident, that is, during the early hours of Saturday to Sunday, Teresa went to the police to report being a victim of rape. In the police report, along with other details about the context in which the events allegedly occurred, she stated that she was forced by her boyfriend to have sexual relations, further indicating that she was emotionally very distressed. Teresa's boyfriend strongly denies the occurrence, claiming he had no reason to force sexual relations with his girlfriend. According to him, besides loving her deeply, they were in the best phase of their relationship and savoring one of the most romantic moments of their life as a couple. He finds all of this very strange, expressing great concern about the true reasons that might have led his girlfriend to act in this way.

Appendices C

Secondary victimization scale

Instructions: Please read the following statements about the student carefully and select the option that best describes the extent to which you agree with each of them.

1	2	3	4	5
Strongly Disagree	Disagree	Undecided	Agree	Strongly Agree

1. The student has suffered a lot from the consequences of this situation.*	1	2	3	4	5
2. The student is taking advantage of the situation.*	1	2	3	4	5
3. The student's situation is very painful for her.	1	2	3	4	5
4. The student bears some blame for what happened to her.	1	2	3	4	5
5. The student deserved what happened to her.	1	2	3	4	5
6. The student is primarily responsible for what happened to her.	1	2	3	4	5
7. You wish to provide shelter for the student until the situation is resolved.*	1	2	3	4	5
8. You would like to go to the police to testify on behalf of the student.*	1	2	3	4	5
9. You would like to accompany the student to court hearings.*	1	2	3	4	5

Appendices D**ITEMS FOR VICTIM COMPENSATION**

Specify how much you think Tereza should receive as compensation for social damages (due to having her life publicly exposed). R\$ _____

Specify how much you think Tereza should receive as compensation for psychological damages. R\$ _____

Specify how much you think Tereza should receive as compensation for material damages. R\$ _____

Appendices E

ITEMS FOR CONDEMNATION OF THE AGGRESSOR

After learning about the accusation made by Tereza, her boyfriend felt deeply offended and hurt. Without knowing the reasons that led Tereza to accuse him falsely, he decided to seek justice to request compensation.

Specify how much you think Tereza's boyfriend should receive as compensation for social damages (due to having his life publicly exposed). R\$ _____

Specify how much you think Tereza's boyfriend should receive as compensation for psychological damages. R\$ _____

Specify how much you think Tereza's boyfriend should receive as compensation for material damages. R\$ _____

Appendices F (Study 1 - Article 3)

Block 1

The following questionnaire asks for your opinion about a woman named Tereza, a 21-year-old. She claims to have been raped by her boyfriend during the early hours of Saturday to Sunday. The incident allegedly occurred at a hotel located on a tourist beach where she and her boyfriend had gone to spend the long weekend together.

Immediately after the event, Tereza went to the police to report being a victim of rape. In the police report, along with other details about the context in which the incident supposedly occurred, she stated that she was forced by her boyfriend to have sexual relations and appeared to be emotionally very shaken.

Tereza's boyfriend firmly denies the accusation, claiming that he had no reason to force her into sexual relations, as he loves her deeply. He stated that they were in the best phase of their relationship, enjoying one of the most romantic moments of their lives as a couple. He finds the situation very strange and expresses deep concern about the reasons that might have led his girlfriend to act this way.

Block 2

The following questionnaire asks for your opinion about a woman named Tereza, a 21-year-old. She claims to have been raped by her boyfriend during the early hours of Saturday to Sunday. The incident allegedly occurred at a hotel located on a tourist beach where she and her boyfriend had gone to spend the long weekend together.

Immediately after the event, Tereza made a social media post claiming to have been a victim of rape. In the post, along with other details about the context in which the incident supposedly occurred, she stated that she was forced by her boyfriend to have sexual relations and appeared to be emotionally very shaken.

Tereza's boyfriend firmly denies the accusation, claiming that he had no reason to force her into sexual relations, as he loves her deeply. He stated that they were in the best phase of their relationship, enjoying one of the most romantic moments of their lives as a couple. He finds the situation very strange and expresses deep concern about the reasons that might have led his girlfriend to act this way.

Block 3

The following questionnaire asks for your opinion about a woman named Tereza, a 21-year-old. She claims to have been raped by her boyfriend during the early hours of Saturday to Sunday. The incident allegedly occurred at a hotel located on a tourist beach where she and her boyfriend had gone to spend the long weekend together.

A month after the event, Tereza went to the police to report being a victim of rape. In the police report, along with other details about the context in which the incident supposedly occurred, she stated that she was forced by her boyfriend to have sexual relations and appeared to be emotionally very shaken.

Tereza's boyfriend firmly denies the accusation, claiming that he had no reason to force her into sexual relations, as he loves her deeply. He stated that they were in the best phase of their relationship, enjoying one of the most romantic moments of their lives as a couple. He finds the situation very strange and expresses deep concern about the reasons that might have led his girlfriend to act this way.

Block 4

The following questionnaire asks for your opinion about a woman named Tereza, a 21-year-old. She claims to have been raped by her boyfriend during the early hours of Saturday to Sunday. The incident allegedly occurred at a hotel located on a tourist beach where she and her boyfriend had gone to spend the long weekend together.

A month after the event, Tereza made a social media post claiming to have been a victim of rape. In the post, along with other details about the context in which the incident supposedly occurred, she stated that she was forced by her boyfriend to have sexual relations and appeared to be emotionally very shaken.

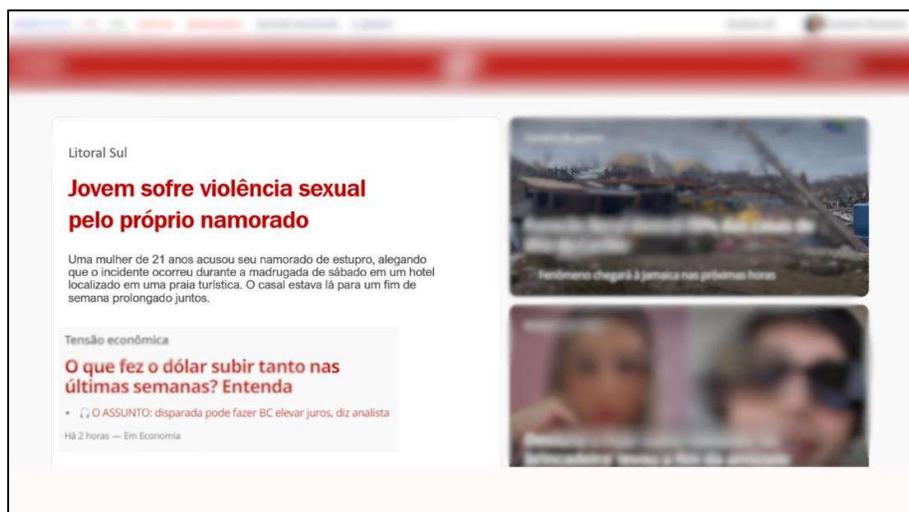
Tereza's boyfriend firmly denies the accusation, claiming that he had no reason to force her into sexual relations, as he loves her deeply. He stated that they were in the best phase of their relationship, enjoying one of the most romantic moments of their lives as a couple. He finds the situation very strange and expresses deep concern about the reasons that might have led his girlfriend to act this way.

Appendices G (Study 2 - Article 3)

O questionário a seguir pergunta a sua opinião sobre uma mulher chamada Tereza, de 21 anos de idade. Ela alega ter sido estuprada pelo seu namorado Mateus na madrugada de sábado para domingo. O fato teria ocorrido num hotel que fica numa praia turística onde ela e o seu namorado foram juntos passar o fim de semana prolongado.

imediatamente ao ocorrido Tereza foi à polícia notificar ter sido vítima de estupro. No boletim de ocorrência, além de outros detalhes sobre o contexto em que teria ocorrido os fatos, ela disse ter sido forçada pelo namorado a ter relações sexuais, demonstrando ainda estar emocionalmente muito abalada. Mateus, o namorado de Tereza, nega firmemente o casamento, alegando que não tinha motivos para forçar relações sexuais com a sua namorada, pois, além de a amar muito, eles estavam na melhor fase do namoro e saboreando um dos momentos mais românticos da vida eles como um casal. Ele acha tudo isso muito estranho, mostrando-se muito preocupado em relação aos motivos que levaram a sua namorada a agir dessa forma. *Tereza ganhou o processo no tribunal de justiça e recebeu uma indenização em dinheiro./ Ele foi condenado e cumprirá, em regime fechado num presídio, pena por estupro.*

Appendices H (Study 3 - Article 3)



Litoral Sul

Jovem sofre violência sexual pelo próprio namorado

Uma mulher de 21 anos acusou seu namorado de estupro, alegando que o incidente ocorreu durante a madrugada de sábado em um hotel localizado em uma praia turística. O casal estava lá para um fim de semana prolongado juntos.

Tensão econômica

O que fez o dólar subir tanto nas últimas semanas? Entenda

- O ASSUNTO: disparada pode fazer BC elevar juros, diz analista

Há 2 horas — Em Economia





MENU BUSCAR

Jovem sofre violência sexual pelo próprio namorado

A situação que ocorreu no fim de semana envolve uma acusação feita por uma mulher chamada Tereza que imediatamente ao ocorrido, foi à polícia notificar ter sido vítima de estupro. No boletim de ocorrência, além de descrever detalhes sobre o contexto do ocorrido, ela disse ter sido forçada pelo namorado a ter relações sexuais, demonstrando ainda estar emocionalmente muito abalada.

Por gll
03/07/2024 04h00 - Atualizado há 19 minutos

[Facebook](#) [WhatsApp](#) [Compartilhar](#)

Matheus, o namorado de Tereza, **nega firmemente o acontecido**, alegando que não tinha motivos para forçar relações sexuais com a sua namorada, pois, além de a amar muito, eles estavam na melhor fase do namoro e saboreando um dos momentos mais românticos da vida deles como um casal. Ele acha tudo isso muito estranho, mostrando-se muito preocupado em relação aos motivos que levaram a sua namorada a agir dessa forma. Matheus foi processado e condenado pelo tribunal de justiça. Ele foi condenado e cumprirá, em regime fechado num presídio, pena por estupro.



Matheus, namorado de Tereza. — Foto: Rosney



MENU BUSCAR

Jovem sofre violência sexual pelo próprio namorado

A situação que ocorreu no fim de semana envolve uma acusação feita por uma mulher chamada Tereza que imediatamente ao ocorrido, foi à polícia notificar ter sido vítima de estupro. No boletim de ocorrência, além de descrever detalhes sobre o contexto do ocorrido, ela disse ter sido forçada pelo namorado a ter relações sexuais, demonstrando ainda estar emocionalmente muito abalada.

Por gll
03/07/2024 04h00 - Atualizado há 19 minutos

[Facebook](#) [WhatsApp](#) [Compartilhar](#)

Matheus, o namorado de Tereza, **nega firmemente o acontecido**, alegando que não tinha motivos para forçar relações sexuais com a sua namorada, pois, além de a amar muito, eles estavam na melhor fase do namoro e saboreando um dos momentos mais românticos da vida deles como um casal. Ele acha tudo isso muito estranho, mostrando-se muito preocupado em relação aos motivos que levaram a sua namorada a agir dessa forma. Matheus foi processado e condenado pelo tribunal de justiça. Ele foi condenado e cumprirá, em regime fechado num presídio, pena por estupro.



Matheus, namorado de Tereza. — Foto: Rosney